

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA APLICADA

JARPA ARAMIS VENTURA DE ANDRADE

**ECONOMIA URBANA E ARTICULAÇÃO DOS SETORES
POPULARES: O CASO DO CENTRO COMERCIAL E DE
SERVIÇOS POPULAR DO BAIRRO DO JACINTINHO MACEIÓ -
AL**

MACEIÓ

2012

JARPA ARAMIS VENTURA DE ANDRADE

**ECONOMIA URBANA E ARTICULAÇÃO DOS SETORES
POPULARES: O CASO DO CENTRO COMERCIAL E DE
SERVIÇOS POPULAR DO BAIRRO DO JACINTINHO MACEIÓ -
AL**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Economia Aplicada da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia Aplicada.

Orientador: Prof. Dr. Cícero Péricles de Oliveira Carvalho

MACEIÓ

2012

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário Responsável Valter dos Santos Andrade

A553e Andrade, Jarpa Aramis Ventura de.
Economia urbana e articulação dos setores populares: o caso do centro comercial e de serviços populares do bairro do Jacintinho Maceió - AL / Jarpa Aramis Ventura de Andrade. – 2014.
121 f. ; il., graf., tab.

Orientador: Cícero Péricles de Oliveira Carvalho.
Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Maceió, 2014.

Bibliografia: f. 115-121.

1. Economia popular. 2. Feiras livres. 3. Mobilidade social. 4. Migração rural-urbana. 5. Periferias. 6. Maceió. I. Título.

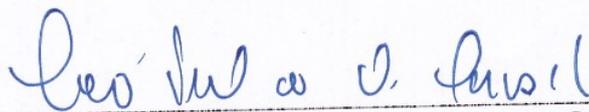
CDU: 330.341(813.5)

JARPA ARAMIS VENTURA DE ANDRADE

**ECONOMIA URBANA E ARTICULAÇÃO DOS SETORES
POPULARES: O CASO DO CENTRO COMERCIAL E DE
SERVIÇOS POPULAR DO BAIRRO DO JACINTINHO MACEIÓ -
AL**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Economia da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em Economia Aplicada**

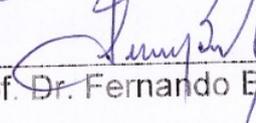
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Cícero Péricles de Oliveira Carvalho (FEAC-UFAL)



Prof. Dr. Dílson José de Sena Pereira (FEAC-UFAL)



Prof. Dr. Fernando Bastos Costa (UFRN)

*Dedico este trabalho ao meu pai Márcio Araújo de Andrade (in memoriam) e minha avó Rubenita Ventura da Silva (in memoriam) e a todo povo das regiões periféricas de Maceió. Agradeço aos **meus**, o amor que tiveram para comigo, bem como pela ajuda na construção do meu caráter. Aos pobres de Maceió que este trabalho possa ser útil.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a princípio a Deus, que sempre respondeu as minhas súplicas

A Universidade Federal de Alagoas pela oportunidade de realizar esse curso de pós-graduação.

Ao meu orientador, professor Dr. Cícero Péricles de Oliveira Carvalho, pela confiança e amizade, por vezes demonstrando o carinho que um pai tem para com um filho. Obrigado por permitir minha participação nas atividades extensionistas e de pesquisa quais foram fundamentais para minha formação como cidadão e pesquisador social.

A Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade que me proporcionou o apoio necessário.

Aos colegas e amigos que fizeram desse trabalho algo menos solitário e mais compartilhado.

Aos professores José Nascimento de França, Márcio Porangaba, Maria Cecília Lustosa, Francisco Rosário, Fábio Guedes e Alexandre Lima que, em momentos variados dessa trajetória acadêmica contribuíram para o aperfeiçoamento deste trabalho. Possuo por estes a mais alta estima e sincera admiração.

A minha esposa, Araxelis Rocha Santos, por toda paciência, apoio, respeito e amor, desde o momento em que optei por vivenciar essa etapa na minha vida. Agradeço sua dedicação e compreensão em todos os momentos, alguns nem sempre tão fáceis. As outras mulheres presentes na minha vida: minha MARIA (qual não tenho palavras para agradecer), minha avó Josette e a tia Mércia (esta sempre me auxiliando quando solicitada).

Um agradecimento especial aos amigos Lauro Lyra (Shermans) pela minuciosa revisão gramatical feita nesta dissertação, bem como ao Erick que, em um período tenso, me deu o suporte necessários para o uso da tecnologia.

Aos meus amigos do Grupo de Pesquisa Economia Popular e Autogestão e da pós-graduação, em especial para Anderson Henrique, Thiago Ferreira, Célio Cabral, João Lima, Bruno Yost e Izabela Braz. Outros amigos de profissão que estarão eternamente nas minhas lembranças: Michele Nunes e Carlos Fabiano pelos incontáveis momentos de descontração nas salas de aula da FEAC e pelas inúmeras horas de estudos dedicadas na conclusão deste curso. Todos contribuíram para ampliação do debate entorno das feiras livres. Outros amigos que de uma forma ou de outra, estiveram

presentes nesta trajetória, cabe à lembrança: Jefferson Lucena, Luciane Bezerra, Alexandre Lima Costa, André Luiz e Leonildo Oliveira. Tenho a certeza de que muitas destas amizades permanecerão ativas por vários anos.

Um agradecimento particular para meu amigo Lucas Ajala, que passou horas me aturando em momentos difíceis no mestrado e se tornou um grande amigo para toda minha vida – a recíproca é verdadeira.

Aos técnicos administrativos da FEAC, que sempre estiveram dispostos a ajudar, seja agilizando viagens, computadores, documentos ou mesmo um simples copo com água.

A todos aqueles que estiveram envolvidos com a minha formação acadêmica e humana desde o início de minha vida até o atual momento. Muito obrigado!

**“É do Bairro que o indivíduo constrói sua
visão de mundo”.**

(Roberto Lobato Corrêa)

RESUMO

O objetivo desta dissertação é compreender o perfil de uma das regiões periféricas da cidade de Maceió, através do fenômeno da articulação dos setores populares – trabalhadores assalariados, informais, ilegais e irregulares, de renda baixa (até 2,5 salários mínimos) e de suas famílias – dentro do processo de urbanização de uma região periférica do Nordeste. Um bairro pobre da capital alagoana, o Jacintinho, é tomando como base do referencial teórico de Christaller e Corrêa, com a finalidade de apresentar a feira livre como núcleo deste Centro Comercial e formação desses espaços urbanos. O embate teórico sobre como captar a realidade econômica destes complexos comerciais existentes nas regiões periféricas forneceu a economia popular como solução. Este conceito foi formatado com base em Santos, Dal Ri, Muterle e Tiriba. O resultado desta pesquisa é que a feira livre do bairro do Jacintinho é uma estratégia econômica dos segmentos populares de baixa renda que possuem pouca escolaridade, oriundos do campo e, majoritariamente, suas unidades produtivas não atendem aos marcos regulatórios normativos (formais, legais e regulares). Essa estratégia, estudada no caso do Jacintinho, é semelhante a de outros bairros periféricos de Maceió.

Palavras-Chave:

Economia Popular. Feira Livre. Mobilidade Social. Mobilidade Campo-Cidade. Periferia. Maceió.

ABSTRACT

The goal of this dissertation is to understand the profile of one of the outlying regions of the city of Maceió, through the phenomenon of articulation of popular sectors - regular employees, informal, illegal and irregular, low-income (up to 2.5 minimum wages) and its families - in the process of urbanization in a peripheral region of the Brazilian Northeast. A poor neighborhood of the capital of Alagoas, the Jacintinho, is building on the theoretical framework of Christaller and Corrêa, with the purpose of presenting the street market as a core of commerce and formation of these urban spaces. The engagement theory about how to capture the economic reality of existing shopping complexes in the peripheral regions provided the “popular economy” as a solution. This concept was formatted based in Santos, Dal Ri, and Muterle Tiriba. The result of this research is that the street market of Jacintinho neighborhood is a popular economic strategy of low-income segments that have little schooling, from the countryside and, mostly, its plants do not meet the normative regulatory frameworks (formal, legal and regular). This strategy, studied in the case of Jacintinho, is similar to other suburbs of Maceió.

Key-Words:

Popular Economy. “Street Market”. Social Mobility. Rural-Urban Mobility. Periphery. Maceió.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01. População Brasileira período de 1950 a 2010.....	56
Gráfico 02. PIB do Brasil e Nordeste: variação anual real entre 2000 a 2009.....	63
Gráfico 03. Índice de Gini no Brasil e Regiões entre 2000 a 2009.....	65
Gráfico 04. Percentual de Analfabetos nas regiões brasileiras com 15 anos ou mais de idade entre 2000 a 2009.....	66
Gráfico 05. Média dos anos de estudos completados por pessoas com 25 anos ou mais nas regiões brasileiras, 1995 -2007.....	67
Gráfico 06. Evolução do quantitativo de pessoas pobres no Brasil e Regiões 1995 - 2009.....	68
Gráfico 07. Mobilidade Social no Nordeste entre o período de 1992 a 2008.....	70
Gráfico 08. Mobilidade Social em Alagoas entre o período de 1992 a 2008.....	71
Gráfico 09. Mobilidade Social em Maceió entre o período de 1992 a 2008.....	72
Gráfico 10. Renda de Consumidores de feiras Periféricas em Maceió.....	83
Gráfico 11. Evolução populacional em Alagoas e Maceió.....	85
Gráfico 12. Pirâmide Etária do Bairro do Jacintinho 2000.....	89
Gráfico 13. Pirâmide Etária do Bairro do Jacintinho 2010.....	89
Gráfico 14. Formalidade e Informalidade no mercado de trabalho no CCSJ – 2011.....	94
Gráfico 15. Benefícios Previdenciários no CCSJ – 2011.....	95
Gráfico 16. Gastos mais relevantes no CCSJ – 2011.....	96
Gráfico 17. Evolução do índice de volume de vendas no comércio varejista – Brasil e Alagoas, Dezembro de 2001 a Dezembro de 2009.....	99
Gráfico 18. Evolução dos Hipermercados, Supermercados, Minimercados e Mercarias em Alagoas, 2000 a 2009*.....	100
Gráfico 19. Número de Hipermercados, Supermercados, Minimercados e Mercarias, em Alagoas, acumulado de 2000 a 2009*.....	101
Gráfico 20. Analfabetos.....	102
Gráfico 21. Até 5ª e incompleto.....	102
Gráfico 22. Até 5ª Completo.....	102
Gráfico 23. Da 6ª ao 9ª incompleto.....	102
Gráfico 24. Fundamental completo.....	103
Gráfico 25. Médio incompleto.....	103
Gráfico 26. Médio Completo.....	104
Gráfico 27. Superior incompleto.....	104
Gráfico 28. Superior completo.....	104

LISTA DE QUADROS, FOTOS E FIGURAS

Foto 01. Vendedores de rua trabalhando até às 20 horas (feira do Jacintinho).....	33
Quadro 01. Os núcleos secundários de comércio e serviços.....	36
Foto 02. Presença de produtos hortifrutícola na feira livre do Jacintinho.....	41
Foto 03. Feira do Tabuleiro.....	76
Figura 01. Mapa de Maceió e localização das feiras Livres.....	77
Foto 04. Feira do Graciliano Ramos.....	78
Foto 05. Feira do Jacintinho.....	80
Foto 06. Feira da Jatiúca.....	81
Foto 07. Vendedores de Rua no Jacintinho.....	106
Figura 02. Centro Comercial e de Serviços Popular do Jacintinho.....	107
Foto 08. Camelódromo do Jacintinho, visão interna.....	107
Foto 09. Camelódromo do Jacintinho, um dos seus corredores.....	108

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. PIB nordestino e suas participações por estados anualmente entre o período de 2000 a 2009.....	63
Tabela 02. Produto Interno Bruto per capita do Brasil, segundo a Região Nordeste e Estados - 2000 – 2009.....	64
Tabela 03. PIB per capita regional, 1995-2008 (R\$ de 2000, mil).....	64
Tabela 04. Programa Bolsa Família no Nordeste, 2004 – 2010.....	69
Tabela 05. Crescimento anual das Classes em Alagoas (1992-2003) e (2003-2008).....	71
Tabela 06. Evolução populacional de Maceió por década -1970 a 2010.....	75
Tabela 07. Características das Feiras da Capital Alagoana.....	79
Tabela 08. Produtos Alimentícios Comercializados nas Feiras de Maceió.....	81
Tabela 09. Produtos não Alimentícios Comercializados nas Feiras de Maceió.....	82
Tabela 10. População de Maceió por Bairros – 2010.....	90
Tabela 11. Classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita dos bairros mais populosos.....	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CCSPJ	Centro Comercial e de Serviços Popular do Jacintinho
CODENO	Conselho de Desenvolvimento do Nordeste
CPS	Centro de Políticas Sociais
CRAS	Centros de Referência da Assistência Social
ETCO	Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FPM	Fundo de Participação Municipal
GPEPA	Grupo de Pesquisa Economia Popular e Autogestão
GPS	Gasto Público Social
GSF	Gasto Social Federal
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICHICA	Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
NUTAS	Núcleo Temático da Assistência Social
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PBF	Programa Bolsa Família
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social de Maceió
SEMTABES	Secretaria de Trabalho, Abastecimento e Economia Solidária
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TDE	Teoria do Desenvolvimento Econômico

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. ECONOMIA POPULAR	20
2.1 O funcionamento do sistema urbano econômico pobre ou circuito inferior	21
2.2 A simbiose da economia popular em regiões periféricas	29
2.3 Comércio diário e suas características	33
2.4 A teoria dos lugares centrais e a feira livre	39
3. REFERENCIAL METODOLÓGICO	43
4. CRESCIMENTO DAS CIDADES E SEUS REFLEXOS: REVOLUÇÃO INDUSTRIAL EUROPÉIA E BRASILEIRA	49
4.1 O processo de crescimento populacional nas cidades	50
4.2 Condicionantes da reprodução do trabalho urbano na classe popular brasileira	53
5. NORDESTE E SEU RECENTE CRESCIMENTO	62
5.1 A nova “cara” do Nordeste	63
5.2 Mobilidade Social e o Consumo em Alagoas e Maceió	71
6. ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA ECONÔMICA NO BAIRRO DO JACINTINHO	76
6.1 As Feiras Livres de Maceió, suas Características e Centralidade	76
6.2 Política Oligárquica e o Latifúndio, seus reflexos em Maceió e no bairro do Jacintinho	86
6.3 Perfil dos Agentes do Centro Comercial e de Serviços Popular do Jacintinho - CCSPJ	94
6.4 Setor Industrial no Centro Comercial e de Serviços Popular do Jacintinho - CCSPJ	99
6.5 Setor Comercial e de Serviços no Centro Comercial e de Serviços Popular do Jacintinho - CCSPJ	100
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
8. REFERÊNCIAS	117

1. INTRODUÇÃO

A economia alagoana, com dois dos seus três milhões de habitantes vivendo em condições de pobreza, sendo que mais de um milhão vive em condições de pobreza extrema, exige análises setoriais que explicitem, para o conjunto da economia, as singularidades de uma formação social tão problemática. Compreender como vive a maioria dos alagoanos é também uma tarefa dos economistas.

A economia alagoana se caracteriza por sua pobreza. O seu rendimento *per capita* é 20% menor que o da média nordestina. E, mesmo baixa, sua renda é a com pior distribuição no âmbito nacional. Desta forma, a pobreza e a concentração se unem para marcar esse conjunto econômico. Cenário de um processo veloz de urbanização, as cidades alagoanas contam hoje com 80% do total dos habitantes do Estado. Se, antes, a pobreza e a frágil dinâmica econômica eram características do mundo rural, agora são do novo mundo urbanizado.

A economia popular, derivada dessa condição de sociedade pobre e com forte presença nas áreas urbanizada, é parte constitutiva dessa dinâmica local. Para uma população economicamente ativa de 1,3 milhão de alagoanos, 1 milhão de trabalhadores estão “ocupados” e apenas 490 mil possuem vínculos trabalhistas, seja no mundo privado ou empresas públicas, mesmo depois dos avanços nesta área na década presente. A economia informal, subterrânea, predomina com mais de metade de sua força de trabalho ativa. A mais recente pesquisa do IBGE sobre a economia informal revela que são 260 mil trabalhadores autônomos, por “conta própria”.

Esse conjunto de trabalhadores informais ou legalizados em micro e pequenos negócios representam a maioria da população urbana do Estado. A dinâmica do setor informal e a utilização das pequenas unidades de produção de bens e serviços para atender às necessidades essenciais da camada menos abastada da sociedade estão fizeram e fazem parte do processo de urbanização analisados nesta dissertação.

A análise sobre o conceito de economia popular desenvolvida neste trabalho está alicerçada no funcionamento do sistema econômico urbano e pobre e da relevância das características peculiares do trabalhador deste sistema.

Desta forma, foram utilizados os trabalhos de Dal Ri (1999), Milton Santos (2004), Tiriba (2008) e Muterle (2009) para a construção do conceito de economia popular. Realidade encontrada na periferia, onde é verificado o comércio diário,

segundo análise de Corrêa (2005). O autor explica que os fatores como: tempo de locomoção, tamanho e crescimento das cidades contribuem para a existência dos núcleos comerciais secundários. O conceito confirma a existência de um complexo de unidades produtivas para atender à demanda dos moradores das áreas distantes do Centro da cidade.

Este trabalho consistiu na pesquisa científica sobre economia popular e o processo de urbanização que geraram os quadros materiais de pobreza. Foram também utilizados dados quantitativos e qualitativos, de maneira primária e secundária, para a validação da hipótese de estudo da feira livre do Jacintinho como uma estratégia econômica dos segmentos populares de baixa renda que possuem pouca escolaridade. Este público é oriundo do campo onde tem unidades produtivas que não atendem aos marcos regulatórios normativos (formais, legais e regulares).

O objetivo desta dissertação é compreender o perfil de uma das regiões periféricas da cidade de Maceió¹, através do fenômeno da articulação dos setores populares – trabalhadores assalariados, informais, ilegais e irregulares de renda baixa (até 2,5 salários mínimo) e de suas famílias – dentro do processo de urbanização de uma região periférica do Nordeste, um bairro pobre da capital alagoana, o Jacintinho.

Os objetivos específicos contemplaram a identificação da feira livre como núcleo do Centro Comercial e de Serviços Popular do Jacintinho – CCSPJ (composto pelo: Mercado Público, a Feira Livre e os vendedores de Rua, Camelódromo bem como os empreendimentos formalmente constituídos ou não), a caracterização do bairro do Jacintinho como região periférica e a visualização da atividade econômica desenvolvida pelos seus residentes como de características da economia popular.

A mobilidade social no Brasil nos últimos 10 anos proporcionou a abertura de uma agenda de debate social e econômico. Os principais fatores mobilizadores desta mudança na teia social brasileira estão atrelados à ampliação do poder de compra real do salário mínimo, acesso ao crédito consignado e microcrédito produtivo e, sobretudo, à maturação e consolidação das políticas do poder central de acesso aos mínimos sociais. Esta transição impactou sobremaneira o quadro material das regiões periféricas dos centros urbanos. Ou seja, existe uma maior circulação de dinheiro nestes espaços urbanos pobres.

¹A escolha pela cidade de Maceió ocorreu pelo fato de minimização de custos desta pesquisa. Porém outros elementos justificam essa opção: capital de um dos estados da federação de maior representatividade negativa, quanto aos seus índices sociais e econômicos.

Os residentes dos núcleos urbanos periféricos são geralmente os “sem nada”², justamente onde se torna maior a capilaridade das injeções financeiras das transferências federais. As transformações destes núcleos urbanos periféricos apenas aprofundam a relação existente no paisagismo econômico geográfico do país – produção concentrada no Sul e Sudeste e consumo no Norte e Nordeste.

Este mosaico geográfico econômico tem apresentado alterações significativas nas principais regiões periféricas das áreas metropolitanas e das capitais brasileiras. Este cenário tornou-se em “estratégias de sobrevivência desenvolvidas por segmentos da população excluída do mercado formal de trabalho” (Araújo, 2007, p. 9).

É amparado no protecionismo social que nos últimos anos estudos³ evidenciam a ‘nova cara do Nordeste’, que retrata a região com maior contingente populacional pobre. Seu povo inicia uma trajetória ascendente de renda, poder aquisitivo e redução das desigualdades corroborando para alteração dos formatos e expressões econômicas em suas cidades. Combinado a esses fatores estão a estabilidade financeira alcançada pelo Brasil e o crescimento de sua economia.

O PIB do Nordeste, entre os anos de 2002 a 2008, apresentou um crescimento de 3,19% superando o brasileiro, que alcançou apenas 2,85%. Mesmo outras regiões apresentando um crescimento superior ao do Nordeste, o quantitativo populacional da região justificou a superioridade.

A redução do quantitativo populacional de pobres no Nordeste é uma das grandes conquistas do Brasil nos últimos anos. A região que tinha, em 1995, um contingente de cerca de 26 milhões de pessoas vivendo na linha de pobreza, passou, em 2009, a contar 21 milhões. A redução verificada superou os cinco milhões de pessoas retiradas da miséria, fato possível pelo acesso ao Programa Bolsa Família.

Dentro do contexto nordestino, Alagoas ostentava, em 2008 indicadores que revelavam o nível de pobreza da população. Era o maior concentrador de pessoas na classe E, com de 38,76% dos habitantes. Este índice representa o agrupamento da pobreza. Também era o primeiro no ranking em que se verifica que a maior parte da renda de seus residentes é oriunda dos Programas Sociais. Estava em segundo lugar, quando a renda das famílias é proveniente do Piso da Previdência Salário Mínimo

² Conforme FGV a classe E equivale aos pobres, renda familiar até R\$ 804,00. (NERI, 2010).

³ Esta constatação vem sendo evidenciada em pesquisas proporcionada por diversas instituições tais como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, além da produção acadêmica.

(10,77%); em último lugar na concentração da classe C, com 27,73% da sua população; em penúltimo em concentração das classes A, B e C, com 32,25%. O Estado também ficou em penúltimo lugar quanto à origem da renda por todas as fontes, (NERI, 2009).

No mesmo período, a capital Maceió assumiu indicadores semelhantes. Foi a segunda entre as capitais e periferias metropolitanas em concentração da pobreza, ou seja, com maior contingente populacional inserido na classe E, com 25,60%. Ficou em penúltimo no ranking de agrupamento de pessoas na Classe C; a renda média está em 28º entre as regiões estudadas, representando R\$ 413,00; é o 26º em relação a renda familiar média sobre as previdências pós-piso maior que o salário mínimo, sendo este equivalente a R\$ 59,85.

Apesar do cenário de tantas posições negativas – tanto em Alagoas como em Maceió – após 2003, as classes sociais começam a apresentar uma alteração na sua composição. A mobilidade social é reflexo de uma relação direta com as ações do Poder Público.

A presente dissertação está dividida em seis partes, além desta introdução. Inicialmente, foi exposta toda teoria que a fundamenta, contemplando o embate teórico sobre a Economia Popular fundamentada no funcionamento do sistema urbano econômico pobre ou circuito inferior; sua verificação nas regiões periféricas através dos formatos dos comércios diários e, ainda, a apresentação da feira livre como núcleo central dos complexos econômicos.

O capítulo terceiro apresenta os aspectos metodológicos norteadores deste trabalho. O quarto capítulo consiste na apresentação do crescimento das cidades e seus reflexos: revolução industrial europeia e brasileira, em que se tornou possível visualizar o processo de crescimento populacional nas cidades (no mundo) e as condicionalidades da reprodução do trabalho urbano nas classes populares brasileira.

No sexto capítulo estão colocadas as estratégias de sobrevivência econômica no bairro do Jacintinho, por meio do processo de urbanização de Alagoas, abordando a pobreza no campo até a miséria urbana. Assim sendo, algumas considerações foram feitas sobre o aspecto da política oligárquica e o latifúndio, bem com os seus reflexos em Maceió e no bairro do Jacintinho.

Por fim, no capítulo sete destacam-se os principais pontos discutidos na dissertação à guisa de conclusão.

2. ECONOMIA POPULAR

As pequenas atividades e o dinamismo do setor informal⁴ passaram a fazer parte de uma agenda de pesquisa após um trabalho sobre o Quênia, realizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1972. Em sequência surgiram os trabalhos Hart (1973) e Bose (1974), que focaram seus estudos no mercado de trabalho de países pobres. Ainda na mesma década, o Brasil foi alvo de estudo através de Merrick, em 1976, com a investigação sobre o emprego e ganhos no setor informal na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais (ARAÚJO, 2007).

Fundamentados na corrente de pensamento desenvolvimentista balizada em Lewis (1954), estes autores acreditavam que iria existir uma transição entre a “economia-sociedade tradicional” para uma “economia-sociedade moderna”, ou seja, arcaica ou mesmo rural para urbano industrial. A percepção sobre a dinâmica proporcionada no setor informal pelas pequenas unidades de produção de bens e serviços, respondendo às necessidades essenciais de distribuição de renda, empregos e acesso a instrução eram consideradas como marginais e secundárias, (HUGON, 1997).

O processo de evolução do debate sobre a percepção analítica a ser adotada basicamente esteve centrado na

[...] antiga dicotomia setor moderno/setor tradicional foi, então, substituída pela oposição formal/informal (HART, 1973), estruturado/não estruturado (WEEKS, 1975; SETHURAI/IAN, 1976), moderno/de transição (BUGNICOURT, 1973; PENOUIL; LACHAUD, 1976), circuito superior/inferior (SANTOS, 1975), economia de empresa e de bazar (GEERTZ, 1963). (HUGON, 1997, p.35)

Esta forma de análise dual, identificada ao longo dos estudos, deixa a desejar quanto às pretensões deste trabalho, visto que, o conceito de informalidade foi construído com a finalidade de compreender o mercado de trabalho urbano de países africanos, visando à formulação de uma proposta de intervenção. Já o conceito adotado neste trabalho⁵ será o “circuito inferior” proposto por Santos (2004) – pois este abrange o processo de urbanização e suas relações com capitalismo moderno.

⁴ O conceito de informalidade está relacionado a “baixa produtividade e com atividades que se desenvolviam à margem da legislação e nas franjas do mercado ” (THEODORO, 2000, p. 7).

⁵ Para maiores aprofundamentos sobre a opção de escolha do uso do conceito proposto por Santos (2004), ao invés da informalidade, ver (OLIVEIRA 2008).

É sob o olhar de Santos (2004) que se consolida uma série de análises, recorrentes até a década de 1970, sobre o mecanismo de funcionamento diferenciado do comércio urbano nos países do terceiro mundo. A introdução na literatura econômica dos conceitos dos circuitos “superior” e “inferior” na economia denota a consideração dos processos de formação histórica, e observância de elementos singulares, a cada país investigado.

Ainda existem divergências sobre as definições que compreendem essas realidades nos países subdesenvolvidos. Um debate que perpassa as Ciências Sociais, seja sob a perspectiva dos economistas, sociólogos e geógrafos. Assim, utilizando-se da discussão das Ciências Sociais sobre o conceito de economia popular, este trabalho assimilou as características propostas por Santos, enquanto circuito inferior da economia, tomando como peça fundamental a categoria trabalho para o desenvolvimento e expansão destas realidades.

2.1 O funcionamento do sistema urbano econômico pobre ou circuito inferior⁶

Neste trabalho serão utilizadas as características dos elementos do circuito inferior como fornecedores de subsídios para a análise da economia popular, que se baseia em sete pilares: a) nas facilidades de participar da atividade econômica urbana; b) nas dimensões pequenas das indústrias, artesanatos e serviços; c) na sua dependência dos intermediários (atacadistas e transportadores); d) na mecanicidade financeira; e) na opção do crédito pelo endividamento; f) na percepção das margens de lucro e dos mecanismos de formação dos preços, (SANTOS, 2004).

A *facilidade de participar da atividade econômica urbana* é uma das características encontradas pelos migrantes em comparação à população já residente. No setor de serviços, o consumo dele é irrelevante frente às classes médias e abastadas, porém enquanto prestador de serviços é absorvido em funções em que exigem pouca formação. Uma das áreas em que ele consegue inserção com certa facilidade é no *trabalho doméstico*. No *comércio* também há espaço, por causa da necessidade de pouco capital para adquirir produtos e da dispensa de experiência profissional. Nestes casos, o migrante fica à margem da cobrança de impostos. Quando são *artesãos*, e

⁶ Este subitem tem por base: Santos (2004)

exercem atividades complementares à moderna economia, se são bem remunerados, trabalham em casa, o que proporciona o não pagamento de impostos.

As *dimensões pequenas das indústrias, artesanatos e serviços* estão alicerçadas sobre uma proporção *reduzida de capital, volume a ser negociado, estoque*, e em *número de pessoas envolvidas*. Sendo assim, as atividades econômicas geralmente são realizadas em casa ou em pequenos espaços.

A *pulverização das atividades comerciais é encontrada em grande contingente* e, por isso, é comum deparar-se com um excesso de oferta de um determinado ramo. Isso se torna possível devido às condições geográficas, sociais e econômicas dos residentes de regiões periféricas, que buscam atender suas necessidades na própria localidade onde estão inseridos. Essa proximidade impossibilita o consumo de outros produtos que frequentemente só estão disponíveis em regiões economicamente mais desenvolvidas da cidade, como as franquias e outros itens que têm maior valor agregado. Produtos estes que só seriam possíveis de adquirir com custos adicionais para a mobilidade. As dimensões comerciais estão, desta forma, correspondentes ao perfil de sua clientela; formada por uma *população eminentemente pobre, com gastos pequenos e irregulares* e, sobretudo, que opta pelo crédito, comumente designado como, “fiado”.

A característica de possuir *estoques reduzidos* remete-se ao fato de o *consumo de sua clientela ser fracionado*. Esta condição impõe ao comerciante uma conjectura de aliar o acesso ao crédito com fins de reabastecer os produtos perecíveis, muitas vezes atrelado ao atacadista, semi-atacadista ou mesmo varejista.

Como necessitam de *pouco espaço* para o desenvolvimento de suas atividades, englobam-se nesta categoria desde os *vendedores de rua* até o trabalho do *artesão* em casa, proporcionando dessa forma a ampliação da carga horária de trabalho. Quanto aos que comercializam nas ruas, a flexibilidade da locomoção permite cobrir um número maior de clientes, ou seja: conseguem ter clientes em diversos pontos da cidade.

Em virtude de o *capital ser escasso* na condução das pequenas empresas do circuito inferior, *familiares são presenças assíduas* na composição do quadro de pessoal ocupado ou mesmo assalariado. Este fato oferece margem para ampliação do capital de giro destes pequenos empreendimentos.

Outra categoria representativa neste circuito são os *autônomos* – aqueles que desenvolvem suas atividades por conta própria. A ampliação destes agentes está atrelada a duas tendências que se acentuam, ambas provocadas pela modernização: êxodo rural e baixa oferta de emprego. Contrariamente, a “ocupação” no circuito inferior para os

pobres é vasto, sob o contexto da variedade das pequenas empresas, onde se constituem através de familiares ou autônomos.

Na comercialização do circuito inferior, um agente característico e bastante comum é o *intermediário*. A sua influência sobre qualquer cadeia que esteja envolvido é tamanha, que na análise de Santos (2004), a dependência dos intermediários, sejam eles atacadistas ou transportadores, em países desenvolvidos ou subdesenvolvidos, é determinante para se compreender a dinâmica do comércio popular.

Nos países subdesenvolvidos, o intermediário é considerado como parte essencial da atividade econômica, ou seja, “a base das possibilidades estruturais” (Santos, p. 225, 2004). O autor chega a afirmar que sem a figura dos intermediários, desse tipo de economia não poderia funcionar, diante dos desníveis de renda tão profundos. É neste sentido que se encontra a relação: quanto mais a pobreza se acentua, mais a dependência desses agentes se torna necessária para o abastecimento urbano.

Os *intermediários alteram sua funcionalidade dentro do sistema econômico*, diante da modernização. Inicialmente distribuem os gêneros importados e atuam como negociantes dos “produtos exportáveis” (op. cit. p, 225), ocorrendo o mesmo quando do processo urbanizador. Um novo desempenho é verificado quando ele age como “coletor de produtos alimentares” (op. cit. p, 225). Essa constatação é possível diante das dimensões alcançadas pelas cidades, em relação ao seu abastecimento de alimentos, onde a relação direta entre o produtor rural e o consumidor final está desaparecendo.

O intermediário, na concepção de Santos (2004), é o atacadista ou o “dono de caminhão, que possui uma posição estratégica no abastecimento, que pode levar a especulação” (op. cit. p, 226) e, sobretudo, em grande parte detém de crédito bancário, ou o dinheiro líquido, permitindo a efetivação de negócios diretos, ou mesmo comprando e estimulando o mercado intermediário-intermediário. As suas razões de existir generalizam-se, proporcionando:

[...] especialização regional e complementaridade das produções agrícolas; transporte de produtos perecíveis, pois o caminhão permite um deslocamento rápido para diferentes mercados; distância das cidades em relação às zonas de produção e **insuficiência da organização do mercado alimento urbano**. (SANTOS, 2004, p. 228, grifo nosso).

Cabe o destaque para os canais de comercialização, dominados pelos intermediários, em relação ao abastecimento urbano alimentar. É em virtude desta deficiência da organização do sistema econômico no circuito inferior, que se detecta a ausência de uma orientação e coordenação por parte do poder público.

Ainda segundo o autor supracitado, o *mecanismo monetário* que engloba o circuito inferior, compreende: o “crédito, os intermediários financeiros e o dinheiro líquido” (op. cit. p, 228). Este elemento é considerado fundamental para a funcionalidade do circuito inferior da economia, sob o aspecto financeiro.

A função do *crédito* é essencial para ambos os agentes (consumidores e comerciantes), onde, respectivamente, ainda quem não disponham de renda fixa, possuem acessibilidade para consumir. Na maioria das vezes é a única forma de acesso, via ingresso, e manutenção no exercício da atividade.

Quanto aos *intermediários financeiros*, estes atuam como fornecedores de mercadorias e de dinheiro líquido, para os artesãos e comerciantes. Já o papel do intermediário atacadista fica a cargo de realizar o vínculo com o circuito superior⁷ da economia.

O *dinheiro líquido* exerce uma infinidade de papéis no circuito inferior e, sobretudo, mantêm as relações financeiras. Ou seja, nunca se quita uma dívida, porém o pagamento parcial serve para adquirir novos créditos, seja na oferta ou demanda. O crédito assume a postura de endividamento *continuum*, induzindo sua monetarização, e o dinheiro líquido torna-se imprescindível.

Para Santos (2004), a *necessidade de dinheiro líquido* e sua circulação na economia no circuito inferior também são atribuídas aos bairros pobres. Como regra geral, esse debate só foi realizado para esclarecer que a auto-subsistência e as relações de troca (escambo), não são maioria, mas marginais e limitadas nas regiões onde o circuito inferior está presente, devido à expansão das cidades quando urbanizadas. Mesmo que as relações financeiras sejam realizadas a crédito em pequenas dimensões, a utilização do dinheiro é fundamental. Portanto, a expansão do comércio desorganizado corrobora para a generalização da monetarização, onde o uso do papel moeda é corrente; o que diverge quando se observa no circuito superior da economia, acontecendo o contrário.

⁷ Para maiores detalhes sobre os dois circuitos da economia: superior e inferior, ver: O Espaço Dividido: os Dois Circuitos da Economia Urbana dos países Subdesenvolvidos. SANTOS (2004)

O circuito inferior tem uma verdadeira “fome” de dinheiro líquido. Não há contradição entre isso e o fato de a economia urbana pobre só poder funcionar por intermédio do crédito. Assim, a insuficiência de capital exige que se recorra ao crédito para entrar ou permanecer numa atividade de comércio ou de fabricação; mas para manter o crédito é indispensável arranjar dinheiro líquido para efetuar o pagamento de pelo menos uma parte das dívidas contraídas. O dinheiro líquido funciona como primeiro pagamento para obter o crédito e depois como prestação para conservá-lo. (SANTOS, 2004, p. 232 -233).

Assume neste sentido, a função de consolidação da reprodução do quadro material da pobreza, pois a grande quantidade de pessoas envolvidas nas diversas negociações que se realizam, juntamente com a necessidade de consumo imediato, viabiliza a alta rotatividade do dinheiro, impossibilitando a acumulação.

A *ausência de capital e necessidade de crédito* são fatores que implicam negativamente na economia urbana pobre. A falta de capital fixo é um complicador, porém a de capital de giro é bem mais grave.

O funcionamento desse circuito diverge “nos compromissos a serem saldados em datas fixas” (Santos, p. 234, 2004), pois o modelo convencional de captação de recursos (os bancos) exige a honradez de seus débitos pré-fixados. A presença dos intermediários financeiros, atuando como usurários, é verificada quando da ausência de agentes privados ou estatais, que assumam essa função.

Em relação ao artesanato, o crédito é facilitado na intermediação financeira, visto que, em certos casos, é possível a negociação da forma de pagamento, onde uma parte do acerto financeiro é dada antecipadamente, tornando-se *práxis* da relação comercial.

Cabe destacar que a “falta ou insuficiência de capital para os investimentos nas atividades do circuito inferior nem sempre é sinônimo de pobreza ou de insolvência do agente”, (Santos, p. 234, 2004). Pois a migração da poupança, ou mesmo do lucro, é direcionada para outros fins, tais como: investimento em outras atividades comerciais, meios de transporte, agiotagem, reforma de casas, etc. Dessa forma, acabam tornando-se refém da própria ingerência comercial, pois quando da imobilização do capital próprio, a necessidade de financiamento de sua atividade principal é sempre demandada externamente.

São observáveis também *práticas financeiras e associações mútuas*. A engenhosidade comercial dos agentes na economia urbana pobre apenas enfatiza a necessidade de dispor de dinheiro líquido, com o intuito de obter maiores lucros e fugir

dos intermediários. Outra forma é a compra das mercadorias financiadas no cartão de crédito, em que o pagamento é feito tanto em dinheiro líquido ou a prazo.

“venda com prejuízo: o comerciante obtém de seu sócio capitalista habitual um crédito em mercadorias que venderá por dinheiro líquido, mas com prejuízo. Com a soma assim obtida, pode comprar outras mercadorias que terão escoamento rápido e a bom preço” (SANTOS, 2004, p. 235).

De acordo com Santos (2004), existe um “comércio triangular”, que funciona através da disponibilidade de um dinheiro líquido de reserva do comerciante, conhecedor de localidades na qual pode comprar mais barato, consegue realizar vendas com uma margem de lucro considerável.

Diferentes práticas comerciais, sejam elas estimuladas pela iniciativa privada ou pública, independente de seus fins, agregam valor ao funcionamento do circuito inferior. Como a junção de comerciantes que negociam um mesmo produto, com a finalidade de barganhar menores preços, com os intermediários e produtores. Essas práticas giram em torno apenas de uma questão: como não depender do intermediário financeiro, ainda que seja temporariamente.

Quando da *opção do crédito pelo endividamento*, que se encontra no circuito moderno, o atacadista serve de elo para o circuito inferior. Essa posição conquistada, por meio da infinidade de agentes que lhe são devedores, lhe garante a posição de ser o único a ter condições de possuir o crédito bancário. Por causa da impossibilidade das atividades comerciais da economia urbana pobre, manter um relacionamento com circuito superior esbarra na ausência de garantias, bem como com o não pagamento de títulos em datas pré-fixadas. Outro agravante inibidor está no receio do não cumprimento com o acordado com o banco, pois o comerciante teme o risco de perder sua atividade comercial.

“Como a maior parte dos próprios atacadistas impõe condições para fornecer as mercadorias, os recém-ingressos no comércio ou os pequenos comerciantes são levados a pedir crédito junto aos semi-atacadistas e mesmo aos varejistas ou aos grandes comerciantes do mercado”. (SANTOS, 2004, p. 239).

O *consumidor do circuito inferior* possui trabalho temporário ou ocasional. De tal modo, limita o acesso ao provimento de sua família às necessidades de consumo

básico. O crédito surge para este agente como alternativa de sobrevivência, entendidas fundamentalmente como pobres.

Fatores que proporcionam a retroalimentação do circuito inferior estão vinculados à distância da localização dos centros de comércio moderno frente aos bairros pobres, bem como o fato de os produtos ofertados serem indivisíveis e o difícil acesso ao crédito, que neste caso se configura como é privilégio de quem pode pagar. Porém, as relações constituídas no circuito inferior da economia viabilizam a venda a crédito e, sobretudo, o fracionamento dos produtos (Santos, *apud* Lasserre, 1958, pp 184 – 185), esses aspectos são considerados como “único tipo de relação econômica possível nas condições de funcionamento da economia urbana pobre” (op. cit. p, 240).

Outros agentes característicos que corroboram para formação do contingente consumidor destas regiões são os enquadrados pela “economia sem produção”⁸, onde estão inseridos os aposentados através dos benefícios e os servidores públicos temporários ou diários, por meio dos empregos e proventos, (GOMES, 2001).

Como a modernização do consumo vem se ampliado cada vez mais, o acesso aos bens e serviços modernos alcançam uma capilaridade maior. É neste sentido que a definição do perfil do consumo no circuito inferior agrega também a classe média – processo desencadeado pela globalização. É importante frisar o processo de constituição de uma demanda deformada, onde se aumenta a procura por bens e serviços, sem que na mesma proporção cresça a renda.

O indivíduo vê-se obrigado a organizar um duplo orçamento de despesas. Os bens e serviços que deve comprar contra pagamento imediato ou por letras fixas são objeto de planejamento rígido de despesas. Quanto aos outros consumos, suscetíveis de pagamento a prazo, ele os compra através do crédito pessoal, via circuito inferior. A dosagem das duas formas de pagamento depende antes de tudo da posição do consumidor na escala de renda. Seu objetivo é permitir que todo mundo, se bem que em graus diferentes, participe de um consumo de tipo moderno, continuando a assegurar os consumos correntes, quotidianos e incompressíveis. E é esses últimos que se aplica o crédito pessoal, tanto para as classes pobres como para as classes médias. (SANTOS, 2004, p. 241).

A demanda por crédito para as classes menos favorecidas é direcionada ao consumo, com a finalidade da ostentação e suprimento das necessidades básicas. Já no circuito moderno, sua função consiste de estímulo a produção.

⁸ Para maiores aprofundamentos ver: GOMES, Gustavo Maia. **Velhas secas em novos sertões**. Brasília: Editora Ipea, 2001.

Assegurar a manutenção do crédito nas relações estabelecidas nos pequenos comércios do circuito inferior é possível diante de uma mobilidade urbana dinâmica, que corrobora para uma baixa falência desses empreendimentos, pois

“na venda a vizinhos que têm rendas pequenas e irregulares. Dívida monetária e dívida de reconhecimento asseguram uma clientela fixa e se estabelece uma ligação pessoal entre o devedor e seu credor em todos os níveis do circuito inferior” (SANTOS, 2004, p. 242).

Assim, o endividamento é condição necessária nas economias urbanas pobre, valendo-se do efeito-demonstração, onde produtos modernos promovem o consumismo independente da posição na classe social. Contudo, impactando sobremaneira aos menos favorecidos, que visam o consumo básico.

Diante do exposto neste subitem, a estrutura deste sistema econômico urbano pobre está alicerçada sobre a interrelação dos mercados de trabalho, bens e serviços e financeiro. Suas características se apresentam de forma a permitir a seguinte constatação: um sistema que eminentemente abastece, em termos de bens e serviços, às classes menos favorecidas dos centros urbanos, sofre clara dependência do mercado financeiro, via intermediários que proporcionam sua relação com o circuito superior.

A característica do funcionamento de um sistema econômico é apresentada por Carrera (2009, p. 7), que entende que “de livre iniciativa pode ser caracterizado por um fluxo circular contínuo” que contempla as unidades familiares e as empresas, respectivamente, representadas por agentes econômicos autônomos, consumidores e entre eles, os intermediários - que assumem várias funcionalidades. Particularmente, são personificados dentro deste sistema, por meio dos vendedores de rua, trabalhadores domésticos, artesãos, intermediário atacadista e varejista, e o produtor.

As propriedades do *mercado de trabalho* deste sistema econômico urbano pobre asseguram a possibilidade de fácil entrada. Os requisitos para o exercício da atividade econômica são quase nulos, pois se tratam de funções que não exigem formações específicas, sendo elas: trabalho doméstico, comércio e artesanato. Isso possibilita a inserção de um grande contingente populacional, sobretudo a presença de familiares, no desenvolvimento destas funções.

Como é um sistema econômico com probabilidade de absorver um grande número de entrantes, o *mercado de bens e serviços* está formatado em pequenas dimensões: no tamanho dos estabelecimentos (industrial, artesanal ou de serviços);

quanto ao número de pessoas, onde cada uma possui seu próprio empreendimento; em relação ao estoque, pois se trata de um consumo fracionado; e no capital envolvido. Outro fator de destaque é o funcionamento de um grande número de empreendimentos, que desenvolvem a mesma atividade profissional, fato possível através do consumo irregular e pequeno, induzindo a manutenção de um estoque reduzido.

A fragilidade (não conseguir saldar suas dívidas em datas pré-fixadas) e a dependência (por não possuir capital) ao *mercado financeiro* para a manutenção das necessidades de consumo básicas faz com que o mecanismo monetário aprofunde, cada vez mais, as diferenças entre os intermediários e os demais agentes. A ausência de capital próprio proporciona o imperativo do dinheiro líquido, os quais dinamizam e viabilizam o sistema econômico urbano pobre.

2.2 A simbiose da economia popular em regiões periféricas

A economia popular é entendida neste trabalho através da assimilação de alguns elementos do circuito inferior da economia, e conjuntamente com a compreensão do termo por Dal Ri (1999), Tiriba (2008) e Muterle (2009); buscando, dessa forma, parâmetros para apreensão das estratégias econômicas dos segmentos populares frente à realidade do bairro do Jacintinho – região periférica de Maceió, Alagoas.

A linha de investigação proporcionada por Dal Ri (1999) na busca pelo conceito da economia popular abarca todo o sistema econômico e enfatiza as consequências do processo de formação histórica do Brasil, levando-o ao atual quadro caracterizado pela divisão do trabalho, mundialização dos mercados, crescimento sem emprego e, sobretudo, das novas relações de produção. É à margem do processo de globalização que se enquadra o sistema econômico urbano pobre que apresenta as similaridades quanto ao funcionamento do circuito inferior da economia, bem como da descrição dos seus mercados de trabalho, de bens e serviços e financeiro, desenvolvidos por Santos.

Esses elementos proporcionaram a manutenção do setor tradicional *vis-à-vis* o industrial, posto à adoção de um modelo de desenvolvimento e modernização dos mercados mundiais. Dentre os fatores de produção, o trabalho é considerado como principal e, por meio dele, imaginava-se que a reprodução do capital poderia alcançar uma homogeneização social. Contudo, a realidade atual apresenta uma estruturação heterogênea que diverge socialmente. Na América Latina, o não desaparecimento do setor tradicional foi um dos fatores para o favorecimento do surgimento de uma “nueva

estructura societal, sus heterogéneas historias.” QUIJANO (2000) – qual pode ser entendida como a reprodução do quadro material da pobreza, localizado nas favelas, grotas e encostas.

A perspectiva adicionada por Muterle (2009) está centrada na “liberdade de troca e transações sem impedimentos”, definidas por Amartya Sen, em “Desenvolvimento Como Liberdade”. Essa noção traz à luz do debate, a formalidade, a regularidade e a legalidade das formas de se entender o funcionamento da economia popular. Abranger esse conceito na perspectiva de Costa (2006, p. 147), quanto às

[...] dualidades legal-ilegal ou mesmo regular-irregular definem-se a partir do aparato jurídico formal, enquanto a oposição formal-informal parece referir-se muito mais ao processo e a situação dos agentes responsáveis pela produção do ambiente construído e pelo grau de formalização das relações entre eles [...]

Ainda conforme Costa (op. cit. 145; 146), a vida e o trabalho cotidiano nas cidades possuem dimensões ilegais e sua oposição, deste modo:

[...] as milhares de relações trabalho que não atendem completamente a legislação trabalhista, as várias facetas extrafisicas de comércio de rua - ambulantes, camelôs, sacoleiras de Miami -, as inúmeras atividades econômicas desempenhadas sem alvará de localização ou sem recibo, seja nos fundos de quintais ou em grandes escritórios, o transporte clandestino, as construções irregulares nas favelas ou nas coberturas sofisticadas, o porte irregular de armas e a nova lógica de segurança privada, os chamados condomínios fechados, que restringem o acesso ao espaço público [...]

Estes se classificam como socialmente aceitáveis, porém ilegais, e não estão restritos às classes menos favorecidas, todavia as afeta de uma forma mais avassaladora. O processo gerado pela globalização proporcionou um atual estágio social onde a “lógica da mercadoria é caracterizada pela extrema desigualdade e assimetria de poder nas relações sociais” Costa (op. cit. 146), transformando a legalidade em direito de mercadoria, onde amplia a lógica dos privilégios e cada vez mais excludentes.

O referido autor (op. cit. 146) faz uma distinção entre duas formas de ilegalidade: uma por não conseguir atender as solicitações das “imposições da cidade-mercadoria” e outra que corrompe o sistema legal instituído e que tem como objetivo vantagens coletivas e individuais.

A linha tênue entre a legalidade e a ilegalidade são definidos através dos critérios de acordo com as “construções sociais e culturais geográficas e historicamente determinadas”

Para o mesmo Costa (2006, p. 148)

[...] o grau de **regulação urbanística sobre a propriedade** remonta ao início da legislação urbanística e ambiental na segunda metade do século XIX, quando as noções de saúde pública, saneamento ambiental ou regulamentação das construções marcaram as fases iniciais de estreita vinculação entre urbanização acelerada e industrialização, caracterizando novas formas de intervenção do Estado sobre as condições de produção material urbano, à semelhança dos debates que então se travam na esfera da regulamentação do trabalho assalariado. Nesse sentido, a nova ordem jurídico-urbanística que começa a se estabelecer representa simultaneamente um ganho das lutas sociais por condições mínimas de trabalho e de habilidade (Benévolo, 1981) e ao mesmo tempo o estabelecimento das condições gerais da produção capitalista, na qual o espaço urbano é redefinido e apropriado enquanto mercadoria (Harvey, 1985), (grifo nosso).

No Brasil a questão do acesso à habitação só fora realizada a partir da década de 60, o que favorecendo apenas as classes de “renda média alta” dos brasileiros, deixando o resto da população abrigada em volta desta “ilegalidade”, apresentada aqui para Costa como privilegiados. Assim, as cidades cresceram ao redor desta legalidade, surgindo os

[...] bairros, ocupações, cortiços e favelas, nas áreas centrais e periféricas, em inúmeras e ambíguas combinações de informalidade, que via de regra resultam numa urbanização precária e incompleta, lugares fora das idéias, para usar a expressão de Maricato (2000), objetos de lutas sociais urbanas em prol da melhoria das condições de sua própria reprodução. Costa (op. cit. 149).

A falta de acesso à moradia e a pouca atenção do poder público são explicações para a ilegalidade e desigualdade nas classes sociais, segundo Costa (op. cit. 149). A “renda fundiária urbana” também possui sua parcela de culpa, pois, com a distribuição desigual e a “valorização do solo urbano”, impossibilita a manutenção dos menos favorecidos em áreas que tem “equipamentos e serviços básicos produzidos e vendidos pelo mercado imobiliário formal”.

Como aborda Costa (2006. p 149), a existência de um vínculo entre a “Cidade legal e as relações mercantis” e o retrata ocorrer o mesmo com a “cidade informalmente construída”, que possui uma afinidade com a “atuação pública e privada”, no entanto,

estando a margem da “legalidade urbanística e ambiental”. O aspecto jurídico formal, o processo e a situação dos responsáveis pelos empreendimentos, ganham destaque quanto ao desenvolvimento das atividades econômicas, com a finalidade de consumir, produzir ou trocar. Outro direcionamento para a compreensão da economia popular, que estaria centrada no agrupamento de atividades econômicas populares, justificando-se através de modificações dos mercados e dos reflexos que alteraram as estruturas econômicas e sociais. É neste sentido que os novos formatos foram investigados sob a denominação da economia informal, subterrânea⁹ e estratégias de sobrevivência.

Nesta mesma linha de pensamento, Tiriba (2008) questiona quais seriam os parâmetros que diferenciam a economia popular da informal, pois entende que a dualidade formal-informal não é o bastante para “explicar” e descrever o emaranhado das relações sociais. A autora afirma que o conceito de economia popular ajuda na distinção da racionalidade “das formas de fazer economia”. Assim, entende a economia popular como

“tendo os trabalhadores a posse e/ou a propriedade individual ou associativa dos meios de produção, ao invés do emprego da força de trabalho alheio, o princípio é a utilização da própria força de trabalho para garantir não apenas a subsistência imediata como também para produzir um excedente que possa ser trocado, no mercado da pequena produção mercantil, por outros valores de uso. Não se caracterizando pelo investimento de capital, mas pelo investimento em força de trabalho, o trabalho se constitui no principal fator de produção, constituindo-se como a gênese e, ao mesmo tempo, resultado do conjunto dos demais fatores do processo de produção de bens e serviços.” (Icaza e Tiriba, 2003: 104).

Mais uma vez, o fator trabalho é ressaltado como elemento essencial da economia popular. Comparativamente, a descrição do mercado de trabalho na economia urbana pobre, onde condição para o exercício da atividade neste sistema é quase zero, agrega-se à caracterização das relações estabelecidas, onde tem o intermediário como maior ganhador desses processos. Este agente é o único que estabelece contato com o

⁹ A Economia subterrânea para Rosseti (2000) é um ramo da economia que busca estudar algumas atividades legalizadas ou não. Assim, atividades efetivamente exercidas pela sociedade que são consideradas como desejáveis mais que não são legalizadas e as atividades efetivamente exercidas pela sociedade que ‘não’ são consideradas como desejáveis, as ilegais. Porém ambas proporcionam uma dinâmica econômica. No entanto não são computadas nos agregados macroeconômicos, ficando fora dos produtos gerados pela sociedade. É nesta mesma linha que o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO) 2009, onde abarca atividades econômicas, seja de produção ilegal e atividades legais quais proporcionam a evasão de impostos ou fraudam. Assim sendo, atividades ilegais que não declaradas, como também não possuem nenhum tipo de controle pelo poder público ou mesmos sejam contabilizadas.

circuito superior moderno, que torna a pobreza fragilizada e dependente de suas injeções financeiras.

Como as realizações das atividades econômicas eminentemente estão localizadas na periferia dos grandes centros urbanos e afeta diretamente a articulação dos setores populares, é possível afirmar que a economia popular pode ser considerada um termo válido para a investigação das estratégias adotadas frente à nova realidade de suas populações formada por trabalhadores assalariados, informais, ilegais e irregulares de renda baixa (até 2,5 salários mínimo) e de suas famílias, que transacionam no Centro Comercial e de Serviços Popular do bairro do Jacintinho.

No entanto, é observada outra definição para Economia Popular. Segundo Carvalho (2010) esta é uma vertente da economia urbana, empenhada em compreender a dinâmica de bairros, feiras, redes de empreendimentos associados, núcleos produtivos, produção familiar e outras expressões que caracterizam a vida econômica dos bairros periféricos das cidades, do sistema produtivo dos segmentos mais pobres da população.

Destas expressões econômicas citadas por Carvalho (2010), sua grande maioria se tornou possível à realidade alagoana, através das transferências federais, que vem proporcionando um dinamismo a economia local, visto que, para Carvalho, amplia-se o consumo e, conseqüentemente a produção de origem local, sendo observado este fato nos bairros periféricos.

2.3 Comércio diário e suas características

O debate em torno dos Centros Comerciais e de Serviços Populares - CCSP's, compreendem a distinção do uso dos seus espaços de funcionamento, da existência dos equipamentos que compõem, bem como seu horário de oferta de bens e serviços. Sua descrição e a identificação dos processos que estão relacionados ao seu surgimento são fundamentais para a observância da feira livre como seu núcleo.

A descrição do comércio diário consiste na exposição dos equipamentos que compõem a economia quanto ao seu funcionamento. Ou seja, alguns abrem apenas aos finais de semana e outros todos os dias. A composição dos equipamentos que compõem o Centro Comercial e de Serviços Populares são o mercado público, a feira livre e os vendedores de rua, o camelódromo, bem como os empreendimentos, sejam eles formalmente constituídos ou não. Esta afirmação está balizada diante do argumento de que todos esses equipamentos estão aglomerados em um único espaço, que possui a

característica de ofertar uma cesta de bens e serviços variada a um contingente populacional delimitado geograficamente. Outro aspecto que deve ser ressaltado é sua semelhança com o agrupamento de empreendimentos em um mesmo espaço o *shoppings center*.

Fotografia 1 – Vendedores de rua trabalhando até às 20 horas (feira do Jacintinho).



Fonte: Elaboração Própria

A formação do espaço urbano é debatida sob a luz de Corrêa (2005), que entende que os **processos sociais produzem a distribuição espacial**, tendo como chaves variáveis a acumulação do capital e a reprodução social. Neste último, os responsáveis pela geração das atividades e das materializações, ora reproduzem redutos de compra para os pobres, ora para os abastados.

As diversas variáveis que operaram em tempos passados são responsáveis pelo surgimento das formas sociais. Deste modo, as atividades e a população das cidades localizam-se, por hora, de acordo com a manifestação destes processos sociais. Assim, esta constatação permite que as cidades possuam a característica de ser mutável. Portanto, “os processos espaciais são de natureza social, cunhados na própria sociedade” (op. cit. 36).

Os processos sociais geram as formas na cidade capitalista, entendidas de acordo com Corrêa (2005), respectivamente como a Centralização e Área central; Descentralização e os Núcleos secundários; Coesão e as Áreas especializadas; Segregação e as Áreas sociais; Dinâmica espacial da segregação; Inércia e as Áreas cristalizadas. Independente de suas formas espaciais particulares de cada uma, elas são complementares¹⁰. Assim têm-se a compreensão do autor supracitado:

- (a) centralização e a área central;
- (b) descentralização e os núcleos secundários;
- (c) coesão e as áreas especializadas;
- (d) segregação e as áreas sociais;
- (e) dinâmica espacial da segregação;
- (f) inércia e as áreas cristalizadas.

É possível verificar o processo e formatação dos espaços ao mesmo tempo numa mesma cidade ou bairro

[...] um processo de descentralização pode estar ocorrendo, originando, por exemplo, novos subcentros comerciais intraurbanos, ao mesmo tempo que surgem novos bairros da elite, fortemente segregados: neste sentido pode-se afirmar que os processos espaciais são complementares entre si. Corrêa (op.cit. 37)

A caracterização destes processos e formas tornará mais lúcida a compreensão do que vem a ser os Centros Comerciais e de Serviços Populares. Enquadrá-lo dentro da perspectiva histórica de seu processo de surgimento e de como estão formatadas suas peculiaridades é um procedimento necessário que busca validar a hipótese de áreas segregadas, que possuem uma conotação periférica e, sobretudo, constatar sua imposição mercadológica. Ou seja, estes espaços criaram o imperativo de suas existências.

A busca pela eliminação da deseconomia de escala¹¹ em que as empresas migram para áreas que não são centrais gera uma inflexibilidade locacional no espaço das cidades e, desta forma, proporciona a descentralização e o surgimento dos núcleos secundários. Além destes, outros fatores também são responsáveis

¹⁰ Para o presente trabalho, serão definidos os conceitos de centralização e descentralização. Para maiores esclarecimentos sobre os demais processos sociais, analisar Corrêa (2005).

¹¹ Causadas pela centralidade (várias empresas do mesmo ramo num mesmo espaço).

[...] ao crescimento da cidade, tanto em termos demográficos como espaciais, ampliando as distâncias entre a Área Central e as novas áreas residenciais: a competição pelo mercado consumidor, por exemplo, leva as firmas comerciais a descentralizarem seus pontos de venda através da criação de filiais nos bairros. É necessário, no entanto que haja um mercado que justifique cada localização, bem como acessibilidade às filiais. A competição entre firmas comerciais pressupunha anteriormente uma localização central; agora, adicionalmente, várias descentralizadas. Corrêa (op. cit. 46).

Esta descentralização se deu através do desenvolvimento tecnológico dos meios de transporte, que possibilitou o acesso destes as áreas periféricas com maior facilidade, tais como carro¹², ônibus, caminhão entre outros.

De acordo com Corrêa (2005, p.47)

[...] a descentralização torna o espaço urbano mais complexo, com vários núcleos secundários de atividades. Mas o significado dela é muito mais amplo. Para o consumidor, o aparecimento de núcleos secundários de atividades comerciais gera economias de transporte e tempo, induzindo a um maior consumo, o que é do interesse do capital produtivo e comercial.

Assim, os Centros Comerciais e de Serviços Populares surgem como alternativa aos moradores da própria localidade, bem como ao seu redor, pelo fato de agregar um grande número de estabelecimentos comerciais e uma forte presença da economia urbana pobre. O CCSP gera uma economia às populações próximas, em virtude de demandar um menor tempo e dinheiro com transporte, quando estes moradores locais e circunvizinhos buscam a oferta da infinidade de produtos aglomerados em um único espaço.

No entanto, a descentralização faz desaparecer os estabelecimentos de menor porte entendidos como ‘firmas de bairros’, devido à economia de escala pelas grandes firmas. Tem-se observado este movimento, já que é percebida a presença do circuito superior, tais como os auto-serviços¹³, revendedoras de motocicletas, e franquias.

¹² Este tem sua disseminação através da indústria automobilística, onde tem seu nascimento no final do Século XIX. Entretanto, na segunda metade do século XX ocorre a democratização dos automóveis e utilização do ônibus como transporte coletivo.

¹³ Popularizou-se e ganhou dimensão além mar, surgindo nos três primeiros decênios do século XX, como um modelo de auto-serviço nos Estados Unidos. Caracterizava-se como um conjunto de lojas independentes e cadeias de mercearias, pois como eram escassos transporte e comunicação, à necessidade de dispersão dos pontos de vendas eram fundamentais (CYRILLO, 1987).

O que gera este processo de descentralização é bastante complexo e seletivo, assim utilizando-se da taxonomia proposta por Corrêa (2005), Quanto a gestação destes espaços, verifica-se a

(b) Seletividade em termos temporais. Em relação à indústria descentralizam-se primeiramente aquelas que são consumidoras de espaço ou poluentes; no caso das atividades terciárias, aquelas que atendem demandas mais freqüentes, como as exercidas pelos clínicos gerais, tendem a abandonar o centro anteriormente às atividades que atendem às demandas menos freqüentes, com aquelas dos médicos especialistas.

(d) Seletividade em termos de tamanho da cidade. A descentralização começa a se verificar a partir de uma dimensão urbana que, no entanto, pode variar em razão de peculiaridades do sítio urbano, do sistema de transporte, das funções urbanas e do nível de renda.

(e) Seletividade em termos de território. Certos setores da cidade são mais procurados do que por outros pelas atividades da Área Central; no caso das atividades terciárias os bairros habitados pela população de renda elevada tendem, em razão do alto nível de consumo, a receber primeiramente em maior número as filiais de empresas comerciais do que os bairros populares; no caso da indústria verifica-se o contrário, havendo ênfase de realocações nas áreas populares, especialmente aquelas dotadas de grandes vias de tráfego.

A identificação da seletividade em termos temporais, tamanho da cidade e de território, fornece elementos para a compreensão dos processos que dão origem ao Centro Comercial e de Serviços Popular. A seletividade quanto o aspecto temporal compreende a saída das atividades da área central, na busca pela oferta dos produtos as áreas distantes. O impacto do crescimento das cidades permite a verificação do surgimento dos espaços periféricos, permitindo a segregação social. Sob a perspectiva do território, áreas de maior poder aquisitivo recebem a princípio atenção do poder público, bem como, a oferta dos produtos modernos da economia.

A seleção das áreas no espaço urbano sob os termos (temporal, tamanho da cidade e de território) exercem funções co-autoras de responsabilidade organizacional econômica popular no meio urbano. A existência do Centro Comercial e de Serviços Popular agrega uma oferta de empreendimentos que visam o atendimento às classes menos favorecidas, seja por meio da presença pública, como o mercado público, camelódromo, segurança, transporte público, postos de saúde, entre outros, ou seja, através dos equipamentos privados como a feira livre, os vendedores de ruas, clínicas médicas, supermercados, entre outros.

Classificar o Centro Comercial e de Serviços Popular em relação a Berry, citado por Corrêa (op. cit. 50)

Quadro 1 – Os núcleos secundários de comércio e serviços.

		Função	
		Hierarquizada	Especializada
Forma	Áreas	Subcentros: regional	Distritos médicos; distrito diversos e; etc
		de bairros	
		de bairros	
	Eixos	Lojas de esquina	Ruas de autopeças; Ruas de móveis; Ruas de confecções e; etc.
		Rua comercial de bairros	
		Rua comercial de bairro	

Fonte: CORRÊA, Robert Lobato, 2005 “O Espaço Urbano” São Paulo: Atica, p.50.

A própria dinâmica da cidade promove o surgimento de núcleos secundários quanto ao suprimento das necessidades de seus cidadãos. Diante do surgimento de áreas reservadas às populações cada vez mais distantes das áreas centrais, a promoção da descentralização torna-se *mister*. Sua ocorrência, em termos temporal, verifica-se quanto à disposição do tempo em satisfazer as demandas dessa população afastada da área central.

Em relação ao crescimento das cidades, observa-se sua descentralização impactando na distinção dos espaços urbanos residenciais. Já sobre a seletividade territorial, existe a diferenciação da oferta dos bens e serviços, sejam privados ou públicos.

A congregação desses fatores (temporal, tamanho e crescimento), promotores do surgimento de núcleos comerciais secundários, apenas confirma a instituição de conjuntos de empreendimentos que buscam saciar as necessidades das localidades distantes da área central da cidade. Deste modo, os núcleos hierarquizados funcionam como ‘uma réplica intra-urbana da rede regional de localidades centrais’. Assim, esta constitui o Subcentro Regional como se fosse uma

[...] miniatura do núcleo central. Possui uma gama complexa de tipos de lojas e de serviços, incluindo uma enorme variedade de tipos, marcas e preços de produtos. Muitas de suas lojas são filiais de firmas da Área Central, e, à semelhança desta porém em menor escala, o subcentro regional constitui-se em importante foco de linhas de transporte intra-urbano. Corrêa (2005, p.51).

Esta descrição define com precisão a forma que está caracterizada o Centro Comercial e de Serviços Popular (mercado público, feira livre e os vendedores de rua, camelódromo e os empreendimentos formalmente constituídos ou não).

Cabe enfatizar uma similaridade com os equipamentos difundidos após a Segunda Grande Guerra: os centros de compras planejados ou '*shopping centers*', localizados em espaços de fácil acesso, seguro, climatizado, com amplo estacionamento e, sobretudo, que comercializam produtos de características modernas que atendem os mais abastados. Contudo, os Centros Comerciais e de Serviços Populares, encontrados em regiões periféricas, situados próximos ou nas principais vias da capital alagoana, possuem uma capilaridade, ora municipal ou local, dispõem de bens e serviços tradicionais e modernos, funcionam 24 horas, mesmo quando o horário comercial se finda. Neste cenário, entra em cena a economia subterrânea, tomando conta do mesmo espaço, com sua infinidade de empreendimentos que fazem movimentar a economia.

2.4 A teoria dos lugares centrais e a feira livre

Os principais empreendimentos verificados nos Subcentros Regionais são as feiras livres. Portanto, foi realizado um esforço para identificação deste fenômeno como núcleo do Centro Comercial e de Serviços Popular– CCSP através da teoria dos lugares centrais proposta por Christaller e a definição do espaço urbano elaborado por Corrêa.

A importância da localização geográfica, das distâncias entre quem produz e quem consome, nos estudos econômicos regionais, apresentam uma causalidade de desenvolvimento intrínseco de determinadas regiões, a outras. Sob a perspectiva desta análise, destacam-se as obras de Von Thünen, Alfred Weber e Lösch, os quais, de acordo com Almeida (2009, p.108):

[...] “abordam o desenvolvimento regional e a distribuição espacial do crescimento econômico tomando como referência as grandes distâncias geográficas, a interdependência dos municípios produtores aos centros consumidores e o custo do transporte dos insumos primários e a aquisição de bens de capital”.

Dentre outras contribuições à localização econômica, a obra de Walter Christaller '*Lugares Centrais no Sudeste da Alemanha*', escrita em 1933, trazia à luz do

debate da economia regional¹⁴ um “sistema simbiótico de lugares centrais” (CHRISTALLER, 1966, p.37).

As teorias proposta indicam os lugares centrais (núcleos urbanos) como fornecedores de bens e serviços para própria localidade, bem como para a sua volta que geralmente possui menor centralidade. Algumas áreas são privilegiadas quanto à oferta de uma série de produtos. Porém, nem todos os espaços possuem o que é demandado pelo seu público frequentador. Como a necessidade geralmente não é suprida em termos de variabilidade dos bens e serviços em qualquer que seja a localização dos empreendimentos, alguns lugares assumem o papel central. Deste modo, através da organização do espaço e da seletividade de determinadas regiões na oferta de produtos, é possível identificar o princípio da centralidade, resultando conseqüentemente uma hierarquização.

Conforme Lopes (1987, p. 04-05), Christaller admite certos pressupostos:

- “1) Que a população se distribui no espaço de forma homogênea, e considera esse mesmo espaço como isotrópico; em consequência, a ocupação humana processar-se-ia segundo um padrão triangular que garante a existência de distâncias iguais entre os compradores mais próximos;
- 2) Que a oferta se localiza espacialmente num sistema de pontos: lugares centrais;
- 3) Que a procura dos bens e serviços oferecidos nesses pontos é assegurada pela população que neles vive e pela da região complementar (ou tributária) dele;
- 4) Que os bens e serviços são de ordens de importância variáveis, avaliáveis a partir da frequência com que são necessários e em princípio, considera de ordem mais elevada os que mais raramente são procurados;
- 5) Que a ordem dos bens e serviços oferecidos num centro está associada à própria ordem de importância do centro para cuja medida propõe o conceito de centralidade”;

A homogeneidade de seu pressuposto é assimilada pelo conceito de homoteicidade (teia social composta por uma única faixa de renda), onde na região periférica encontra-se o público alvo da feira livre. Neste mesmo espaço de trocas, a não-organização de seus setores se processa de maneira natural (apesar de alguns casos verificar-se a interferência do poder público na condução da organização em setores – hortifrutícola, vestuário e secundário – das feiras livres), pois antes mesmo da presença do poder instituído, a auto-organização era verificada.

¹⁴ Segundo Richardson (1975, p. 161) a teoria de Christaller (1966) é a “mais amplamente difundida sobre o crescimento urbano”.

Em virtude da variabilidade e existência de muitas unidades produtivas comercializando os mesmos bens e serviços, muitas pessoas são atraídas na busca da possibilidade de negociar preços. Este contingente populacional é uma das formas de se explicar a chegada da moderna economia capitalista¹⁵ validada pelos marcos regulatório (globalizada, comercializando os produtos modernos). Porém, outro modelo de atração do segmento moderno da economia seria por meio do estímulo das políticas públicas.

Como a feira livre está, cada vez mais, dividindo seus espaços com os formais, legais e regulares, a oferta e o consumo nestes espaços (entendidos como os Centros Comerciais e de Serviços Populares) perpassam à perspectiva simplista dos meros produtos de origem do campo. Ora se aproveitando do contingente populacional consumidor, ora pelo estímulo da promoção de políticas compensatórias.

A localização central da comercialização de bens e serviços não é explicável apenas por fatores geográficos, conforme afirma Christaller (1933), pois nem sempre o centro geográfico é núcleo econômico. O autor defende que a distância geográfica deveria ser substituída pelo conceito de distância econômica, pois aborda os custos de frete, seguros, embalagem, armazenagem e tempo necessário, no caso da comercialização dos produtos.

Todavia, cada produto apresenta certo domínio espacial visível através de sua área demandante, ou seja, os limites geográficos assumem importância econômica. Produtos de elevada centralidade originam-se longas distâncias econômicas, enquanto produtos de menor centralidade são demandados a menores distâncias. A centralidade dos produtos é determinada por duas vertentes: do lado da demanda, a importância do custo de acesso em virtude da distância econômica; do lado da oferta, as economias de escala. Recorrendo a Clemente (2000, p. 89):

“A centralidade de um produto e, portanto, sua área de mercado dependem tanto dos consumidores; quanto dos ofertantes. Se dois produtos apresentassem o mesmo padrão de economias de escala, o de maior preço apresentaria área de mercado maior, e se seus preços fossem iguais, o que apresentasse economias de escala mais acentuadas apresentaria área de mercado maior. No primeiro caso, a área de mercado maior é resultado da menor importância relativa da distância econômica (custo de acesso); no segundo, a área de mercado maior resulta da influência das economias de escala, que favorecem a concentração da oferta”.

¹⁵ A conjuntura econômica da região deve ser levada em consideração, como neste trabalho está se tratando do Nordeste brasileiro, que conta nos últimos anos de um panorama extremamente favorável ao consumo varejista. Assim tornando-se viável a afirmação acima.

Esse debate se torna importante pelo fato de estar contextualizando o principal problema econômico: a escassez dos fatores de produção frente às necessidades ilimitadas dos seres humanos. Pode-se assegurar aos seus residentes ou mesmo transeuntes o acesso a todos os produtos desejados, porém não implica que esses bens e serviços são elaborados na própria localidade. É através da economia de escala, por meio do alcance mercadológico dos produtos, que são definidas suas ofertas.

A centralidade de um produto também pode ser indicada por sua raridade, conforme Clemente (2000, p.90):

“Produtos encontrados em toda parte, por menor que seja o centro de mercado (ou lugar), são produtos de centralidade inferior, enquanto produtos encontrados apenas em alguns lugares de maior expressividade (lugares centrais) são de centralidade superior”,

Destarte, dentro de uma região central, pode-se admitir que a centralidade dos produtos alcançasse graus diferenciados. A oferta dos produtos verificados nas feiras livres é de centralidade inferior, contudo o infinito número de comerciantes transacionando o mesmo produto é o que torna esse espaço comercial de característica peculiar.

Fotografia 2 – Presença de produtos hortifrutícola na feira livre do Jacintinho.



Fonte: Elaboração Própria

Nas feiras livres verificam-se setores distintos em relação aos produtos comercializados e a infraestrutura utilizada. Assim, seu complexo pode ser dividido em quatro principais subnúcleos diferenciados entre si, sendo eles:

a) Setor hortifrutícola: Frutas, legumes e verduras, o qual utiliza barracas fixas, algumas com água encanada e energia elétrica;

b) Setor de vestuário: são comercializadas confecções e calçados novos, além de diversos serviços, cuja estrutura corresponde a cabines de alvenaria com energia elétrica, onde geralmente a opção de cartões de crédito como formas alternativas de pagamento já é uma realidade;

c) Setor secundário: são negociados produtos usados e expostos ao ar livre;

d) Setor secundário de vestuário: onde são negociados vestuários usados, utilizam pequenas barracas móveis e sem cobertura.

3. REFERENCIAL METODOLÓGICO

Este trabalho consistiu na investigação, através de teses, dissertações, monografias, revistas, artigos e as demais formas de publicação científica, sobre economia popular e processo de urbanização como uma resposta que gerou os bolsões de pobreza. Foram utilizados dados quantitativos e qualitativos de maneira primária e secundária para o estudo de caso da feira livre do bairro do Jacintinho como uma estratégia econômica dos segmentos populares de baixa renda que possuem pouca escolaridade, oriundas do campo e que, majoritariamente, suas unidades produtivas não atendem aos marcos regulatórios normais.

A valoração, enquanto problema escolhido para esta dissertação, contempla os seguintes critérios: viabilidade (é possível ser concretizado com pesquisa), relevância (novos conhecimentos serão integrados), novidade (é uma realidade atual ou apresenta soluções novas e enfoques diferenciados), exequibilidade (a conclusão é atingível) e oportunidade (são de interesse holísticos ou específicos) (LAKATOS, 1992).

Assim sendo, sua viabilidade tornou-se possível, visto que, as informações e dados possibilitaram a realização da pesquisa. O problema possui relevância diante da carência de estudos que apresentem as transformações ocorridas nas últimas décadas nos centros urbanos nordestinos, sob a perspectiva das estratégias de sobrevivências

econômica de suas populações menos favorecidas. A novidade consiste em trazer à luz do debate da economia urbana, as expressões da economia popular na periferia com a descrição do seu sistema econômico de funcionamento.

A execução do problema está centrada na identificação de uma economia urbana pobre, que se tornou dinâmica através da nova trajetória das classes sociais, os trabalhadores assalariados de baixa renda, identificados como segmentos de consumo C e D, que é retroalimentada pelos Programas de transferência de renda do poder estatal. Portanto, a caracterização da realidade do caso permitiu conclusões válidas.

Diversos interesses puderam ser contemplados, pois a apresentação da realidade sobre as formas de reprodução das trocas, no contexto da economia popular, bem como as constatações sobre o quadro material atual do objeto de análise, validam o problema diante do quanto é oportuno para reflexão das manifestações de classes e poder público.

A possibilidade de identificação da

“**economia de uma cidade** ou região, pode ser investigada através do uso do método de estudo de caso. Em todas essas situações, a clara necessidade pelos estudos de caso surge do desejo de se **compreender fenômenos sociais complexos**. Em resumo, o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real – tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, **mudanças ocorridas em regiões urbanas**, relações internacionais e a **maturação de setores econômicos**.” (YIN, 2005, p.20, grifo nosso).

A justificativa do uso deste método compreende um fenômeno contemporâneo que vem ocorrendo na cidade de Maceió, valendo-se que seus reflexos protagonizam complexidades na forma de sobrevivência das camadas populares no seio da periferia urbana. Neste sentido, utilizou-se o projeto de caso único tipo 2 que contempla a incorporação de outros projetos de investigação, em que se realiza a contextualização sobre o caso a ser estudado e incorpora-se outras análises (secundárias que constituem-se os objetivos específicos) (YIN, 2005). Os métodos de procedimentos incorporados foram o histórico, comparativo e estatístico (MARCONI, 1999).

Foi utilizada a análise documental em todos os capítulos, esta entendida como o estudo de documentos específicos que complementaram os dados recolhidos por meio de outros instrumentos da pesquisa, como informações coletadas na Prefeitura Municipal de Maceió, Secretaria Municipal de Saúde de Maceió e sites específicos.

No capítulo 2, o instrumento metodológico utilizado para construção do debate teórico desta dissertação foi a análise bibliográfica em todos os conceitos. O conceito de

economia popular foi baseado nos estudos de Milton Santos (2004), Dal Ri (1999), Mutterle (2009) e Tiriba (2008). O Comércio Diário permeou as contribuições de Corrêa (2005). Teoria dos Lugares Centrais e a Feira Livre Christaller (1933) e Clemente (2000).

No quarto capítulo, que versa sobre o crescimento das cidades, foi utilizado o método histórico e comparativo, em que, respectivamente apresentaram evidências significativas a serem confrontadas do período da revolução industrial, na Inglaterra, *versus* a industrialização no Brasil. A análise proporcionou uma aproximação do quadro material da classe trabalhadora contemporânea.

O quinto capítulo contemplou uma análise estatística descritiva de dados secundários sobre o crescimento do Nordeste. Ademais foi realizada uma descrição da mobilidade social em Alagoas e Maceió, por meio da base estatística que está disponível no site do Centro de Políticas Sociais (CPS) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Utilizou-se do *software* que apresenta o panorama de evolução das medidas sociais baseadas em renda *per capita*. É neste momento que se verifica um potencial de consumo para os residentes tanto em Maceió como, como em todo o Estado.

No sexto capítulo, outra técnica metodológica de investigação usada foi a Observação Direta. Através de visitas, pôde-se vivenciar quase que diariamente o clima da feira livre do bairro do Jacintinho, onde foi verificada alguns comportamentos típicos das regiões periféricas, bem como a identificação dos agentes presentes no seu sistema econômico e a infraestrutura de todo o CCSPJ (YIN, 2005).

Ainda em relação ao sexto capítulo, as principais feiras livres de Maceió foram caracterizadas, bem como ressaltado seu elemento centralizador dos Centros Comerciais e de Serviços Populares na capital alagoana. Foram coletados os seguintes dados: número de feirantes e porcentagem de produtos significativos (onde representa pelo menos 1% do produto comercializado em cada feira), sendo elaborado de forma censitária. Este levantamento foi realizado *in loco* nas nove feiras livres, aos finais de semana, já que são os dias de maior número de vendedores e de consumidores.

As informações referentes à renda dos consumidores foram extraídas de forma secundária, através de pesquisas científicas e Trabalhos de Conclusão de Curso do Grupo de Pesquisa Economia Popular e Autogestão – GPEPA.

Assim, a centralidade das feiras livres¹⁶ da capital alagoana com base em sua localização geográfica e diversificação dos produtos ofertados, foi utilizada como *proxy* essa verificação, até pelo fato de este trabalho buscar a constatação da feira livre de um dos bairros da capital alagoana, o Jacintinho. Neste sentido, o levantamento histórico e a pesquisa de campo foram essenciais para verificar se as feiras livres são especializadas de acordo com sua localização e/ou em produtos alimentícios, ou não.

A cristalização da economia popular em Alagoas foi captada por meio do exame quantitativo e qualitativo dos aspectos históricos, sociais, econômicos, políticos e geográficos. Para analisar o contexto atual da economia popular em Alagoas é necessário compreender como ocorreu o processo de surgimento de suas regiões periféricas, apresentar o atual quadro material dessa população e compreender sociologicamente como se estabelecem suas relações, seja sob a ótica social ou de suas formatações econômicas.

Optou-se por investigar os aspectos de ordem histórica, social, política e econômica, que foram essenciais para compreensão da realidade atual da feira livre do bairro do Jacintinho, visando a construção de um cenário alternativo para formulação de estratégias de posicionamento social. Possibilitando uma alternativa de desenvolvimento local por meio dos aspectos institucionais, representados pelo poder público e as manifestações das classes sociais,

Com a intenção de capturar os fatores históricos do bairro do Jacintinho, foi empreendida a busca no Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes (ICHICA), onde foi possível o resgate do Trabalho de Conclusão de Curso: Jacintinho: o retrato de uma Comunidade, defendido em 2005.

A construção do cenário social foi possível através da Pesquisa de Mapeamento e Qualificação da Exclusão Social dos Territórios de abrangência dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) de Maceió de 2011, desenvolvido pelo Núcleo Temático da Assistência Social da UFAL (NUTAS), juntamente com o Conselho Municipal da Assistência e a Secretaria Municipal de Assistência Social de Maceió (SEMAS).

O aspecto econômico foi formulado com base nas informações construídas ao longo do período como discente do Curso de Mestrado em Economia (CME), ao lado,

¹⁶ Para Dantas (2008), dois são os grupos de países que podem ser diferenciados quanto à origem das feiras e mercados na América Latina: os que já tinham “praças de mercados antes da chegada dos colonizadores” Dantas (*op. cit.* 89) e; os países que não possuíam tal característica, surgindo como modalidade inovadora de comercialização, em relação à população nativa, qual o Brasil faz parte.

do desenvolvimento de trabalhos correlatos empreendidos pelo Grupo de Pesquisa Economia Popular e Autogestão (GPEPA). Adotou-se o viés da economia popular diante da cristalização de suas expressões comerciais e de serviços e, sobretudo, por entender que o dinamismo de Alagoas é característico pois, as classes sociais estimuladoras da expansão varejista em Maceió estão concentradas entre os que ganham até um salário mínimo e os que são contemplados pela capilaridade do poder central, enquanto redistribuidor de renda e através dos programas de transferências de renda.

O posicionamento político buscado incidiu sobre o direcionamento dos agentes envolvidos nos empreendimentos localizados no CCSPJ, apesar de constar apenas como alternativas a manifestação popular dos mesmos. A organização estrutural do comércio varejista para Corrêa (2000, p. 6) deve ser entendida como um conjunto de características que dizem respeito, de um lado, à organização comercial em setor formal e informal e, de outro, a organização do comércio em rede.

No entanto, explica que a transição do comércio varejista do circuito inferior para o superior pode se dar através da intervenção do estado que poderá organizar uma área para instalar os vendedores de ruas nos camelódromos, localizados em áreas de comércio popular. Mas também pode se dar através de uma auto-organização, onde os espaços apropriados apresentam certa divisão territorial do trabalho, criando um sistema próprio de segurança.

Contudo, o comércio varejista, pode estar vinculado a um relativo capital comercial autônomo. Neste caso, pode se apresentar como ramo do capital das grandes corporações, quando apresenta uma grande tendência a se organizar em redes, tanto por meio de lojas filiais com controle direto, como por meio de loja franquizada, submetidas a um controle indireto.

Para a análise urbana sobre o processo de constituição do meio periférico é possível, a partir do conceito de Pedrão (2002), a verificação do funcionamento das formatações econômicas, das estruturas da vida social e, sobretudo, da contemplação da apreciação sociológica urbana via historicidade das cidades. É nesta perspectiva que é possível enquadrar os Centros Comerciais e de Serviços Populares, verificando sua funcionalidade dentro da organicidade econômica, suas expressões mais significativas de cunho popular, por meio, de seus formatos e processos que o criaram, bem como a homotecidade popular.

Das orientações para investigação sugerida por Pedrão (2002) sobre os aspectos urbanos e regionais, é necessário olhar especialmente para três aspectos:

- I) como ocorreu a construção do meio urbano;
- II) visualizar as novas formatações da estrutura da vida social e seus espaços específicos
- III) compreender as mudanças econômicas e políticas.

Nesse sentido, a partir das características de uma abordagem sociológica da história das cidades, requer aceitar que a formação do bairro do Jacintinho foi imposta pela conjuntura da política estadual na década de 80, sendo reflexos de um processo oligárquico e concentrador, quando muitas famílias foram obrigadas a deixar o campo e buscar a sobrevivência na cidade. Esta constatação está balizada no referencial teórico acerca de autores alagoanos.

A peculiaridade da formação econômica do CCSPJ distingue das propostas na condução do bem-estar social do poder central, *vis-à-vis* a condução estadual em que vem tomando outro rumo nos últimos 10 anos: ampliação da capilaridade federal quanto aos aspectos sociais, gerando dinamismo econômico de dimensões a serem consideradas neste trabalho.

A análise da população que frequenta e mantêm o dinamismo destes espaços comerciais só foi possível através da coleta secundária de dados da Pesquisa de Mapeamento e Qualificação da Exclusão Social dos Territórios de abrangência dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS de Maceió de 2011. O estudo permitiu captar a realidade local dos consumidores e trabalhadores da região no espectro da condição habitacional, trabalho e educacional, fornecendo o perfil dos residentes do bairro do Jacintinho e de sua proximidade que consomem no Centro Comercial e de Serviços Popular do Jacintinho.

Como se tratou de uma pesquisa de capilaridade dos residentes em situação de vulnerabilidade social nos territórios dos CRAS, e o perfil dos agentes do CCSP's são seus os próprios moradores da região e das zonas adjacentes, optou-se por utilizar os dados referentes que envolvem o bairro do Jacintinho como *proxy* para os consumidores e trabalhadores do CCSPJ, pois a proposta inicial se figurava em realizar uma pesquisa de campo junto aos empreendimentos localizados no CCSPJ, porém próximo à realização do estudo, o poder público retirou os ambulantes do passeio público, e gerou uma instabilidade quanto ao relacionamento com as lideranças locais, inviabilizando a pesquisa de campo.

4. CRESCIMENTO DAS CIDADES E SEUS REFLEXOS: REVOLUÇÃO INDUSTRIAL EUROPÉIA E BRASILEIRA

Para compreensão do funcionamento da economia urbana, cabe observar o papel assumido pelas classes sociais nas cidades, identificando a composição dos artifícios de sua expansão e consolidação. Outro elemento não menos importante, é a caracterização da reprodução material dos segmentos sociais menos favorecidos, pois reflete o emolduramento da discrepância social nos centros urbanos, tingidas com maior relevância a partir da Revolução Industrial, ponto de partida deste trabalho.

O processo de transferência e adaptação populacional para os centros urbanos – tanto na Europa com a revolução industrial (o caso clássico), como no Brasil por meio de sua industrialização tardia – fornecerá subsídios similares e diferenciadores de ambos os períodos sobre a categoria trabalho, também objeto de análise desta dissertação. A transição dos dois momentos distintos de industrialização (Europa e Brasil) é essencial para indicar mudanças na condução de sobrevivência, no seio destas sociedades, sob a ótica da reprodução econômica e social.

Esclarecer a importância dos setores econômicos secundário e terciário no momento de crescimento populacional dos períodos históricos, citados anteriormente;

coincidem com o fortalecimento da mobilidade campo-cidade, tendo como elementos distintivos entre os países desenvolvidos¹⁷ da Europa, os cortiços e nos subdesenvolvidos, as favelas (SANTOS, 2004).

Os reflexos dessas relevâncias são os atuais cenários que passam pelos processos de formação dos espaços urbanos, bem como suas teias de relações econômicas: popular, solidário e informal.

A compreensão destes aspectos irá proporcionar um arcabouço teórico para caracterização do bairro do Jacintinho como região periférica, espaço urbano que possui similaridades quanto aos agentes formadores destes locais, como também divergente sob suas representatividades.

4.1 O processo de crescimento populacional nas cidades

É na Grã-Bretanha, desde 1801, que tem início a transferência populacional do campo para a cidade, seguidos pela França e Alemanha, após 1830. Fato que pode ser observado na cidade de Londres, que no ano de 1801 tinha uma população de 864.845 habitantes, em 1841 já contava com 1.873.676 moradores e, em 1891 alcançou o número de 4.232.118 residentes. Neste mesmo período, as cidades inglesas possuidoras de mais de cem mil habitantes passam de duas para 30 (CHOAY, 2005).

A produção social e econômica nas cidades, após sua industrialização, sofre uma mutação. As representatividades sociais e políticas, assim como a importância dos setores primário, secundário e terciário refletem o processo de formação histórica dos centros urbanos. Neste sentido, é importante resgatar as funções das cidades no período medieval, onde em toda Europa, inclusive a Alemanha,

“Among the larger towns we may distinguish two kinds: the city with primarily commercial and financial functions and the industrial city. By far the majority of medieval cities seems to have had commercial and financial functions. These were the towns whose power and wealth was based upon their being the home base of a group of important merchants engaging in international trade or which were places in which great banking houses were domiciled. In many instances merchants and financial families were so closely related that it is often impossible to distinguish between those towns which were primarily centers of trade and those which were primarily banking centers.” (HOSELITZ, 1953, p 200).

¹⁷ Os guetos nos Estados Unidos. Cabe o destaque, porém seria irrelevante seu aprofundamento, visto que, o desenvolvimento deste capítulo centra-se; na Europa com a Revolução Industrial e no Brasil com sua industrialização tardia, sob a perspectiva da reprodução do quadro material dos menos favorecidos.

A funcionalidade das cidades altera-se com a ampliação de suas economias, no período da revolução industrial, justamente devido à migração do campo para as cidades, conforme explicitado por Choay (2005).

O nível e a ordem como esse fenômeno ocorre encontram-se diretamente relacionados com o grau de industrialização dos países. Os reflexos desse processo produziram alterações econômicas nas sociedades e, conseqüentemente, nas estruturas sociais das cidades e nos meios de produção e de transporte, surgindo novas funções urbanas. A racionalização das vias de comunicação e criação das estações¹⁸ promove uma nova ordem urbana, após a consolidação desta fase, os setores urbanos,

“(quarteirões de negócios do novo centro, agrupados nas capitais em torno da Bolsa, nova Igreja; bairros residenciais na periferia destinados aos privilegiados). Por outro lado, são criados novos órgãos que, por seu gigantismo, mudam o aspecto da cidade: grandes lojas (em Paris, *Belle Jardinière*, 1824, *Bom Marché*, 1850), grandes hotéis, grandes cafês (“à 24 billards”), prédios para alugar. Finalmente, a suburbanização assume importância crescente, as classes média e operária deslocam-se para os subúrbios e a cidade deixa de ser uma entidade espacial bem delimitada” (CHOAY, 2005, p. 4).

Em relação à Engels (1980), na passagem da manufatura e da pequena produção para a grande indústria, é verificada nas cidades a privação da habitação, visto que operários oriundos do meio rural são acomodados nos centros industriais de forma marginalizada,

“as velhas cidades já não correspondem às condições da nova grade indústria nem ao seu grande movimento; as ruas são alargadas, abrem-se novas ruas, as ferrovias passam pó elas. No momento mesmo em que os operários afluem em grande número às cidades, as habitações operárias são destruídas em massa. Daí a repentina penúria de habitação para o operário, o pequeno comerciante e o artesão, que dependem da clientela operária. Nas cidades que surgem desde o primeiro momento como centros industriais essa escassez de habitação é quase desconhecida.” (ENGELS, 1980, p.107).

A destruição das habitações dos operários remonta a desvalorização dos terrenos das áreas centrais das cidades modernas, onde os valores dos edifícios construídos nesses espaços são diminuídos, justamente, pela perda de sua utilidade,

¹⁸ Refere-se às estações portuárias e ferroviárias.

porém em sentido contrário, o setor imobiliário, promovendo a destruição e construção de lojas, armazéns ou edifícios públicos. Como observado em Paris, Londres, Manchester, Liverpool, Berlim e Viena, o bonapartismo¹⁹ expulsa os operários do centro para a periferia (ENGELS, 1980).

O movimento migratório altera a condição de moradia dentro das cidades e no entorno delas. Surge então um espaço urbano característico, definido como *subúrbio*, com o qual absorveu a mão de obra operária e a classe média²⁰. Estes espaços que ampliam a *mancha* urbana das cidades, ora servem de fuga das camadas mais favorecidas²¹, ora funcionam como lugar de propagação das camadas marginalizadas, consideradas como periféricas e definida como áreas urbanas não atendidas pelos serviços públicos que possuem valores imobiliários reduzidos, suportados pelas camadas marginalizadas, (MARICATO, 1982).

Nesses espaços urbanos, considerados como periféricos, a suburbanização torna-se o locus da reprodução de vida das camadas menos favorecidas urbanas, constituída de pessoas oriundas do campo, sobretudo sem instrução, que buscam sobreviver. Como o único fator de produção que podem ofertar é o trabalho, raramente são absorvidos pela economia urbana formalizada, regulada e legalizada, justamente pela ausência de qualificação.

É neste sentido que outras formas de trabalho emergem, marginalmente, às sombras desta economia de mercado, que observa os parâmetros, formais, regulares e legais estabelecidos. Sua verificação é possível a partir da evasão fiscal, do não cumprimento das leis trabalhistas, da não conformidade com os padrões da higienização sanitária e da ocupação dos espaços públicos de maneira irregular.

A ênfase sobre o processo de urbanização gerador de núcleos urbanos em pouco espaço de tempo é entendida por Iglesias (1981), como um reflexo positivo quanto à emancipação do homem. Ele afirma que o camponês, quando larga o mundo rural pelo

¹⁹Estágio da dominação burguesa, onde prevalece a economia através de suas relações estabelecidas, via produção capitalista, porém não foi capaz de consolidar sua ideologia e nem impor-se hegemonicamente, refletindo deste modo, a insuficiência de adaptação de suas instituições.

²⁰Cabe ressaltar, que as condições de vida do proletariado urbano desse período são consideradas deploráveis. Para maior aprofundamento sobre denúncias das condições de higiene e física, nas grandes cidades industriais, aprofundar os seguintes autores: Marx, Engels, Matthen Arnold, Fourier, Proudhon, Carlyle e Ruskin.

²¹Hunter (2007) considera que a suburbanização ocorrida nos Estados Unidos, após a segunda guerra mundial, encontrou um cenário favorável econômico, gerando condições para ampliação do nível de vida da população.

urbano, tem liberdade não conhecida no campo, quando era sempre mais ou menos dependente de senhores (p.98). Neste mesmo sentido, Engels (1980), ainda afirma que

“Para criar a classe revolucionária moderna no proletariado era absolutamente necessário cortar o cordão umbilical que ligava o operário do passado à terra. O tecelão manual, que possuía além de seu tear uma casinha uma horta e uma parcela de terra, continuava sendo, apesar de toda miséria a opressão política, um homem tranqüilo e satisfeito, “devoto e respeitoso”, que tirava o chapéu diante dos ricos, dos padres e dos funcionários do Estado, imbuído de um profundo espírito de escravo. Foi precisamente a grande indústria moderna que fez do trabalhador prêsso à terra um proletário **proscrito**, absolutamente privado de tudo e libertado de todas as cadeias tradicionais; foi precisamente essa revolução que criou as únicas condições sob as quais pode ser abolida a exploração da classe operária em sua última forma: a produção capitalista.” (p.121).

Diante do fato da explosão demográfica e emancipação do homem no espaço urbano, o sistema capitalista proporciona a intensificação das formas de reprodução do capital às classes menos favorecidas, tendo seus desdobramentos perceptíveis através da modificação em todas as esferas da vida do homem na cidade, gerando algumas mazelas sociais. São elas: a) péssimas condições de moradia; b) dificuldade de mobilidade; e c) níveis de instrução baixíssimos.

A *Poor Law* (Lei do Pobre) instituída pelo governo inglês para minimizar a pobreza, com o intuito de evitar a miséria, constitui-se de iniciativas verificadas nos anos de 1593, 1601, 1795 e 1834, (IGLESIAS, 1981).

As intenções por trás destas medidas são, na verdade, uma forma de o Estado orientar a economia, conforme seus grupos de interesses. Para tanto, a condição emancipatória é fato singular que merece atenção. O período em questão leva as massas populares a condições horrendas de vida e a possibilidade de um futuro emancipado, organizado e mobilizado enquanto sociedade civil. O enfrentamento das realidades sociais, econômicas e políticas só será possível anos mais tarde.

4.2 Condicionantes da reprodução do trabalho urbano na classe popular brasileira

Os circuitos econômicos emoldurados até a década de 1970 são ajustados pelo processo de internacionalização financeira das economias e pela inserção de novas tecnologias e flexibilização do mercado de trabalho refletindo, sobretudo, na formatação das cidades de pequeno porte (PEDRÃO, 2002).

A proposta de investigação para a análise urbana e regional sugerida por Pedrão (2002) concentra-se em três aspectos fundamentais: I) entender como o processo de constituição do meio urbano ocorreu; II) perceber como funcionam as novas formatações da estrutura da vida social e seus espaços específicos e, III) compreender as transformações econômicas e políticas, não pela via do urbanismo. Esse conjunto remete a uma investigação da sociologia histórica das cidades.

A defesa de sua proposta de análise sustenta-se na concepção de que o urbanismo brasileiro difere dos que possuem uma herança pré-ibérica, endossada sob a perspectiva de que as cidades são consideradas multifuncionais a serviço dos capitais monopolísticos e do seu imbricamento com o Poder Público, que ocorre sem nenhuma disputa.

A construção das cidades nos países periféricos, na concepção de Pedrão (2002), acontece sob a acumulação do capital de maneira exógena, divergindo do verificado na Europa, que estimula seus processos econômicos regionalmente. Deste modo, o aparato analítico necessita de uma fundamentação que proporcione uma visão ampla dos diferentes processos e momentos destas transformações e de suas relações, sendo eles: a formação social e suas representatividades econômicas, políticas e culturais; combinados na formação dos valores e de suas espacialidades.

Realizar um comparativo do processo de transferência e adaptação populacional nas cidades oriundas do campo na Europa (como visto no item anterior) com o Brasil – que alcançou sua industrialização de maneira tardia – requer algumas considerações, pois Santos (2004), apresenta elementos tanto similares quanto diferenciadores, em ambos os momentos históricos.

Diante do modelo adotado de desenvolvimento, a acumulação do capital proporciona consequências ofensivas ao modo de vida urbana, onde a exploração do trabalhador e a espoliação urbana são principais características desta escolha (KOWARICK, 1979).

Como a economia brasileira orienta sua produção para os mercados externos, deixa sua economia doméstica a desejar. Ela altera sua estrutura produtiva na década de 1930, passa de agroexportadora para urbano-industrial. Porém, os reflexos desta mudança só são perceptíveis em 1956, quando a renda do setor industrial na composição da renda interna supera a da agricultura, precisamente ao mesmo tempo em que, essa população está se transformando de rural para urbana, (OLIVEIRA, 1981).

Ainda segundo o autor acima, a participação do setor terciário no produto interno líquido, nos anos de 1939 a 1969, representava respectivamente 55% e 53%, enquanto a força de trabalho ascendia de 24% a 38% - configurando-se que essa expansão da mão de obra foi absorvida pelo setor terciário. Na visão do mesmo autor, esse fenômeno está relacionado ao modo de acumulação urbano, estando adequada a proposta de expansão do sistema capitalista, não podendo considerar como um crescimento, e nem como uma economia marginal e sim como um “terciário primitivo” (SANTOS, 2004, p.71).

Trata-se de um dinamismo, entendido como circuito inferior, que compreende “atividades de serviços como a doméstica e os transportes, assim como as atividades de transformação como o artesanato e as formas pré-modernas de fabricação, caracterizadas por traços comuns que vão além de suas definições específicas e que têm uma filiação comum” (op. cit, p. 201)

O crescimento do Brasil fundou-se por meio da indústria que produzia sobre a uma “base de acumulação capitalística razoavelmente pobre” (Oliveira, 1981, p. 27); ou seja, antes da década de 1930 a expansão da indústria não acumulou bases sólidas, quanto à infraestrutura urbana, com finalidades expansionistas²².

O modelo econômico que se adotou, repercutiu diretamente no surgimento do circuito inferior da economia urbana. A má distribuição de renda tornou-se um empecilho para o crescimento do mercado de trabalho, o que enfraqueceu o mercado interno no período, voltado para o desenvolvimento de bens e serviços modernos, impedindo o acesso destes pelas camadas não abastadas, SANTOS (2004). Quando se tem a indústria nacional voltada para os anseios das classes abastadas, e, sobretudo, para a exportação, concentra-se cada vez mais a renda.

No período de 1939 a 1969, o setor industrial brasileiro, carente de base sólida que pudesse financiar a implantação de serviços aptos para ser absorvido na indústria, reproduziu nas cidades um “crescimento horizontal, extensivo, de baixíssimos coeficientes de capitalização, em que a função de produção sustenta-se basicamente na abundância de mão de obra. Assiste-se, inclusive, a revivescência de formas de produção artesanais, principalmente nos chamados serviços de reparação, como oficinas de todos os tipos” (Oliveira 1981, p.28).

²² Além disso, “antes da década de vinte, com exceção do Rio de Janeiro, as demais cidades brasileiras, incluindo-se nelas São Paulo, não passavam de acanhados burgos”, (OLIVEIRA, 1981).

Essa abundância de mão de obra é constatada em Santos (2004), como característica similar ao período da revolução industrial, contudo o reflexo ao caso brasileiro é divergente. Conforme Oliveira (1981), esse processo proporciona uma acumulação urbano-industrial, visto que o crescimento do país está alicerçado sobre a indústria, exigindo das cidades, suporte quanto à sua infraestrutura e oferta de serviços pelos quais não foi preparada.

Ainda com relação ao autor supracitado, apesar de ao longo de 30 anos, a participação no Produto Bruto saltar de 19% para 30%, o setor de serviços não foi capaz de capitalizar-se para suprir suas carências, devido à ausência de recursos. Oliveira (1981) afirma que se trata de um tipo de crescimento do setor dos serviços em geral e enfatiza ainda que “não existe nenhuma contradição com a forma de acumulação; não se configura como obstáculo a expansão da economia e não se classifica como consumo excedente”.

O mecanismo existente na oferta dos serviços está centrado

“na pura força de trabalho, que é remunerada a níveis baixíssimos, transfere, permanentemente, para as atividades econômicas de corte capitalista, uma fração do seu valor, "mais-valia" em síntese” (OLIVEIRA, 1981, p.29).

O autor observa que esse tipo de trabalho pode ser verificado através dos ambulantes encontrados nas ruas centrais das cidades e acrescenta que não pode ser considerado como *exército de reserva*, visto que completa-se com a moderna economia globalizada; e provoca má distribuição de renda.

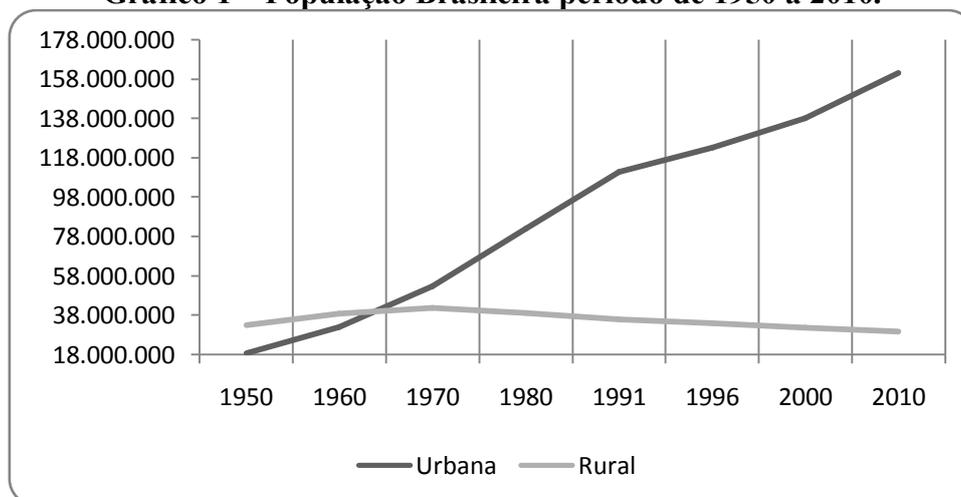
É importante destacar que a economia dentro das cidades tem sua maior representação nos serviços e geralmente em locais reservados para indústria. Nesse cenário, a configuração espacial das cidades brasileiras quanto à urbanização, no período de 1939 a 1969, emergiu sob a formatação do decréscimo da participação da agricultura sobre o produto total. Porém, o setor secundário não foi responsável pelo processo de urbanização, acarretando sua marginalização (OLIVEIRA, 1981).

Esse cenário teve impacto nas condições de moradia, com destaque para a diferença encontrada no espaço urbano onde residiam essas camadas pobres, de ambos os períodos: na Europa definem-se a partir dos cortiços, já no Brasil as favelas protagonizam o quadro material da reprodução territorial das camadas pobres. As características semelhantes são o mercado de trabalho do setor terciário, sendo o contingente populacional envolvido e as respectivas qualificações pontos em comum,

como observado no debate acima. Já os diferenciadores estão nos rendimentos, na cesta de consumo e das classes que constituem os pobres.

É neste contexto que, no Brasil, a migração do campo para as cidades só acontece na década de 1970, como observado no gráfico 01. A população urbana brasileira, em 1970 representava 56 % e a rural 44%. Em 2010 esse percentual alcançou respectivamente 84,36% e 15,64%.

Gráfico 1 – População Brasileira período de 1950 a 2010.



Fonte: IBGE - Contas Nacionais Trimestrais.

Essa população migrou para os centros urbanos. Porém, na década de 1970, a estrutura das cidades

“era formada por alguns centros primazes, representados por duas metrópoles de alcance nacional (São Paulo e Rio de Janeiro), poucas metrópoles de alcance regional, um limitado número de centros intermediários e uma vasta rede de pequenas cidades” (FILHO, 2001, p.10).

O exército de reserva pode ser verificado na transferência do rural para o urbano, na revolução industrial, onde fora absorvido pela expansão industrial (secundário). Porém, no caso brasileiro, o setor que expande é o de serviços (terciário), o que não

configura um exército de reserva e sim uma massa de desempregados. Esta diferença da composição do mercado de trabalho urbano, nos dois períodos, esclarece a formação das classes sociais brasileiras.

Para uma melhor compreensão das condições de vida de uma população, além da descrição dos aspectos econômicos, as relações de trabalho estabelecidas são consideradas (KOWARICK, 1979, p. 29-30) como ponto primordial. No entanto, outros fatores são citados, como “expansão urbana, os serviços, infraestrutura, espaços, relações sociais e níveis de consumo, aspectos diretamente ligados ao processo de acumulação do capital”.

Neste sentido, as etapas de pesquisa sugeridas pelo autor supracitado estão baseadas na concentração dos “aspectos físico-espaciais” para, em seguida, apreender o que se processa atrás do conjunto das aparências estabelecidas, contemplando o desordenamento pelo fato do crescimento da cidade via “traçado irregular e o desconexo de seus espaços vazios e ocupados”.

A distribuição espacial sinaliza a condição social dos habitantes, que reflete sobre o contexto espacial a segregação oriunda das relações econômicas.

Nos primórdios da industrialização e basicamente até os anos 30, as empresas resolveram em parte o problema da moradia da mão-de-obra através da construção de ‘vilas operárias’, geralmente contíguas às fábricas, cujas residências eram alugadas ou vendidas aos operários. O fornecimento de moradia pela própria empresa diminuía as despesas dos operários com sua própria sobrevivência, permitindo que os salários fossem rebaixados, (KOWARICK, 1979, p 29-30).

A contextualização para o entendimento da reprodução da força de trabalho no meio urbano, centra-se então nas investigações da categoria trabalho, condições de acesso e de qualidade da moradia, e da eficiência e eficácia do sistema de transportes.

A principal identificação deste trabalhador é delimitada pelo nível baixíssimo de qualificação, onde sua oferta de mão de obra é abundante, (KOWARICK, 1979, p.35-36) e, sobretudo, na forma de se posicionar diante da efetivação real de sua cidadania.

No que consiste ao parcelamento habitacional, a condução do parcelamento do uso do solo no meio urbano é conduzida pelo e agente imobiliário-construtor, situação agravada através das benesses de quem geria as instituições públicas e privadas, ampliada por meio da estratégia de valorização dos terrenos nas cidades.

Neste sentido, a mobilidade urbana é averiguada através da constatação do percurso diário com destino ao trabalho. Podem ser verificadas algumas formas

utilizadas de acordo com sua contemporaneidade: a pé, bicicleta, motocicleta (e seus derivados), carro, alternativos (micro-ônibus, vans), ônibus e trem.

É por meio da análise do processo de formação social, que são desvendados os espaços nas cidades onde a marginalização urbana protagoniza o reordenamento das relações sociais de exploração, sob a perspectiva da averiguação sociológica dos reflexos da modernização, aliada ao agravante de dois aspectos: ínfima qualificação profissional e péssimas qualidades de vida nos centros urbanos.

A participação social frente à formação da teia de relações impostas; construídas e constituídas nestes espaços urbanos, surge como manifestação do direito à democracia. A caracterização da situação social, vinculada à sua historicidade, apresenta indícios, ou mesmo formas de absorção e alternativas de consolidação da dinamicidade da vida social na periferia. Na década de 1970, o Brasil possui

[...] uma **grande oferta de mão-de-obra** constitui um elemento de importância para o sistema econômico realizar uma acumulação que tem se expandido, **dilapidando boa parte da força de trabalho**, principalmente os **segmentos não qualificados** que podem ser pronta e facilmente substituídos pela reserva de trabalho disponível [...] (KOWARICK, 1979, p. 13, grifo nosso).

A consolidação deste cenário só foi possível por meio da construção de um controle contencionista e repressivo nos que representam as classes trabalhadoras. A categoria trabalho na vida urbana sofre os reflexos do processo de expansão do capital adotado pelo Brasil, onde se assumiu um posicionamento selvagem na dilaceração da renda, mobilidade urbana, habitação, saúde, saneamento e outros fatores, nos quais as reproduções nas cidades brasileiras das classes sociais populares se acentuam.

Para Kowarick (1979, p. 21) as formas de autodefesa das camadas populares erigidas da sociedade brasileira na década de 1970 não obtiveram êxito quanto “[...] a preservação ou conquista de bens e serviços urbanos de caráter básico como transporte, habitação e saneamento.” O referido autor ainda enfatiza que o fenômeno mais característico deste momento histórico é a expulsão das camadas pobres para a periferia da cidade.

Contudo, é importante ressaltar que a sociedade brasileira, em alguns momentos da construção de sua história, por meio das movimentações sociais, participam, reivindicam e se posicionam, promovendo o deslocamento do pêndulo do poder estatal.

O relacionamento do Estado com a a sociedade civil, especialmente quanto às representações das classes subalternas, é um tanto mais “complexo, contraditório e conflitante” (KOWARICK, 1979, p. 27). Sendo assim, evidenciada a necessidade do equilíbrio da promoção à cidadania, em sua estruturação mais simplória: o entendimento dos direitos e deveres.

Em relação às formas de intervenção do Poder, diante do processo de urbanização no Brasil, sob a ótica do ordenamento do uso do solo, é realizado de maneira tardia sobre a retenção destes espaços (terrenos), conduzida pelo agente imobiliário-construtor, que já havia acontecido. Assim, a ação estatal ficou a mercê da especulação imobiliária, pois os investimentos públicos colocaram-se a serviço dos núcleos de ocupação formatados pela iniciativa privada, (KOWARICK, 1979).

O autor descreve o processo de ocupação e orientação do solo nas cidades, conduzidos pela fina relação do Estado com o setor imobiliário, representados por grupos privados – que promovem a especulação imobiliária, ocasionando o crescimento caótico das cidades. Essa reflexão induz a configuração da fragilidade das organizações populares. Esse processo é constatado por meio da análise do crescimento demográfico, que promove o surgimento de bairros cada vez mais distantes. Estas reproduções dos espaços acomodam um grande contingente populacional em áreas distantes do centro da cidade, criando-se as ‘cidades dormitórios’ que se configuravam em regiões carentes de infraestrutura essencial para a sobrevivência, (KOWARICK, 1979). Contudo, algumas destas cidades, quando se expandem, tornam-se áreas industriais providas de todo o equipamento necessário para o fortalecimento e reprodução do capital. Vale salientar que são espaços de interesse do grande capital.

É importante destacar que alguns núcleos citadinos, após seu processo de crescimento tanto populacional, quanto econômico, tornam-se regiões centrais, gerando sua própria periferia.

O autor ainda enfatiza a figura que o sistema de transporte tem na fixação habitacional das classes trabalhadoras, onde a especulação imobiliária empurra, expulsa e aloca nas regiões periféricas.

A periferia como fórmula de reproduzir nas cidades a força de trabalho é consequência direta do tipo de desenvolvimento econômico que se processou na sociedade brasileira, das últimas décadas. Possibilitou, de um lado, altas taxas de exploração de trabalho, e de outro, forjou formas de espoliação que se dão ao nível da própria condição urbana de existência a que foi submetida a classe trabalhadora, (KOWARICK, 1979, p.41).

Nos reflexos da adoção do modelo de desenvolvimento econômico, as classes trabalhadoras acomodam-se em favelas, onde as condições de moradia são precárias. Geralmente os cortiços abrigam grande parte desta população, o que reflete nos salários mal pagos.

É nesta perspectiva da lógica de acumulação, promovida pelo Estado brasileiro, que o autor supracitado descreve que a força de trabalho foi dilapidada, com um excesso de reserva de mão de obra, aliada às nada sólidas organizações populares. Estes fatores resultam na ampliação das taxas de exploração.

Assim, na percepção de Kowarick (1979, p. 43), as empresas usam os trabalhadores de maneira abusiva e, logo em seguida, despejam esta mão de obra desgastada no mercado de trabalho. Este processo é denominado pelo autor como “ciclo de vida produtiva” e estabelece um intervalo quanto à idade dos que estão ‘aptos’ ao trabalho, mesmo aquela população renegada, ainda esteja em condições intelectuais e mentais do exercício da atividade profissional.

Algumas informações complementares, verificadas na década de 1970, conjecturam o quadro material da espoliação urbana: ausência de saneamento básico, que traduzem de maneira efetiva um nível baixo de qualidade de vida e, sobretudo, a propagação de um encadeamento de consequências, tais como a desnutrição, a mortalidade infantil, as doenças infecciosas, entre outros.

O consumo é lembrado na medida em que os bens substitutos, de classificação inferior, são a única alternativa de alimentação para as camadas menos favorecidas. Outro agravante deste processo espoliativo urbano, da década de 1970, está situado em torno da Previdência Social, pois o acesso aos benefícios não alcançava todos os trabalhadores.

Em síntese, a importância que cabe aos fatores de produção na contribuição da produção dos bens e serviços na conjuntura econômica do Brasil, na década de 1970 - momento alusivo às modificações do espaço urbano da metrópole nacional (São Paulo) – apresenta o capital como elemento dilacerador às classes populares: estas que têm o fator de produção trabalho como única condição de sobrevivência.

Essa lógica espoliativa, proporcionada pelo capital, utiliza a cidade e sua mão de obra como meio para aferição do seu lucro, pois o círculo vicioso que foi instalado determina que quanto maior a renda, maior a promoção da concentração de consumo dos abastados. Esta condição afeta os pobres sob duas perspectivas: eles não têm acesso

aos produtos rentáveis, na ótica do grande capital, e decresce a oferta dos produtos de consumo corrente. A produção capitalista orientada, globalmente pelos setores modernos e de tecnologia avançada subutilizam alguns fatores de produção, sendo o mais prejudicial, as camadas menos favorecidas.

5. NORDESTE E SEU RECENTE CRESCIMENTO

É importante frisar que não será feita extensa revisão histórica do processo de desenvolvimento da economia nordestina²³, apesar de sua inegável importância, haja vista que tal esforço foge ao escopo desta dissertação.

A formação da região nordestina esteve vinculada ao complexo econômico das atividades da cana-de-açúcar, pecuária e algodão²⁴. Embora a prosperidade econômica tenha sido verificada, o Nordeste foi vítima de uma grave crise socioeconômica, consequente da ausência das transformações estruturais que foram agravadas posteriormente à concorrência imposta pelas importações, (FURTADO, 2007). Conseqüentemente, a pecuária, – setor considerado de subsistência – passou a ser mais significativo que o açúcar – setor de alta rentabilidade. Ainda de acordo com o autor citado, a referida região avançou modificando sua economia na direção da subsistência, onde grande parte de seus residentes produzia para se alimentar.

Nesse mesmo cenário, as outras regiões do Brasil passam a apresentar dinâmicas diferentes

²³ Sobre desenvolvimento histórico socioeconômico do Nordeste brasileiro, ver: Furtado (2007), Araújo e Santos (2009), Oliveira & Vianna (2010), Carvalho (2008), Almeida & Araújo (2004).

²⁴ Período relativo ao colonial.

“As bases do enorme hiato de níveis de renda e de condições de vida que separarão o Nordeste de outras regiões do país estavam fincadas. A dinâmica do século XX, quando o Brasil muda profundamente, ampliará essa herança. A questão nordestina se revelará com maior nitidez, mas as sementes já haviam sido plantadas” (Araújo e Santos, 2009, p.186).

Apenas na década de 1950, o Nordeste passou a receber atenção, visto que se instalou uma situação de subdesenvolvimento. O problema que impedia alavancar a região estava atrelado à seca. Com o intento de pensar o desenvolvimento econômico do Nordeste, foi criado, em 1956 o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). A partir dele surgiram o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (OLIVEIRA & VIANNA, 2010).

A SUDENE causa um impacto significativo na região nordestina promovendo a alteração de sua estrutura produtiva. Na análise do

“PIB do Nordeste, entre 1960 e 1990, passou de US\$ 8,6 bilhões para US\$ 91,4 bilhões. Os investimentos produtivos (públicos e privados) na região elevaram seguidamente sua participação no PIB nacional, saltando de 12%, em 1960, para 17%, em 1990. Esse crescimento do Nordeste em relação ao país teve outra característica importante, a radical transformação no perfil de sua estrutura produtiva. No espaço de três décadas, o setor agropecuário – que representava 41% da riqueza regional em 1960 – ficou reduzido a somente 14,4% dessa participação. O setor industrial, que tinha 12% do PIB regional, alcançava 28,2%, em 1990. E o setor de serviços cresceu de 47% para 57,4%. Terminado o período de intervenção da Sudene, as atividades urbanas (indústrias e serviços) passaram a ter muito mais importância na composição da produção nordestina que as atividades agropecuárias.” (Carvalho, 2008, p.02)

Apesar de avanços serem conquistados, o papel da economia nordestina era de complementaridade da região Sudeste, em relação à acumulação de capital. Ainda ressalta-se que o Nordeste, em 1970, possuía 44% dos pobres no Brasil e, em 1988, sua representatividade alcançou 53% da população brasileira, (ALMEIDA & ARAÚJO, 2004).

A superação da pobreza até os dias atuais não foi alcançada. É nesse sentido que a necessidade de políticas específicas foram pensadas para os indigentes brasileiros.

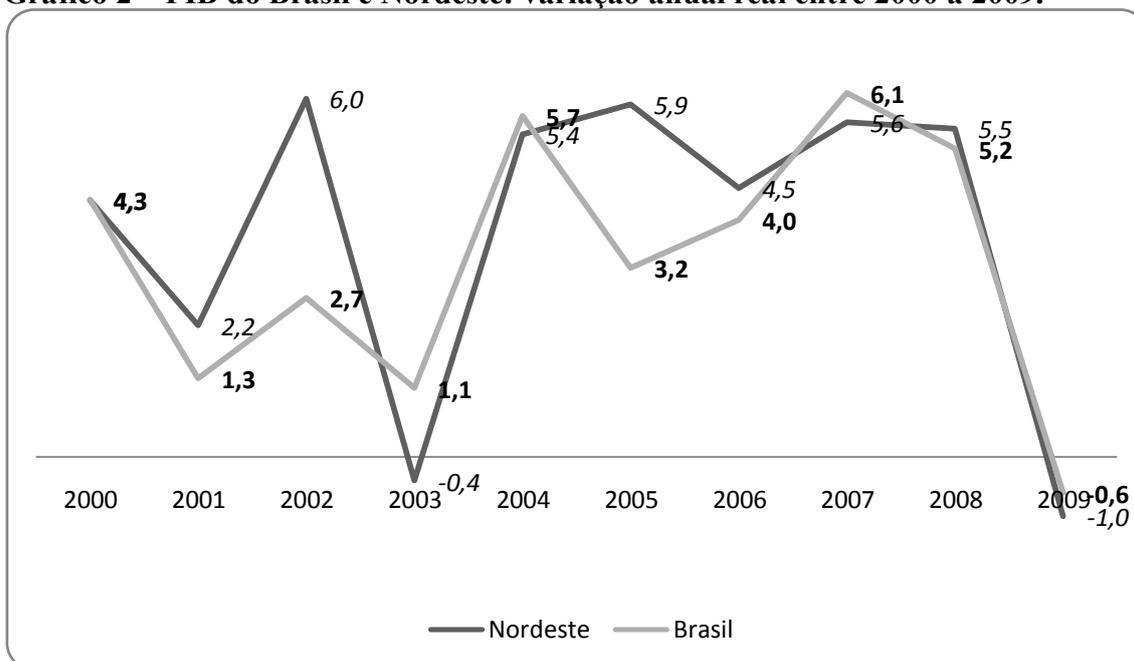
5.1 A nova “cara” do Nordeste

É só no início do século XXI que as atenções na região Nordeste são orientadas pela verificação da “elevação da renda dos segmentos mais pobres, aceleração do consumo e redução das desigualdades sociais” (Carvalho, 2008, p.03).

O Produto Interno Bruto (PIB) e a renda *per capita* do Brasil e do Nordeste, sofreram oscilações no período entre os anos de 2000 a 2009. No Nordeste, os índices são positivos em 2004, quando variou 5,7%, e em 2007, ano em que alcançou o patamar de 6,1%. Mas os registros são negativos em 2009, quando chega-se a -0,6%.

Monetariamente o PIB nacional respondia por R\$ 2.37 trilhões²⁵, em 2000. Já em 2009 seu montante foi de R\$ 3,18 trilhões, crescendo anualmente aproximadamente 3,6%. Já o PIB nordestino apresenta um pico, em 2002 variando 6% ao ano, quando o nacional oscilou em 2,7%. Apesar de ser verificada uma leve queda de 0,4% no ano de 2003, nos anos que seguem mantêm uma estabilidade considerável.

Gráfico 2 – PIB do Brasil e Nordeste: variação anual real entre 2000 a 2009.



Fonte: BNB – 2010; IBGE - Contas Nacionais Trimestrais.

Em média, a taxa de crescimento no Nordeste foi de 4,9% ao ano, ou seja, superando em 1,3% à do Brasil. Monetariamente passou de R\$ 299,7 trilhões, em 2000, para, em 2009, alcançar R\$ 415,7.

²⁵ A preços de 2009.

Apesar de ter apresentado uma retração de 1% em 2009, o índice de crescimento superou o nacional em 6,4%. Todos os estados nordestinos no período de 2000 a 2009 apresentaram um crescimento anual igual ou superior ao brasileiro.

Tabela 01. PIB nordestino e suas participações por estados anualmente entre o período de 2000 a 2009.

	2000	2009	Crescimento anual entre 2000 a 2009
Bahia	46.523	137 075	0,14
Pernambuco	26.959	78.428	0,14
Ceará	22.607	65.704	0,13
Maranhão	11.909	39.855	0,13
Paraíba	9.338	28.719	0,13
Rio Grande do Norte	9.120	27.905	0,13
Alagoas	7.769	21 235	0,12
Sergipe	6.540	19.767	0,13
Piauí	6.063	19.033	0,13

Fonte: IBGE/ SEPLANDE

O PIB *per capita* da região nordeste supera em sua taxa média de crescimento o nacional, onde alcançou respectivamente 3,7% contra 2,3% no período de 2000 a 2009. Em 2000 o PIB *per capita* brasileiro correspondia a R\$ 14 mil, já em 2009 alcançou R\$ 16,6 mil. O nordestino sai de R\$ 6,2 mil para R\$ 7,7 mil no mesmo período. Mesmo com um crescimento apresentando valores positivos para o Nordeste e, tendo os estados acompanhado essa trajetória, socioeconomicamente ainda configura-se como região mais atrasada.

Tabela 02. Produto Interno Bruto per capita do Brasil, segundo a Região Nordeste e Estados - 2000 – 2009 (R\$ correntes).

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Nordeste	3.054	3.360	3 891	4 355	4 899	5 499	6 028	6 749	7.488	8.168
Maranhão	2.090	2.323	2 637	3 112	3 588	4 151	4 628	5 165	6.104	6.259
Piauí	2.120	2.240	2 544	2 978	3 297	3 701	4 212	4 662	5.373	6.051
Ceará	3.014	3.221	3 735	4 145	4 622	5 055	5 635	6 149	7.112	7.687
Rio Grande do Norte	3.257	3.642	4 234	4 626	5 260	5 950	6 753	7 607	8.203	8.894
Paraíba	2.699	3.112	3 539	3 998	4 210	4 691	5 507	6 097	6.866	7.618
Pernambuco	3.383	3.754	4 328	4 774	5 287	5 933	6 527	7 337	8.065	8.902
Alagoas	2.733	2.951	3 371	3 805	4 324	4 688	5 162	5 858	6.227	6.728
Sergipe	3.626	4.368	5 060	5 718	6 289	6 824	7 559	8 712	9.779	9.787
Bahia	3.540	3.849	4 525	5 031	5 780	6 581	6 919	7 787	8.378	9.365

Fonte: IBGE/ SEPLANDE

Observando os dados do PIB *per capita* distribuídos entre as regiões brasileiras é possível constatar essa desigualdade. É no Nordeste que o indicador revela-se o de menor magnitude, também é menos que a metade do verificado para o Brasil, chegando a alcançar aproximadamente um terço das regiões Sudeste e Centro-Oeste. Porém, seu crescimento ao longo de 13 anos (1995-2008) representou aproximadamente 40% ficando atrás apenas do Centro-Oeste (91%).

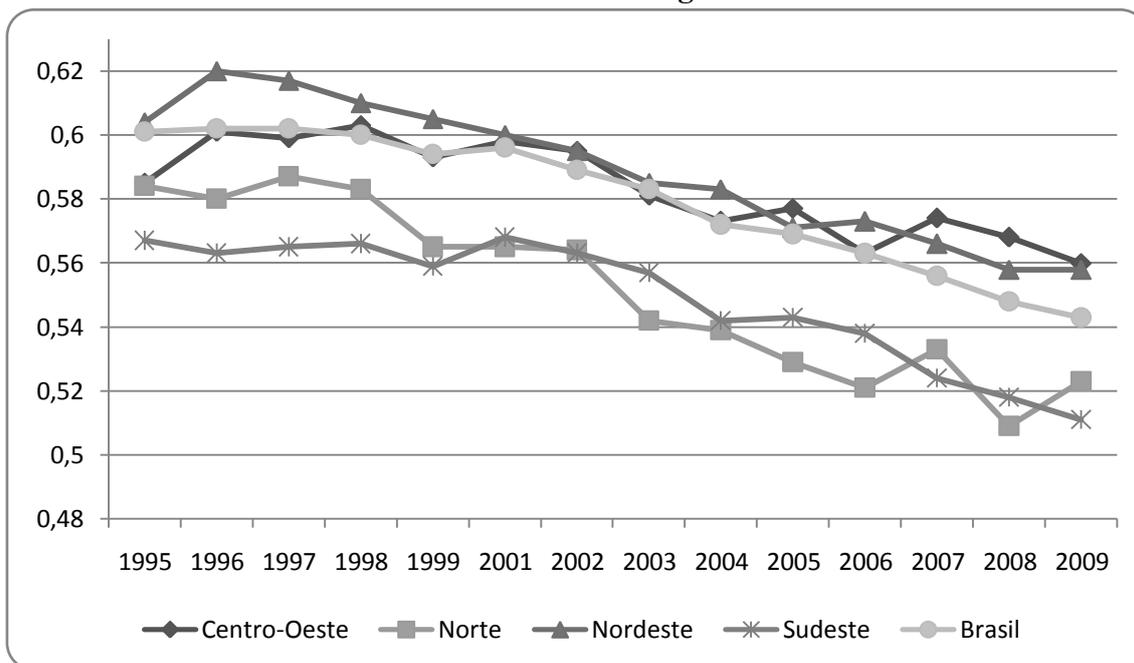
Tabela 03. PIB per capita regional, 1995-2008 (R\$ de 2000, mil).

	Centro-Oeste	Norte	Sudeste	Sul	Nordeste	Brasil
1995	5,51	3,92	8,46	7,38	2,76	6,15
1996	5,66	3,94	8,5	7,56	2,9	6,24
1997	5,92	3,81	8,78	7,61	2,95	6,4
1998	6,4	3,81	8,66	7,49	2,94	6,36
1999	5,78	3,6	8,37	7,35	2,85	6,13
2000	6,5	3,87	8,71	7,65	3	6,43
2001	6,59	3,91	8,48	7,64	2,97	6,33
2002	8,77	4,19	9,25	7,98	3,23	6,95
2003	8,93	4,22	9,07	8,35	3,18	6,93
2004	9,35	4,51	9,46	8,56	3,31	7,22
2005	9,2	4,56	9,75	8,32	3,47	7,35
2006	9,23	4,74	10,04	8,4	3,58	7,53
2007	10,21	5,23	11,03	9,48	3,86	8,28
2008	10,55	5,29	10,96	9,45	3,88	8,28

Fonte: IPEADATA

Outro indicador que reflete a desigualdade de renda é o índice de Gini²⁶ da região. Em todas as regiões do Brasil onde a concentração de renda foi reduzida é possível perceber a trajetória descendente deste índice. Além, do mais o Nordeste consegue superar a região Centro-Oeste em 2007. Essa redução na desigualdade da distribuição de renda domiciliar é atribuída ao aumento real do salário mínimo e, sobretudo ao grande desempenho que o Programa Bolsa Família (PBF) vem exercendo sob a forma de transferência de renda.

²⁶ Afere desigualdade na distribuição da renda domiciliar *per capita* entre os indivíduos. Teoricamente seu valor varia de 0, quando da inexistência de desigualdade (rendas iguais para todos os indivíduos) até 1, quando se verifica uma desigualdade máxima (um indivíduo possui toda a renda da sociedade e as demais pessoas não detêm renda alguma).

Gráfico 03. Índice de Gini no Brasil e Regiões entre 2000 a 2009²⁷.

Fonte: IPEADATA

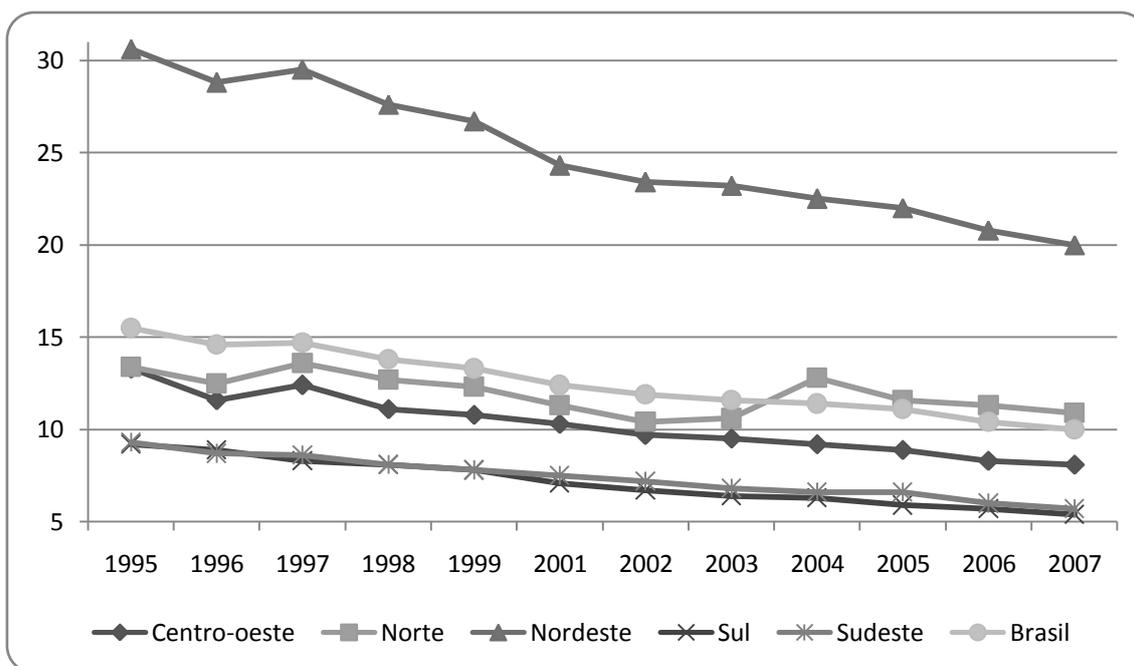
A análise da evolução do nível de instrução da população possibilita averiguar o desempenho da renda²⁸. É importante destacar essa variável, pois é no Nordeste onde concentra o maior número de analfabetos e de pessoas com menos tempo de estudo. A trajetória no sentido de alteração desta constatação é evidente. Em termos absolutos, no ano de 1995 o Nordeste concentrava 30,6% dos analfabetos brasileiro com 15 anos ou mais de idade (indivíduos não sabem ler nem escrever); esse percentual foi reduzido 10,6%, atingindo o patamar de 19,9% da população, em 2007.

Gráfico 04. Percentual de Analfabetos nas Regiões brasileiras com 15 anos ou mais de idade entre 2000 a 2009²⁹.

²⁷ Apesar de a série ter uma descontinuidade no ano de 2000, entretanto, para os fins desta pesquisa a mesma é válida.

²⁸ Quanto maior o nível de escolaridade, maiores os retornos econômicos (REIS & BARROS, 1990, 1991).

²⁹ Apesar de a série ter uma descontinuidade no ano de 2000, entretanto, para os fins desta pesquisa a mesma é válida.



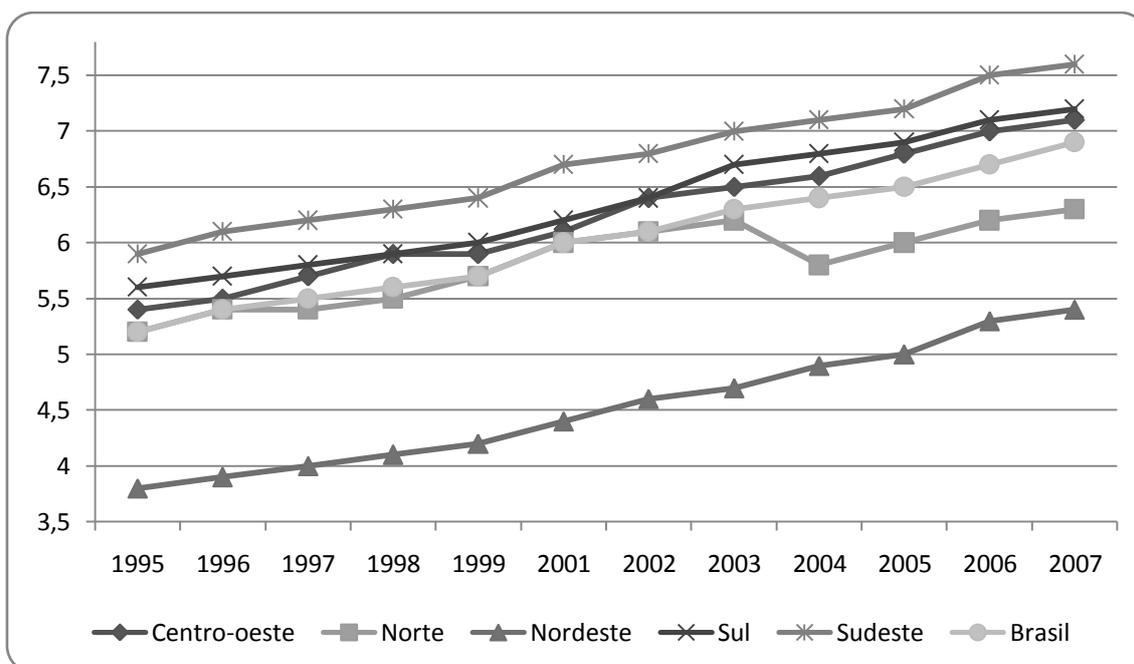
Fonte: IPEADATA

Ao longo destes 12 anos, a redução do analfabetismo no período foi observada no Sul (-4,73%), sendo seguido pelo Centro-Oeste (-4,42%), Sudeste (-4,35%), Nordeste (-3,79%) e Norte (-1,86). A média nacional conseguiu uma redução (-3,91%) em seu número de analfabetos com 15 anos ou mais de idade.

A trajetória decrescente, apesar de não superar a média brasileira em termos relativos, em números absolutos é bastante significativa. Mais uma vez a única compreensão deste fenômeno perpassa pela inserção no cotidiano do PBF, que condiciona as crianças que são contempladas a estarem devidamente matriculada numa escola e com suas frequências assiduamente acompanhadas.

A condicionalidade da manutenção dos filhos na escola tem gerado dados bastantes interessantes sobre o Nordeste. No período de 1995 a 2007, é possível identificar claramente o maior crescimento anual da região. Enquanto a média brasileira foi de 2,6%, o Nordeste foi 3,2%, sendo seguido pela região Centro-Oeste, que teve 2,5%; Sudeste e Sul, que cresceram 2,3% e Norte, com 1,8%.

Gráfico 05. Média dos anos de estudos completados por pessoas com 25 anos ou mais de idade nas regiões brasileiras, 1995 -2007.



Fonte: IPEADATA

Como o Nordeste é a região que agrega o maior contingente populacional de analfabetos, assume a liderança das pessoas com 25 anos ou mais de idade com menores anos de estudos completos. A melhora foi verificada em todas as regiões, porém os valores analisados demonstram certo distanciamento dentre as localidades, fato que possivelmente está atrelado à dependência ao poder central na condução da minimização destas desigualdades.

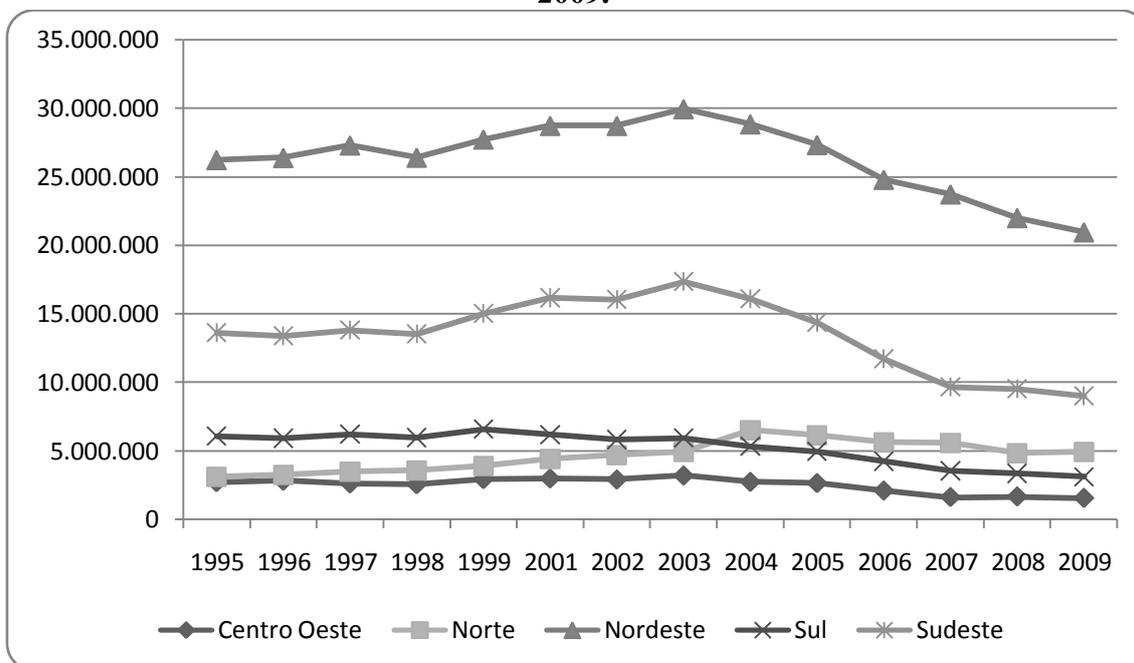
Apesar dos avanços verificados no Nordeste, a região é detentora de índices bastante negativos. A congregação de uma taxa de analfabetismo elevada e poucos anos de estudo de quem sabe ler e escrever é indicativo de uma população eminentemente pobre.

Embora seja possuidor do maior contingente populacional pobre do país e de, entre 1995 e 2009, agregar mais de 50% dos pobres brasileiros, é possível verificar a redução quantitativa em valores absolutos.

Em 1995 os pobres encontrados na região Nordeste eram aproximadamente 26 milhões, em 2009 essa quantidade decresceu para 21 milhões – são cerca de 5 milhões de pessoas retirados da linha da miséria.

Em 2006, as pessoas consideradas pobres no Nordeste representam 58,94%. No ano de 2007 essa representação diminuiu para 46,05%, chegando a alcançar, em 2009³⁰, 39,51%. Essa constatação fortalece a certeza de que a pobreza vem sendo reduzida, embora ainda seja muito elevada.

Gráfico 06. Evolução do quantitativo de pessoas pobres no Brasil e Regiões 1995 - 2009.



Fonte: IPEADATA

Nos últimos anos, vem sendo verificado a “migração de retorno”, entendida como a volta das pessoas às suas regiões de origem (CUNHA, 2007). O Nordeste, em 1996, representava 28,50% dentre contingente populacional brasileiro, caindo para 27,82% em 2010, sendo observada uma elevação no Norte e Centro-Oeste.

As alterações nos dados sobre essa nova cara que vem sendo desenhada para o Nordeste só foi possível pelo esforço do poder central na tentativa de reduzir a miséria, com o empenho na manutenção das crianças na escola, a garantia de acesso à saúde, entre outras necessidades que norteiam a carência vivenciada pelos pobres no Brasil. É neste sentido que o Gasto Social Federal (GSF) está relacionado aos dispêndios que visam a atuação social direta da União, através de suas transferências estaduais e municipais às instituições privadas. Em 1995, estas transferências somavam R\$ 179,8 bilhões e chegou ao patamar de R\$ 312,4 bilhões em 2005, ou seja, em 10 anos acrescentou-se aproximadamente R\$ 11 bilhões anualmente às políticas sociais. Com destaque especial para o Programa Bolsa Família, que foi ampliado e gerou forte modificação na esfera social.

³⁰ Número de pessoas em domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza 2009 e 2010 correspondente a população total.

Tabela 04. Programa Bolsa Família no Nordeste, 2004 - 2010³¹

Regiões	Famílias Atendidas		Valor Mensal (em R\$ - valores correntes)	
	2004	2010	2004	2010
Centro-Oeste	292.405	725.216,00	17.540.488	64.663.907
Norte	527.652	1.348.329	37.758.137	145.600.154
Nordeste	3.320.446	6.454.386	234.533.410	647.718.736
Sul	700.661	1.064.068	42.069.132	94.026.482
Sudeste	1.730.675	3.185.843	107.969.438	286.871.538
Brasil	6.571.839	12.777.842,00	439.870.605	1.238.880.817

Fonte: IPEADATA, MDS – Elaboração Própria

O PBF atualmente contempla cerca de 13 milhões famílias em todo o país. Como a concentração de pobres está no Nordeste, é natural que boa parte destes recursos migrem para as regiões onde se verifica a economia sem produção – dos aposentados e seus beneficiários, servidores públicos e as relações entre prefeitura e governos, pelo Fundo de Participação Municipal (FPM).

Como crescimento nordestino vem ocorrendo nas “áreas metropolitanas das capitais dos grandes estados”, Carvalho (2008, p. 18) e o objetivo desta dissertação consiste em compreender o perfil de uma das regiões periféricas da cidade de Maceió, por meio dos setores populares inseridos no processo de urbanização de uma região periférica do Nordeste, um bairro pobre da capital alagoana, o Jacintinho, é possível dar prosseguimento nesta análise, considerando que o Nordeste apresenta elementos fortes de uma massa inserida na economia sem produção. Esta análise se baseia nos indicadores que apresentam melhoras em virtude da presença do governo central, na condição de minimizar a pobreza na região.

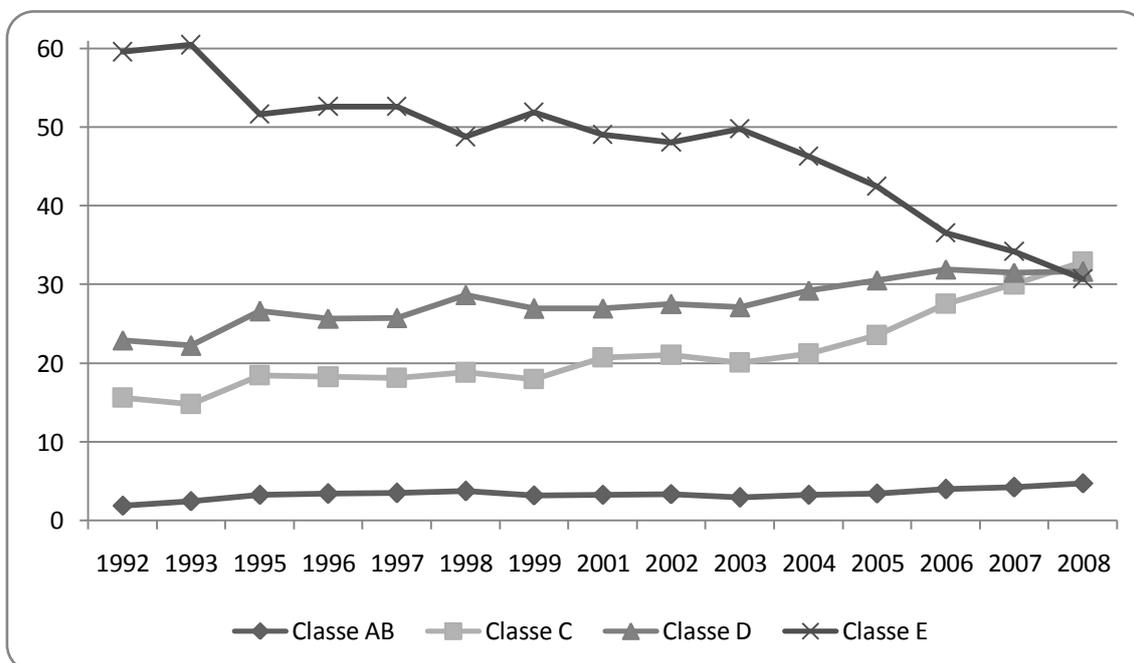
5.2 Mobilidade Social e o Consumo em Alagoas e Maceió

O reflexo da alteração do quadro material no Nordeste vem sendo acompanhado pelos estudos realizados no Centro de Políticas Sociais (CPS). A principal perspectiva adotada é a mobilidade social das classes sociais, com destaque para Classe C (renda familiar entre R\$ 1.126,00 a R\$ 4.854,00). Entre o período de 2003 e 2009, 23 milhões de brasileiros passaram a fazer parte desta classe média. A sua

³¹ Valores referentes às famílias beneficiadas no mês de dezembro de cada ano.

expressividade é tamanha que alcançou mais de 50% da população em 2009, ou seja, o montante de 94,9 milhões de brasileiros (NERI, 2010).

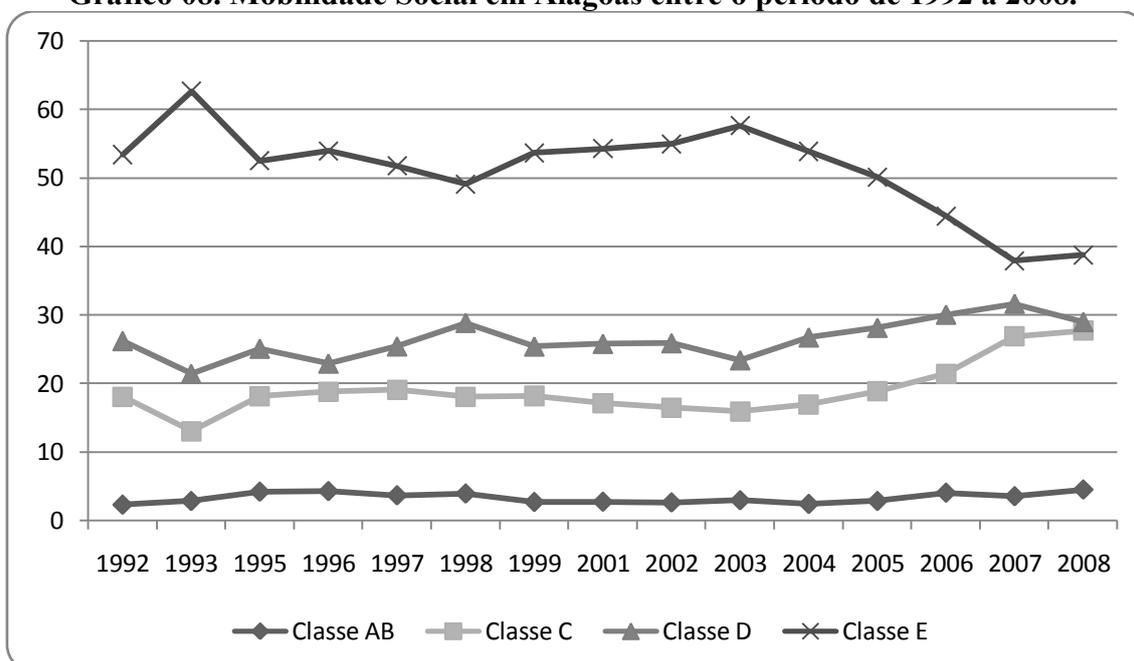
Gráfico 07. Mobilidade Social no Nordeste entre o período de 1992 a 2008.



Fonte: CPS/FGV baseado nos microdados da PNAD/ IBGE.

Ao longo de 15 anos, a Classe E apresentou uma redução ao ano de -4,6%. Isso significa dizer que o contingente populacional que ganhava até R\$ 705,00 correspondia a 59,57%, em 1992 e passou para 30,69%, em 2008, dentre toda população nordestina.

No período compreendido entre 1992 a 2003 o crescimento anual esteve atrelado a Classe AB com 5%. Porém, o *boom* da ampliação da mobilidade no Nordeste é referente à Classe C, com crescimento anual, em 6 anos, de 10,37%, no mesmo período.

Gráfico 08. Mobilidade Social em Alagoas entre o período de 1992 a 2008.

Fonte: CPS/FGV baseado nos microdados da PNAD/ IBGE.

O comportamento da mobilidade em Alagoas acompanha o verificado no Nordeste no período de 1992 a 2008. Porém, sua redução da Classe E, ao longo dos 14 anos, representou apenas -2,3% da população alagoana. A análise dos anos anteriores a 2003 indicam um crescimento de anual da Classe E de 0,85%, ou seja, em 1992 era 53,41% e passou para 57,66% em 2003. É a partir de 2004 que as alterações na Classe E passam a ter uma trajetória de decréscimo, verificando-se de 2003 a 2008 uma redução anual de -7,64%.

Tabela 05. Crescimento anual das Classes em Alagoas (1992-2003) e (2003-2008)

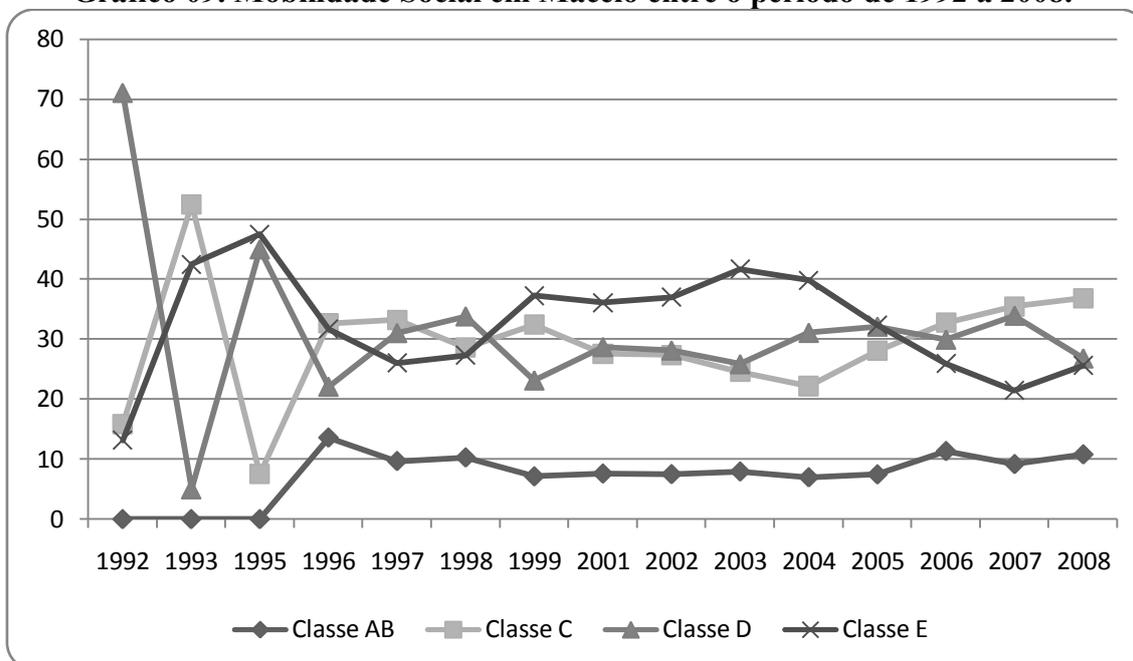
	1992-2003	2003-2008
Classe AB	2,74%	8,84%
Classe C	-1,37%	11,71%
Classe D	-1,24%	4,35%
Classe E	0,85%	-7,64%

Fonte: CPS/FGV baseado nos microdados da PNAD/ IBGE.

A Classe C apresentou maior crescimento nos último 6 anos da série, com 11,71%. Assim sendo, na população alagoana, verifica-se a redução das pessoas que ganham até R\$ 705,00 e amplia em 20,55% a das pessoas que ganham acima de R\$ 1.126,00. Essa população está localizada quase que majoritariamente em Maceió, visto

que sua população, em 2010, está próximo a 1 milhão de habitantes. Como em toda Alagoas, a Classe AB, em 2008, representava apenas 4,52%, algo próximo a 135 mil habitantes. Considerando que a população de Alagoas seja de 3 milhões de pessoas, conclui-se que apenas 3% da Classe AB está fora de Maceió.

Gráfico 09. Mobilidade Social em Maceió entre o período de 1992 a 2008.



Fonte: CPS/FGV baseado nos microdados da PNAD/ IBGE.

No período entre 2003 a 2008, a redução anual em Maceió dos que compõem a Classe E é bastante significativa: alcança -9,30%. O maior crescimento anual do período entre todas as classes é atribuído a C, com 8,48%. Em todas as perspectivas de análise – seja regional, estadual ou municipal – a trajetória decrescente da Classe E, e a ascendência da Classe C, acompanhado de maneira pouca expressiva as Classes AB e D, são constatações que indicam um potencial para o consumo ampliado e em sentido positivo de seu fortalecimento.

A participação dos diferentes tipos de renda nas classes econômicas é verificada na seguinte passagem:

“Aumentos do Bolsa Família e de outros programas não previdenciários tendem a beneficiar predominantemente a classe E que tem 16,25% de seus proventos desta modalidade de renda. A classe C é aquela que percebe a maior proporção de benefícios previdenciários totais 20,73%. Agora se optamos por separar a renda de benefícios previdenciários em rendimentos individuais percebidos até 1 salário mínimo e benefícios acima deste piso, pois a diferenciação de reajustes destas faixas foi a tônica da política de reajustes desde 1998. O maior beneficiário de reajuste do piso previdenciário é a Classe D com 12,66% das rendas vinculadas ao

piso. Finalmente o reajuste de pensões e aposentadorias acima deste piso beneficia acima de tudo a classe AB com 18,94% de seus proventos associados a esta fonte.” (Neri, 2009, p. 30).

Alagoas ostenta, em 2008, os títulos de maior concentrador de pessoas que estão na Classe E, com 38,76% da sua população; o que representa o maior agrupamento da pobreza; 1º no ranking que verifica que maior parte da renda de seus moradores é oriunda dos Programas Sociais; em 2º quando a renda dos seus moradores é proveniente do Piso da Previdência Salário Mínimo, com 10,77 dos trabalhadores; em 27º que representa o último em concentração da Classe C, com 27,73%; em penúltimo em concentração das Classes ABC, com 32,25% dos moradores e também assume a 26º posição quanto à origem da renda por todas as fontes, (NERI, 2009).

Maceió, em 2008, assume as seguintes posições: é a segunda entre as capitais e periferias metropolitanas em concentração da pobreza, ou seja, que concentra a Classe E (25,60%); está em 26º no ranking quanto ao agrupamento de pessoas na Classe C; a sua renda média entre as regiões estudadas é a 28º, representando R\$ 413,00 e é a 26º em relação a renda familiar média sobre as previdências pós-piso maior que o salário mínimo, sendo este equivalente a R\$ 59,85.

Apesar de os indicadores estarem entre os últimos ele assume a 5ª colocação quanto à concentração das Classes ABC, apresentando 47,61%, (NERI, 2009).

Apesar deste cenário de tantas posições negativas, tanto em Alagoas como em Maceió, após 2003, o cenário vem apresentando trajetória diferenciada. Como os diferentes tipos de renda (constituintes das classes econômicas) sofrem de uma relação direta com as ações do Poder Central – a ostentação dos piores resultados tende a promover o Estado e sua capital à *injeção de recursos monetários de origem federal*, através do Programa Bolsa Família, aposentadorias, pensões e benefícios previdenciários. O que reflete, sobretudo, que consumo das famílias que ostentam os ganhos reais sobre o poder aquisitivo dos que ganham até um salário mínimo, forte presença do poder central, por meio das transferências de renda e acesso ao crédito a pessoa física e jurídica ampliadas. Esses elementos, funcionando em conjunto, proporcionaram um crescimento nas “áreas metropolitanas das capitais dos grandes estados” Carvalho (2008, p. 18).

6. ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA ECONÔMICA NO BAIRRO DO JACINTINHO

6.1 As Feiras Livres de Maceió, suas Características e Centralidade

Outra perspectiva para a análise da formação de lugares centrais é possível a partir da análise do espaço urbano, composto por um complexo de usos das terras próximas entre si. Os espaços da cidade são fragmentados em diversas áreas como centro, áreas industriais e áreas residenciais (divididas no aspecto socioeconômico), Corrêa (2005). Esses fragmentos são articulados, pois entre eles ocorrem relações espaciais: fluxo de veículos e de pessoas, circulação de investimentos, operações de carga e descarga de mercadorias, deslocamentos cotidianos (trabalho, escola, etc.) e deslocamentos menos frequentes (idas ao cinema, *shopping*, cultos, missas, etc.).

Como observado anteriormente, a organização do espaço urbano é produzida através da ação de agentes sociais, atores que visam a apropriação de uma renda a partir da terra: o proprietário dos meios de produção (principalmente os grandes industriais), os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos, segundo (CORRÊA, 2005).

A atuação dos agentes condutores da urbanização em Maceió ocorreu, *a priori*, nos bairros de Jaraguá e de Bebedouro, no início do século XIX onde proporcionaram a acumulação de capital e a reprodução social da cidade. Porém, os processos espaciais urbanizadores atuaram ao longo do tempo modelando outras áreas e foram responsáveis imediatos pela organização desigual e mutável da cidade de Maceió.

Diante dos processos sociais gerados e das formatações produzidas no espaço urbano maceioense, verifica-se que apenas os produtos hortifrutícolas são exclusivamente comercializados na feira livre por um grande contingente populacional de comerciantes. A capital alagoana possui espaços urbanos onde concentram a transação destes, considerados como homogêneos. Assim, é possível aprofundar a

conceituação de Corrêa (2005), sob os processos e formas, admitindo o processo de especialização gerador da forma central. Pois os processos originários das feiras são constituintes das manifestações dos vendedores de rua, no espaço urbano maceioense e, os produtos hortifrutícolas apenas comercializados nestes locais, enfatizam a necessidade de aprofundamento da taxonomia proposta por Corrêa (2005).

As feiras livres presentes na capital alagoana assumiram posições estratégicas, atendendo a população urbana de suas próprias localidades e de seu entorno. Maceió conta com nove expressões econômicas tradicionais distribuídas entre os bairros da cidade, todas com diferentes características.

O atual espaço urbano da cidade de Maceió está distribuído em 50 bairros, sete regiões administrativas e uma população, segundo IBGE no ano de 2010, de 932.748 habitantes, o que responde aproximadamente 30% da população alagoana.

A expansão da urbanização e o crescimento econômico nas regiões periféricas de Maceió residem do êxodo rural, ocorrido a partir 1970, onde se verificou um crescimento de 58% anuais ao longo de 40 anos. Neste tempo, a população de Maceió mais que triplicou, tendo sua maior evolução entre 1980 a 1990.

Tabela 06. Evolução populacional de Maceió por década -1970 a 2010.

Evolução por década	
1970 - 1980	0,67
1980 -1990	1,00
1990 - 2000	0,50
2000 - 2010	0,24

Fonte: IBGE (2010)

Com o crescimento populacional da capital, intensificou o povoamento nas áreas mais distantes do centro. Com a descentralização, surgem os bairros da “parte alta da cidade”, caso do Tabuleiro do Martins e, anos mais tarde, o Complexo Benedito Bentes. A descentralização ocorrida na capital alagoana formou um comércio de bairros, tendo as feiras livres como principal núcleo do comércio.



Foto 03. Feira do Tabuleiro

As contribuições de Christaller, com o conceito de custo econômico, proporcionam a identificação dos processos de segregação espacial, no caso da constituição das feiras em Maceió. Como o povoamento das regiões periféricas ocorre pela migração de pessoas menos favorecidas, a manutenção das necessidades básicas e as reproduções dos hábitos interioranos, geram áreas de comercialização de produtos característicos hortifrutícolas. Deste, modo justifica-se a necessidade do desdobramento da teoria de Corrêa, o caso das feiras em Maceió.

As feiras livres são caracterizadas como um tipo de mercado, a vista que comercializam uma grande diversidade de produtos diferenciados, transacionando basicamente produtos hortifrutícolas, condimentos, lanches e carnes em geral. Entretanto, algumas feiras possuem peculiaridades, como manufaturados (roupas, CDs e DVDs), mercadorias usadas e animais vivos. O público alvo é formado por donas de casa, aposentados e pessoas sem veículo, sendo os representantes da dinamização econômica nas cidades nordestinas, de acordo com Assis (2009, p. 14):

[...] as pequenas cidades do Nordeste, a permanência da feira representa também uma resposta às condições sócio-econômicas da população que encontra nesse “mercado periódico” uma alternativa de sobrevivência.

A distribuição das feiras em Maceió ocorre em seis bairros da capital. O destaque é o bairro Tabuleiro do Martins que concentra três feiras livres, seguido do Complexo habitacional Benedito Bentes, com duas feiras. Cabe ressaltar que estes dois bairros estão situados na parte alta da cidade. As demais feiras se concentram na parte baixa da cidade, em Bebedouro, no Jacintinho, Jaraguá e Jatiúca.

Uma melhor visualização é verificada na figura seguinte, onde mostra as respectivas localizações geográficas.

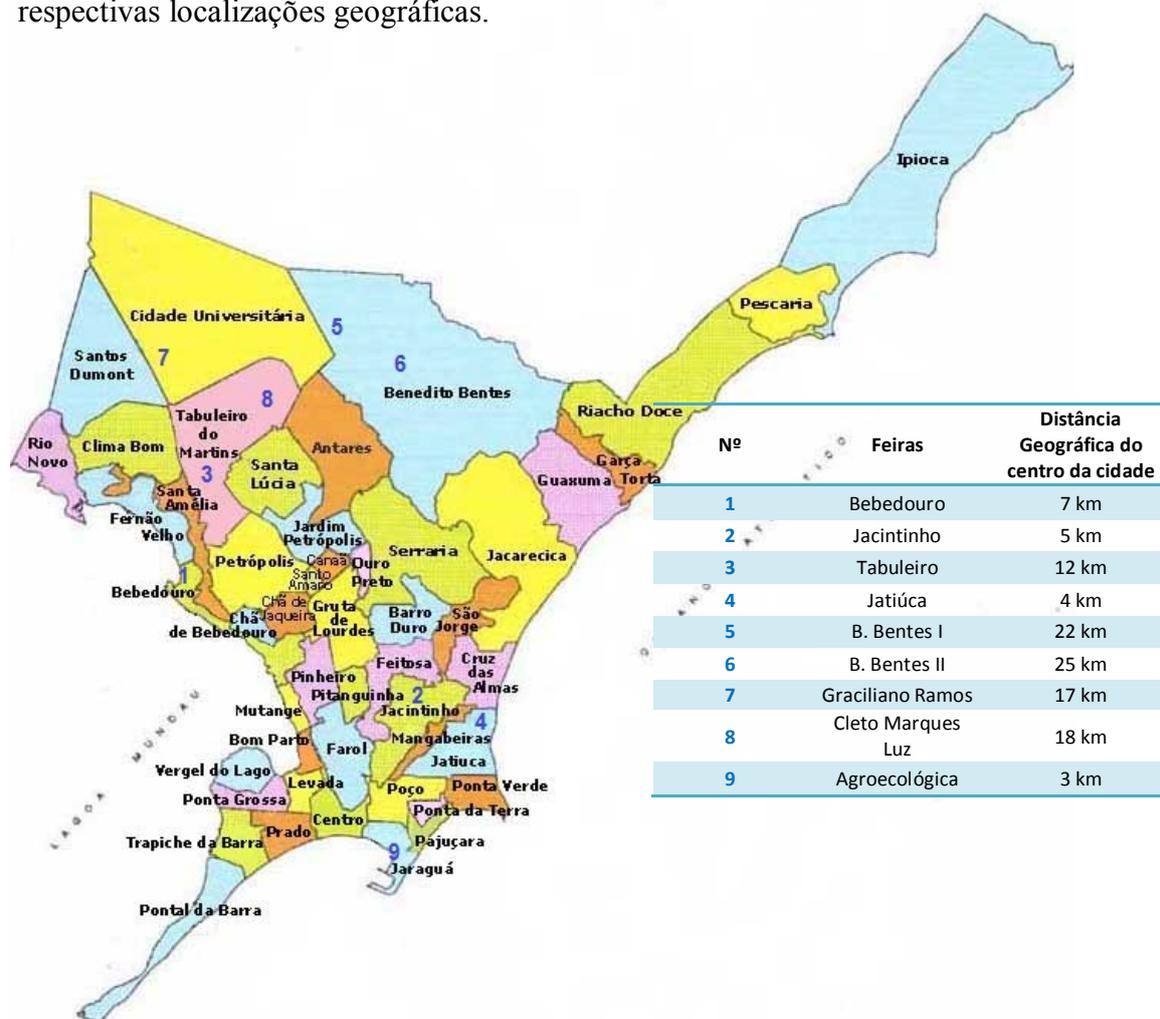


Figura 01. Mapa de Maceió e localização das feiras Livres.

Fonte: http://www.webbusca.com.br/pagam/maceio/mapa_maceio.jpg

As feiras livres acompanharam o desenvolvimento urbano de Maceió. A feira de Bebedouro é a mais antiga em funcionamento e teve início no início do século XX.

O processo de intensiva urbanização de Maceió se consolida no final do século XIX, com a proclamação da República. Neste momento, o bairro de Bebedouro se transformou num reduto de moradia da classe média vigente na época. Esse processo de segregação promovido pela ação urbanizadora refletiu na cristalização dos bairros

periféricos, como Jacintinho, Tabuleiro do Martins e, anos mais tarde no Benedito Bentes.

A feira do Tabuleiro surge na década de 1960, seguida da feira do Jacintinho, que inicia suas atividades nos mesmo ano. A feira de Jatiúca inicia suas atividades na década 1980. Ressalta-se que as expressões econômicas citadas anteriormente, com exceção da feira do Tabuleiro, estão inseridas nos bairros mais antigos de Maceió, situados na área central.



Foto 04. Feira do Graciliano Ramos

As demais feiras livres presentes na capital são posteriores à década de 1980, resultantes do processo de descentralização. A feira do Benedito Bentes I e II surge no início dos anos 1990, a do Graciliano Ramos no ano de 1995 e a do Cleto Marques Luz em 1997.

A feira agroecológica é instalada no ano de 2004, comercializando exclusivamente produtos orgânicos.

As feiras livres de Maceió possuem características distintas umas das outras, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 07. Características das Feiras da Capital Alagoana.

	Feiras	Número de Feirantes	Funcionamento	Possui Padronização*
1910#	Bebedouro	27	Finais de semana	Sim
1960#	Jacintinho	305	Diária	Sim
1960#	Tabuleiro	241	Diária	Não
1980#	Jatiúca	33	Finais de semana	Não
1990#	B. Bentes I	144	Diária	Não
1990#	B. Bentes II	33	Finais de semana	Não
1995	Graciliano Ramos	67	Finais de semana	Não
1997	Cleto Marques Luz	10	Finais de semana	Não
2004	Agroecológica	06	Sexta-Feira	Sim

*) Por padronização, entenda as barracas iguais, construídas com um padrão mínimo de qualidade na construção.

) Início da década

Fonte: Dados do próprio autor

As três principais feiras de Maceió são a do Tabuleiro, do Jacintinho e a do Benedito Bentes I. Todas têm seu funcionamento diário e estão localizadas próximas ao mercado público municipal. Juntas mobilizam 840 feirantes e uma média de 3 mil consumidores por semana, segundo a Secretaria Municipal de Trabalho, Abastecimento e Economia Solidária (SEMTABES). Por estes motivos são classificadas de caráter permanente. Entretanto, apesar de o funcionamento dessas feiras ocorrer diariamente, o maior volume de comercialização acontece aos finais de semana.

As demais feiras funcionam aos finais de semana – de sexta a domingo. Elas estão localizadas em locais estratégicos, como avenidas centrais ou locais de grande movimentação de transeuntes. Algumas delas são caracterizadas como núcleo de comércio popular local.



Foto 05. Feira do Jacintinho

Acompanhando o processo de segregação proposto por Corrêa, como observado anteriormente, a feira livre pode ser considerada especializada na comercialização de produtos alimentícios. A sua abrangência geográfica assume um caráter central, no caso da definição das feiras livres de Maceió.

As feiras localizadas na região central são complementares às grandes redes de supermercado e *shoppings centers*, atuando basicamente como fornecedora de produtos hortifrutícolas. Uma particularidade é o caso da feira livre de Jatiúca, localizada em um bairro nobre, que serve como comodidade para os seus consumidores, mesmo praticando preço maior que as redes supermercadistas ao seu entorno, ressalta ALBINO (2010). Neste sentido, é possível admitir a classificação proposta por Corrêa, considerando-a como área especializada.



Foto 06. Feira da Jatiúca

Conforme ressaltado anteriormente, os tipos de produtos comercializados variam em cada uma das feiras estabelecidas na capital. A partir do tipo de comércio – produtos alimentícios e outras tipologias– é possível identificar a especialização de cada uma delas. A tabela a seguir mostra os produtos alimentícios comercializados:

Tabela 08. Produtos Alimentícios Comercializados nas Feiras de Maceió.

Feiras	Hortifrutículas e Raízes	Peixes, Carnes e Frutos do Mar	Lanches	Culinária regional	Aves vivas	Condimentos	Total
Bebedouro	50%	10%	05%	00%	0%	05%	70%
Jacintinho	40%	05%	05%	05%	05%	05%	65%
Tabuleiro	55%	00%	06%	02%	02%	06%	71%
Jatiúca	54%	13%	10%	0%	02%	09%	88%
B. Bentes I	30%	04%	02%	02%	0%	04%	42%
B. Bentes II	55%	05%	10%	0%	05%	10%	80%
Graciliano Ramos	50%	09%	04%	01%	01%	08%	73%
Cleto Marques Luz	80%	0%	05%	0%	0%	10%	95%
Agroecológica	65%	00%	05%	10%	0%	10%	90%

Fonte: Dados Tratados pelo próprio autor

Como característica básica, a maior parte dos produtos comercializados são hortifrutículas (frutas, legumes e vegetais) e raízes. Observa-se que mais de 50% de todos os produtos comercializados nas feiras de Maceió são gêneros alimentícios, sendo um caso atípico é a feira do Benedito Bentes I, onde os gêneros alimentícios correspondem a 42% do seu comércio. O restante é dividido nas demais expressões econômicas.

É importante destacar que as feiras de menor representatividade com relação ao número de produtos hortifrutícolas são as maiores, em termos de quantidade de feirantes. Isso ressalta a grande variedade de produtos não alimentícios comercializados nas mesmas, visto que, o funcionamento é diário.

Em relação a outros tipos de produtos comercializados nas feiras de Maceió, vide tabela a seguir:

Tabela 09. Produtos não Alimentícios Comercializados nas Feiras de Maceió.

Feiras	Roupas	Brinquedos e miudezas	Relógios e periféricos	CDs e DVDs	Produtos naturais	Mercado de subprodutos	Total
Bebedouro	10%	10%	05%	05%	0%	0%	30%
Jacintinho	10%	05%	05%	05%	02%	08%	35%
Tabuleiro	10%	05%	02%	05%	02%	05%	29%
Jatiuca	0%	03%	0%	03%	06%	0%	12%
B. Bentes I	32%	04%	02%	02%	01%	15%	56%
B. Bentes II	05%	0%	05%	10%	0%	0%	20%
Graciliano Ramos	10%	09%	04%	04%	0%	0%	27%
Cleto Marques Luz	0%	0%	0%	05%	0%	0%	5%
Agroecológica	0%	0%	0%	0%	05%	05%	100%

Fonte: Dados Tratados pelo próprio autor

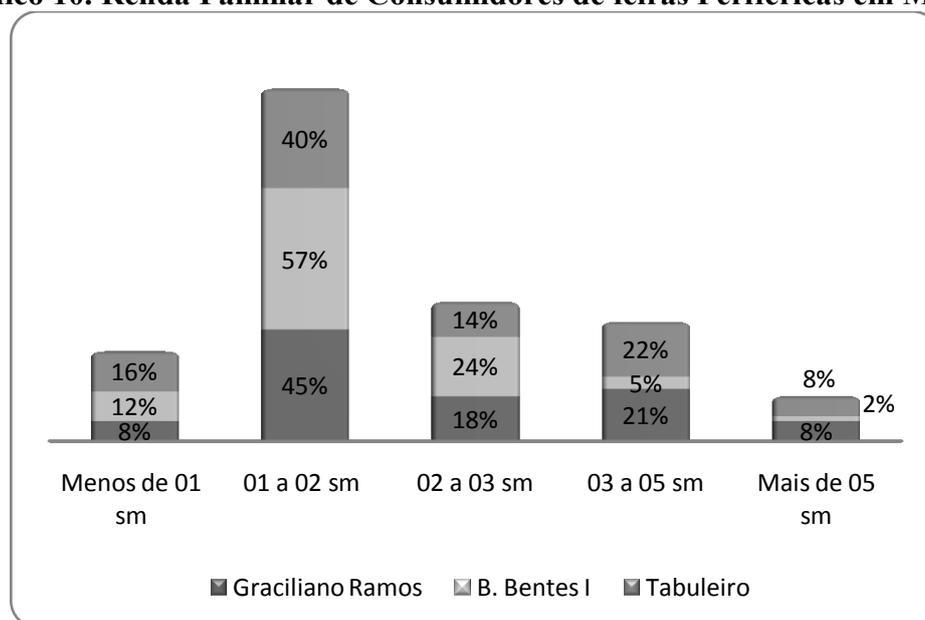
As feiras livres da capital alagoana apresentam uma diversificação de produtos comercializados, oferecendo uma cesta de produtos tradicionais. Verifica-se também que, quanto mais distante geograficamente do centro da capital, mais produtos não alimentícios são comercializados. Vale ressaltar que a feira do bairro do Jacintinho, mesmo situada próxima ao centro, apresenta dinâmica semelhante, pois concentra uma população de baixa renda, segundo (ANDRADE, 2007).

As feiras localizadas nas regiões periféricas da capital assumem um caráter especial nos bairros onde estão inseridas, comercializando produtos diversificados e atuando como um núcleo de comércio local.

Observa-se, ainda, uma forte atividade econômica complementar no entorno das feiras, onde vários comerciantes fornecem produtos e serviços direcionados a seus frequentadores. A grande importância do comércio popular nas regiões periféricas de Maceió é a dinâmica econômica gerada nesses locais, reflexo das transferências de renda do governo federal (CARVALHO, 2008, p. 87). Esse fenômeno pode ser explicado pela estabilização da mobilidade ocorrido em Maceió na segunda metade do século XX.

A centralidade dos produtos comercializados nas feiras livres varia de acordo com a renda dos demandantes. Para pessoas de menor renda, o custo econômico (transporte, frete para levar as mercadorias em sua residência) é significativo em suas cestas de consumo, obrigando-as a buscar locais próximos às suas residências para realizar suas compras, como já explicitado por Santos (1979), que indica a renda da população como fracionada. O gráfico a seguir indica a renda de uma amostra de consumidores de algumas feiras livres localizadas na periferia alagoana:

Gráfico 10. Renda Familiar de Consumidores de feiras Periféricas em Maceió.



Fonte: ARAÚJO (2009), CARDOSO (2009) E SILVA(2010).

A grande parcela dos consumidores de algumas feiras periféricas da capital possui renda familiar inferior a três salários mínimos. Esta população tem este tipo de comércio como principal fornecedor de produtos alimentícios, vestuário e opção de lazer. Na maioria das vezes, estes espaços são o centro dinâmico dos bairros periféricos da capital, os consumidores de renda baixa são o público alvo a ela gera renda para pessoas sem qualificação.

A partir de reflexões e levantamentos de campo realizados, juntamente com a teoria apresentada, observou-se a importância das feiras livres de Maceió em todos os bairros, sendo sua função mutável a depender da localidade onde esta inserida.

As feiras acompanharam o processo de urbanização da capital alagoana e, mesmo com a presença de grandes redes varejistas e *shopings centers*, não perderam o caráter de fornecedora de mercadorias, atuando conjuntamente aos empreendimentos planejados e desenvolvidos típicos do circuito superior.

Ressaltam-se a existência de uma feira livre em cada região da cidade, modificando o papel da feira urbana contemporânea, direcionadas apenas às camadas de renda inferior da população (CAPISTRANO, 2004, p. 55).

A feira de Jatiúca, voltada a pessoas de renda superior, é um caso atípico, pois pratica um preço maior do que os verificados nas grandes redes varejistas e encontra-se no entorno das mesmas, porém resiste à modernização.

A partir da Teoria dos Lugares Centrais de Christaller, adotando como variáveis mensuráveis a localização e os produtos comercializados, as feiras livres de Maceió, assumem um caráter de centralidade. Deste modo, as feiras livres do Jacintinho e do Tabuleiro são especializadas em produtos alimentícios, diferente da feira do Benedito Bentes I, que tem como característica a comercialização de produtos não alimentícios.

As feiras livres localizadas na periferia da capital alagoana mostram-se mais expressivas e tem nas classes de renda inferior o principal público. Essas praticam um preço inferior ao das grandes redes varejistas e localizam-se próximas aos consumidores. Observa-se no entorno dessas expressões econômicas a formação de um setor comercial e de serviços atuando em conjunto com a feira livre. As cestas de produtos das feiras da periferia ofertam produtos mais diversificados tendo presença impactante artigos de vestuário e mercadorias usadas, subprodutos.

Observa-se o papel central das feiras livres na cidade de Maceió. Nas áreas centrais, a feira é um fragmento do comércio desenvolvido que tem uma função diferente das áreas descentralizadas, sendo a principal fornecedora de bens, gerando uma dinâmica econômica nos bairros onde estão presentes.

6.2 Política Oligárquica e o Latifúndio, seus reflexos em Maceió e no bairro do Jacintinho.

Os dois fatos marcantes verificados no processo de urbanização em Alagoas foram promovidos pela ação do setor empresarial do açúcar e a oligarquia política que, ao longo da história gestacional do Estado, se confundem: o êxodo rural pós-Constituição de 1988, quando os encargos trabalhistas no campo aumentaram e passaram a comprometer os interesses dos usineiros³² e, depois no período de 1993 e 1994, quando, por causa da ausência de investimentos que possibilitassem a

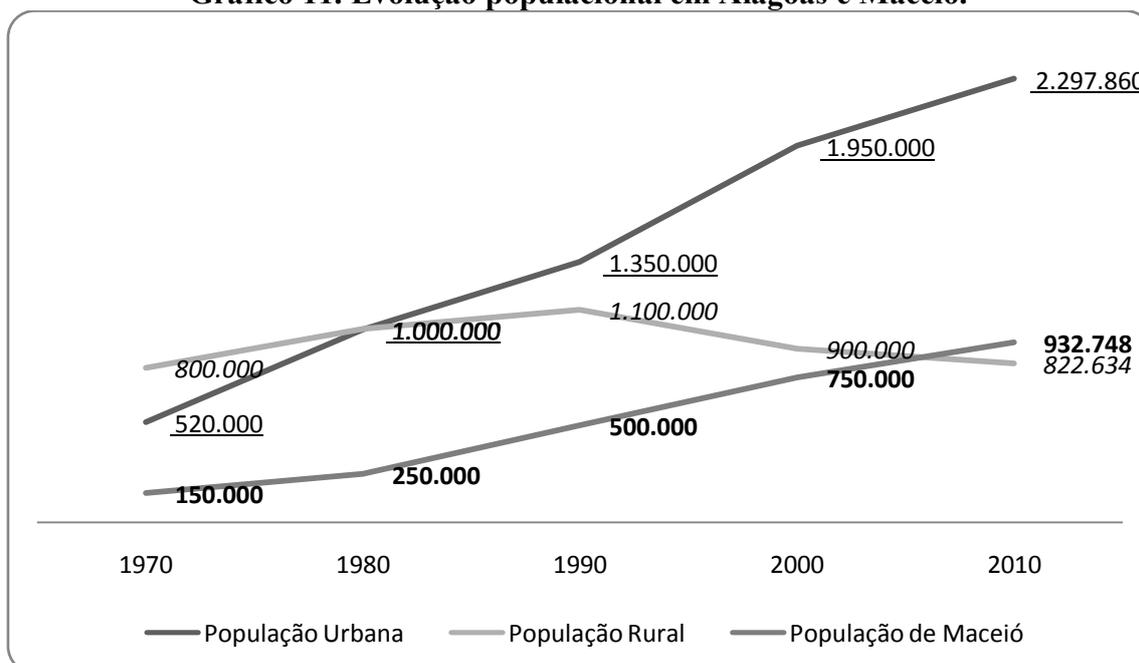
³² O pagamento à previdência passava de 2% da safra para 8%.

modernização do setor sucroalcooleiro e cerca de 6.800 foram expulsas do campo pela falta de emprego, foi criada a SUDENE em 1997.

Por causa das modificações na legislação trabalhista advindas da Constituição de 1988, o setor açucareiro promoveu a demolição de aproximadamente 50 mil casas na área canavieira entre Alagoas e Pernambuco. A finalidade era não caracterizar o vínculo empregatício e evitar a solicitação de indenizações trabalhistas em um futuro próximo (Carvalho, 2009). A consequência desta ação foi a ampliação da camada populacional que passou a sobreviver à margem da sociedade, sem acesso aos bens e serviços públicos e privados nos centros urbanos.

Observa-se que a capital alagoana foi um dos espaços urbanos que absorveu uma parcela significativa dessa população que deixou as zonas rurais. Enquanto a população de Alagoas apresentou um crescimento de 24% ao ano, durante as últimas quatro décadas, neste mesmo período, a densidade demográfica de Maceió cresceu 58%.

Gráfico 11. Evolução populacional em Alagoas e Maceió.



Fonte: IBGE (2010)

Outro aspecto que favoreceu o processo urbanizador desigual e irregular foi o modelo político adotado. Conforme Lira (1997, p.19)

[...] o Estado é gestado basicamente no setor agrário, e, essa aliança tácita inibe toda e qualquer ação voltada para a diversificação da base produtiva, maior participação na definição das prioridades e um maior efeito multiplicador de emprego e renda no campo e na cidade.

Apesar de o Brasil, desde a década de 1930, ter alterado seu modelo econômico, Alagoas, durante todo o século XX, manteve sua estrutura agrária através de sua oligarquia política, que exerceu papel fundamental na condução do destino econômico e social alagoano. Cabe enfatizar que o crescimento industrial no Estado não foi expressivo e os resultados da opção pelo latifúndio são a concentração de capital, miséria e educação precária, de acordo com Carvalho (2005, p.16),

Diferentemente de outros Estados Brasileiros mais desenvolvidos, em Alagoas, a ausência de um forte processo Industrial, a inexistência de um setor comercial e de serviços dinâmicos, assim como a fragilidade da máquina pública – pequena para as necessidades regionais e mal pagadora – inviabilizaram o surgimento tanto de uma classe operária expressiva como de uma classe média significativa.

A ausência da classe operária (como verificada no início da revolução industrial) e de uma classe média significativa (conforme ocorreu após a industrialização brasileira) foi gestada por um processo de industrialização³³, momento que Alagoas não vivenciou. Portanto, onde está a população economicamente mobilizável alagoana? Como sobrevive? Quais os principais reflexos desse processo de urbanização?

Como observado anteriormente, Maceió concentra 30% da população alagoana. Em apenas 40 anos passou de uma população de 150 mil habitantes para 934 mil. A consequência desse acelerado crescimento populacional está atrelado aos fatores históricos e políticos, como a opção pelo latifúndio da cana-de-açúcar e os modelos de gestão político oligárquico. Outro aspecto de relevância ainda maior, entretanto, está entorno do debate sobre as prerrogativas dos municípios após a Constituição de 1988, considerando-os como entidades federativas autônomas, modificando sua estrutura e a maneira como funcionam, ou seja:

- a) reconheceu a capacidade de auto-organização dos governos municipais mediante carta própria - a Lei Orgânica Municipal, uma espécie de constituição do Município;
- b) ampliou a competência tributária da esfera municipal de governo, conferindo-lhe o poder exclusivo de instituir e cobrar os impostos sobre a propriedade territorial e urbana - IPTU, sobre a transmissão *inter vivos* de bens imóveis – ITBI e sobre serviços de qualquer natureza - ISS, prevendo ainda a possibilidade de delegação de competências da União e dos estados e a ampliação das chamadas competências concorrentes, conferidas em comum aos três níveis de governo; e,

³³ É notória a precariedade e insignificância dos parques indústrias alagoanos frente aos dos Estados vizinhos.

c) complementou a repartição da competência tributária com o aprofundamento do sistema de quotas de participação, aumentando as transferências intergovernamentais de receitas com o objetivo de equalizar os recursos disponíveis para os municípios, fundamentais para o desempenho de suas atribuições. (Nazareth 2002, p. 5).

É claro que as consequências positivas desse processo são incontáveis. Porém, a capital alagoana, por ter absorvido o contingente populacional expressivo motivado pelo posicionamento do setor econômico dominante em Alagoas, necessita de um olhar diferenciado do poder central.

Como uma cidade que não possui indústrias tem a capacidade de atrair este contingente populacional em tão pouco tempo? Quais fatores foram relevantes? Esse fenômeno é creditado ao município de Maceió pelo fato de possuir uma

[...] dinâmica própria de uma região subdesenvolvida. Apesar de ser o mais populoso e mais rico município do Estado, sua economia está baseada na imensa rede da economia de serviços e comércios, com predominância do setor informal. Ruas inteiras e parte de bairros periféricos têm nessas atividades a sua razão econômica. [...] Carvalho (2005, p. 32)

É sob este olhar que será empreendido a análise do bairro do Jacintinho, local onde se encontra o Centro Comercial e de Serviços Popular, objeto de estudo deste trabalho. A relevância histórica da formação do bairro do Jacintinho³⁴ justifica o embasamento necessário à abordagem sociológica histórica das cidades, onde se busca identificar os processos e momentos moldadores de sua formação social, representatividade econômica, política e cultural.

O Jacintinho está localizado entre os bairros do Poço e de Mangabeiras o espaço de terra compreendido entre estes,

[...] parte baixa dessas localidades até a parte alta dominada totalmente pela mata atlântica nativa. Assim como consta na versão do jornalista Jair Barbosa, também chegamos a constatação de que na década de 1940 o Senhor Jacinto Athayde, descendente de portugueses e alto funcionário da usina Leão, resolveu construir seu casarão no bairro do Poço. A partir deste momento tem início a ocupação do que mais tarde viria a ser um novo bairro. Oliveira e Nascimento (2005, p.18).

Por causa da expansão da capital alagoana a partir da década de 1930, a população começa a ocupar as áreas distantes do centro da cidade, povoando a parte alta

³⁴ Em relação à história oficial do Jacintinho quanto ao seu surgimento, Oliveira e Nascimento creditam a este trabalho ao jornalista Jair Ribeiro, no entanto, os referidos autores aprofundaram um pouco mais esta tarefa.

de Maceió. É a partir daí que começa a se observar a expansão populacional do bairro do Farol até o Tabuleiro do Martins. Este último foi considerado, nas últimas décadas, o bairro mais populoso da capital alagoana, no entanto

[...] com a migração em massa da população de baixa renda para o bairro do Jacintinho e a conseqüente subdivisão do tabuleiro em novos bairros, o Jacintinho ganhou o status de bairro mais populoso de Maceió, ou melhor de Alagoas”. Oliveira e Nascimento (op. cit. 19)

Segundo avaliação de Oliveira e Nascimento (op. cit. 19), até meados da década de 1940 o local onde hoje está situado o bairro do Jacintinho era um imenso sítio onde predominava a Mata Atlântica. Em alguns espaços também havia coqueirais e árvores frutíferas. Apenas algumas poucas casas³⁵ de pau-a-pique estavam construídas. A maioria de seus moradores era “trabalhadores rurais, pequenos agricultores e cortadores de cana”. Estes novos habitantes vieram de todas as partes, especialmente da região Norte do interior de Alagoas, de onde foram expulsos por ‘grileiros’. Outros chegaram à capital tentando encontrar um refúgio à seca, que assolava muitas regiões do Estado.

Entretanto, a capital alagoana “nesta época, ainda não havia atingindo um nível de desenvolvimento urbanístico satisfatório”, segundo Oliveira e Nascimento (2005, p.20). E, mesmo sendo pequena, a população não encontrou moradia que desse condições dignas de sobrevivência a estes novos moradores, devido ao baixo nível de instrução que possuíam. Deste modo,

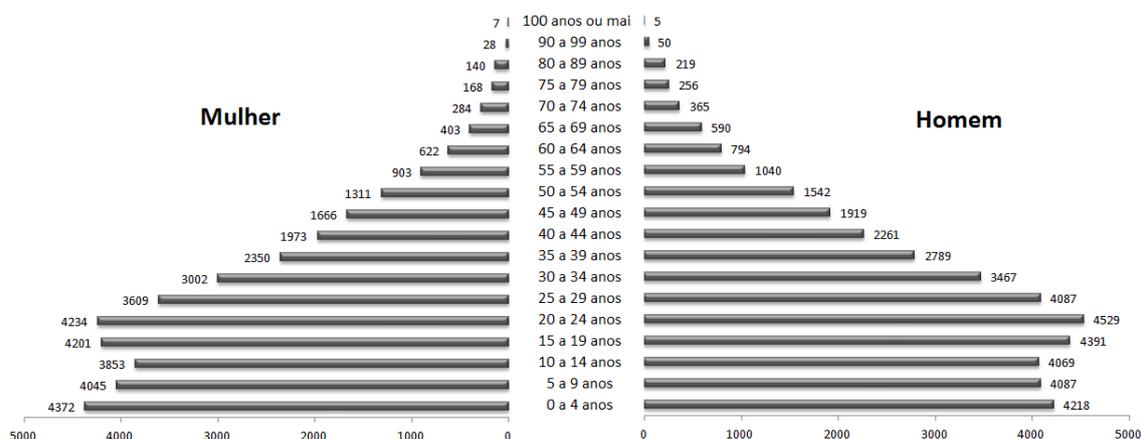
[...] restava apenas para esses migrantes os trabalhos de menor remuneração, engrossando a fileira dos **trabalhadores informais, os homens quase sempre optavam pelas profissões de: pedreiros, serventes de pedreiros, eletricitas, encanadores, pintores, carpinteiros, garçons, vigias, jardineiros, padeiros, mecânicos e carroceiros, etc. As mulheres geralmente optavam pelo trabalho de: empregadas domésticas, lavadeiras, cozinheiras, babás, faxineiras** etc. A classe rica de Maceió, muito necessitou dos serviços dessa gente humilde e que até os dias atuais continuam a representar uma parcela significativa do setor de prestação de serviços (setor terciário). Oliveira e Nascimento (op. cit. 20, grifo nosso)

A observação desta realidade possibilitará compreender se este espaço urbano estaria ainda enquadrado como região periférica. Neste sentido, a utilização de dados do IBGE (2010) viabilizou o arcabouço quantitativo sobre a realidade contemporânea.

³⁵ Conhecida no meio popular como ‘casa de taipa’, possuindo esta em sua cobertura palhas de coqueiro.

Assim, a observação do comportamento das pirâmides etária populacionais de 2000 e 2010 forneceu elementos iniciais para a convalidação do perfil social degradante do bairro do Jacintinho.

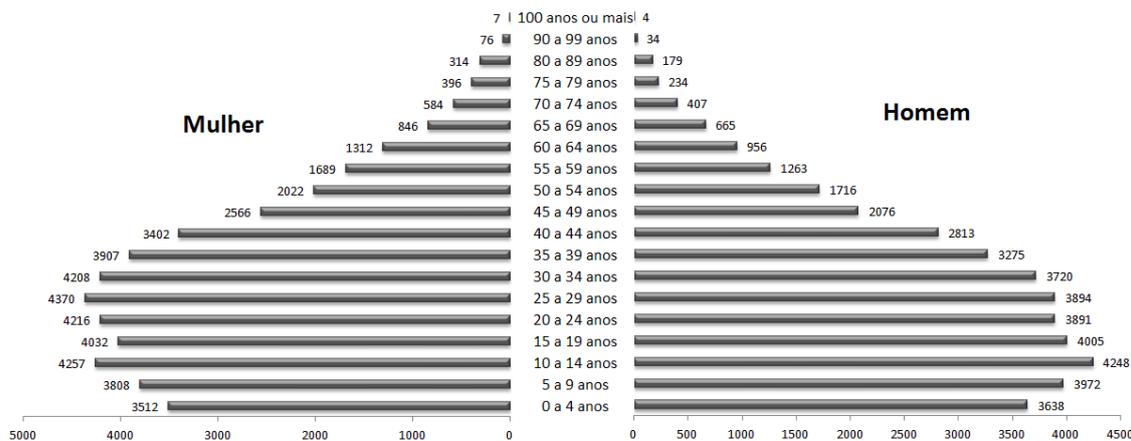
Gráfico 12. Pirâmide Etária do Bairro do Jacintinho 2000.



Fonte: IBGE (2010)

É possível verificar uma alteração sensível na composição da estrutura etária no bairro do Jacintinho, principalmente entre as crianças. A modificação é resultado dos programas do governo central, que influenciaram as transformações nos dados, tanto da mortalidade infantil, quanto na taxa de fecundidade. A ampliação da expectativa de vida é outra variável que sofreu alteração. Ou seja, ampliou-se a expectativa de vida desta população.

Gráfico 13. Pirâmide Etária do Bairro do Jacintinho 2010.



Fonte: IBGE (2010)

É importante ressaltar que esse comportamento acompanha a pirâmide etária brasileira, que possuía o mesmo perfil destas apresentadas acima no mesmo período em questão. Validando o esforço do poder central no que tange à capilaridade dos resultados de sua condução, quanto à redução da taxa de mortalidade e de natalidade, bem como elevação da expectativa de vida, é crível entender que muito precisa ser realizado, pois ainda está longe do formato de uma pirâmide etária socialmente aceitável.

Outro aspecto notável na configuração populacional do bairro do Jacintinho é sua concentração populacional. Apesar de a média maceioense está em torno de 19.419 habitantes, diferindo da realidade das grandes aglomerações habitacionais da capital alagoana, o bairro em questão é o segundo em contingente populacional.

Tabela 10. População de Maceió por Bairros – 2010.

Intervalo de Classes		Frequencia relativa	Ponto Médio	FR*PM	
1.635	-----	13.985	27	7.810	210.868
13.985	-----	26.335	15	20.160	302.399
26.335	-----	38.685	3	32.510	97.529
38.685	-----	51.035	0	44.860	0
51.035	-----	63.385	1	57.210	57.210
63.385	-----	75.735	2	69.560	139.120
75.735	-----	88.085	2	81.910	163.820

Fonte: IBGE – 2010 / Dados trabalhados pelo autor

Os bairros que ultrapassam mais de 50 mil habitantes são o Benedito Bentes (88.084); Jacintinho (86.514); Cidade Universitária (71.441); Tabuleiro do Martins (64.755) e Clima Bom (55.952).

Ainda conforme o IBGE (2010) a média de moradores em domicílios particulares é de 3,58 no Benedito Bentes o maior entre os mais populosos e o Jacintinho, com 3,46. Embora a quantidade de pessoas sugira ser pequena, quando comparado com a média dos bairros de Maceió, 3,37 é relativamente baixo.

A composição das classes de rendimento nominal *per capital* dos mais bairros mais populosos de Maceió apresenta características de uma população subdesenvolvida, pois concentram, em média, 52,05% de sua população ganhando até meio salário mínimo, ou seja; vivem em pobreza absoluta ou extrema pobreza. O percentual é bastante significativo quando observado o enquadramento na pobreza relativa, entre

meio a um salário mínimo: representa, em média, 27,45%. A porção média de pobres nesses bairros é de 79,50%.

Tabela 11. Classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita dos bairros mais populosos.

	Benedito Bentes (%)	Cidade Universitária (%)	Clima Bom (%)	Jacintinho (%)	Tabuleiro do Martins (%)
Até 1/8 de salário mínimo	9,37	5,19	4,44	4,86	3,21
Mais de 1/8 a 1/4 de salário mínimo	18,41	14,60	16,68	15,30	11,63
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	31,21	29,75	33,75	34,03	27,86
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	23,29	27,01	27,00	28,66	31,27
Mais de 1 a 2 salários mínimos	9,51	14,04	10,25	10,45	16,15
Mais de 2 a 3 salários mínimos	1,69	3,64	1,98	1,87	4,21
Mais de 3 a 5 salários mínimos	0,59	1,62	0,89	0,77	1,81
Mais de 5 a 10 salários mínimos	0,13	0,47	0,25	0,18	0,50
Mais de 10 salários mínimos	0,02	0,07	0,04	0,03	0,07
Sem rendimento	5,75	3,60	4,71	3,83	3,30
Sem declaração	0,03	-	0,03	-	-

Fonte: IBGE – 2010 / Dados trabalhados pelo autor

A preocupação pública em assistir as camadas menos favorecidas é conceitualmente conhecida como mínimos sociais. São os os programas de transferências de renda que atendem as populações com renda *per capita* de até um quarto do salário mínimo.

Nos espaços urbanos mais populosos de Maceió, o alcance dos programas de transferência de renda, em tese, deveria atender só 20,74% de toda população.

As análises realizadas sobre alguns aspectos quantitativos do bairro do Jacintinho, desde sua formação histórica até suas condições atuais da reprodução material de seus residentes, revelam que o bairro é um espaço urbano com características periféricas, apesar de uma sensível alteração positiva notada nas pirâmides etárias, processo que foi promovido e estimulado pelo poder central. Contudo, os outros elementos analisados tão somente reforçam que seu espaço urbano é ocupado por uma população eminentemente pobre e desprovida de acesso aos bens e serviços sociais mínimos.

6.3 Perfil dos Agentes do Centro Comercial e de Serviços Popular do Jacintinho - CCSPJ

É com base na Pesquisa de Mapeamento e Qualificação da Exclusão Social dos Territórios de abrangência dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) de Maceió, de 2011 e dados coletados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que se pode subsidiar a construção do quadro material contemporâneo dos agentes no CCSPJ, bem como de uma parcela de seus agentes comerciais.

Este mapeamento foi realizado pelo Núcleo Temático da Assistência Social da UFAL – NUTAS juntamente com o Conselho Municipal da Assistência e a Secretaria Municipal de Assistência Social de Maceió – SEMAS. Durante este trabalho foram analisados os CRAS Terezinha Normande e Sônia Sampaio, ambos localizados no bairro do Jacintinho. Os dois centros atendem populações de bairros adjacentes, o que representa menos de 8% das unidades domiciliares vulneráveis analisadas, ou seja: estes CRAS respondem por 92% de residentes vulneráveis do bairro do Jacintinho.

Os valores que serão apresentados abaixo são as quantidades de unidades habitacionais vulneráveis mapeadas pelos CRAS. Contudo, diante desta população, a amostragem extraída do Terezinha Normande representou 10% do contingente, que contempla os seguintes sub-territórios³⁶:

- Bairro do Jacintinho: Grota do Moreira (2.050); Pau D’arco I (2.540); Pau D’arco II (2.690); Piabas (2.430); Conjunto José da Silva Peixoto (500); Rua Cleto Campelo/Canal 5 (2.990); Rua Cleto Campelo/Socôco (490) e; Vale do Reginaldo (950);
- Bairro do Feitosa (700) e;
- Bairro do Poço/Região da Drogaria Vitória (450);

O CRAS Sônia Sampaio alcançou uma amostra de 10,21%. Dentre os 9.469 domicílios vulneráveis, não obteve êxito a investigação no Morro do Ary e Novo Horizonte, pois, o “poder paralelo” impediu a realização da pesquisa, assim a capilaridade consistiu no:

³⁶ Comunidades, encostas, grotas, vilas, grutas e conjuntos.

- Bairro do Jacintinho: Aldeia do Índio (1.481); Cohab (1.763); Santo Onofre (603); Grota do Arroz (295); Grota do Cigano (2.474); Grota do Rafael (1.482); Piabas (245) e; Conjunto Claudionor Sampaio (349);
- Bairro do Sítio São Jorge (777).

Os dados extraídos deste mapeamento estimam 25.259 unidades habitacionais vulneráveis coletadas em ambos os CRAS localizados no Jacintinho. Porém, apenas 2.537 serviram como amostra. Esta investigação possibilitou a análise das dimensões no aspecto habitacional, laboral e educacional. O estudo destas categorias foi fundamental para construção do arcabouço referente à segregação urbana.

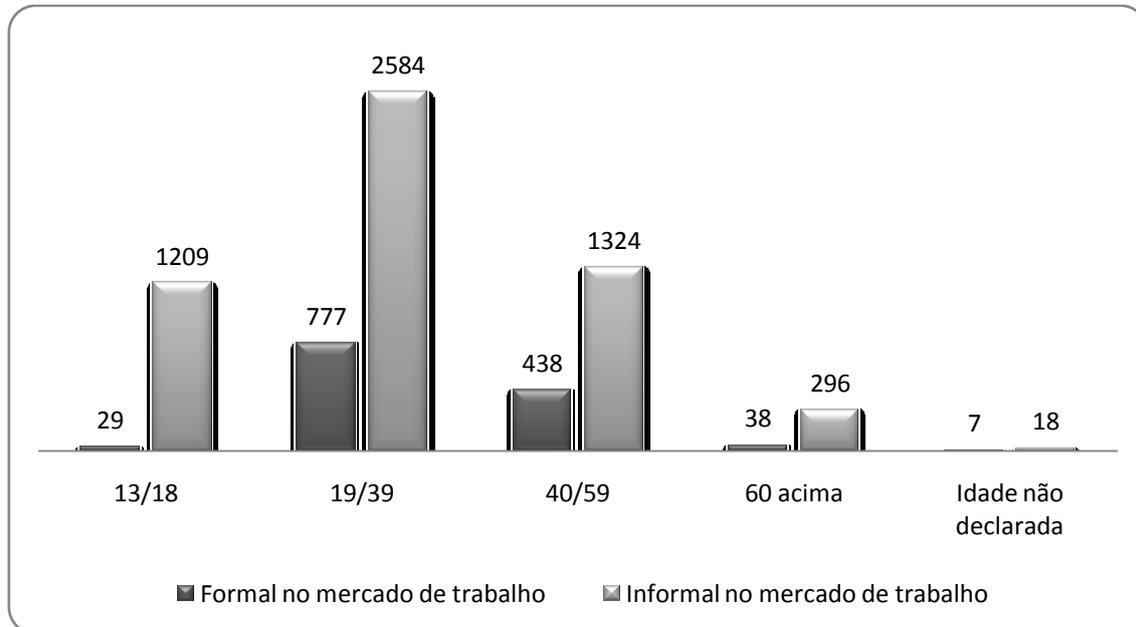
Para tanto, é importante fazer uma distinção antes de dar prosseguimento a esta análise: o número de unidade habitacional que compõe apenas o bairro do Jacintinho (consideradas na pesquisa supracitada) é 23.037 dentre as 25.259. Comparando com os dados fornecidos pelo IBGE (2010), o número de domicílios particulares permanentes é de 24.952 unidades. A partir daí, constata-se que 92% das unidades habitacionais no bairro do Jacintinho estão em condições de vulnerabilidade social.

Esta constatação apenas reforça a perspectiva periférica do espaço urbano do Jacintinho, bem como torna possível a utilização dos dados do mapeamento como *proxy* dos residentes e não residentes da região, assim como dos agentes do Centro Comercial e de Serviços. Conforme explanado no capítulo 2, o perfil do consumidor do comércio popular é o da pessoa que realiza suas compras fracionada e que tem acesso a rendimentos de maneira temporária. Estes requisitos contemplaram o Mapeamento e Qualificação da Exclusão Social dos Territórios, de abrangência dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), de Maceió, de 2011.

A conformidade das compras fracionadas por meio da renda temporária, pode ser verificado com os dados da *proxy* para os agentes do CCSPJ que, entre as 6.720 pessoas entrevistadas 19,18% encontram-se formalizadas no mercado de trabalho. Em contrapartida, 80,82% trabalham na informalidade. Estes trabalhadores desenvolvem as atividades corriqueiras de residentes da periferia, que está associado ao trabalho braçal. as profissões que alcançaram os dois dígitos foram: Serviços Domésticos (31,8%), Serviços (19,66%) e Construção Civil (13,71%), ou seja, o mesmo perfil profissional dos residentes que habitavam o Jacintinho na época do seu povoamento, igualmente aos brasileiros do setor terciário no mercado de trabalho, no momento alusivo a consolidação industrial no país.

A opção pela informalidade no mercado de trabalho sugere uma série de hipóteses, entre elas a de um acordo entre o empregado e empregador, com vias de maior rentabilidade líquida, além da minimização dos custos, por meio, da opção de burlar as leis trabalhistas, entre outros fatores.

Gráfico 14. Formalidade e Informalidade no mercado de trabalho no CCSJ – 2011.

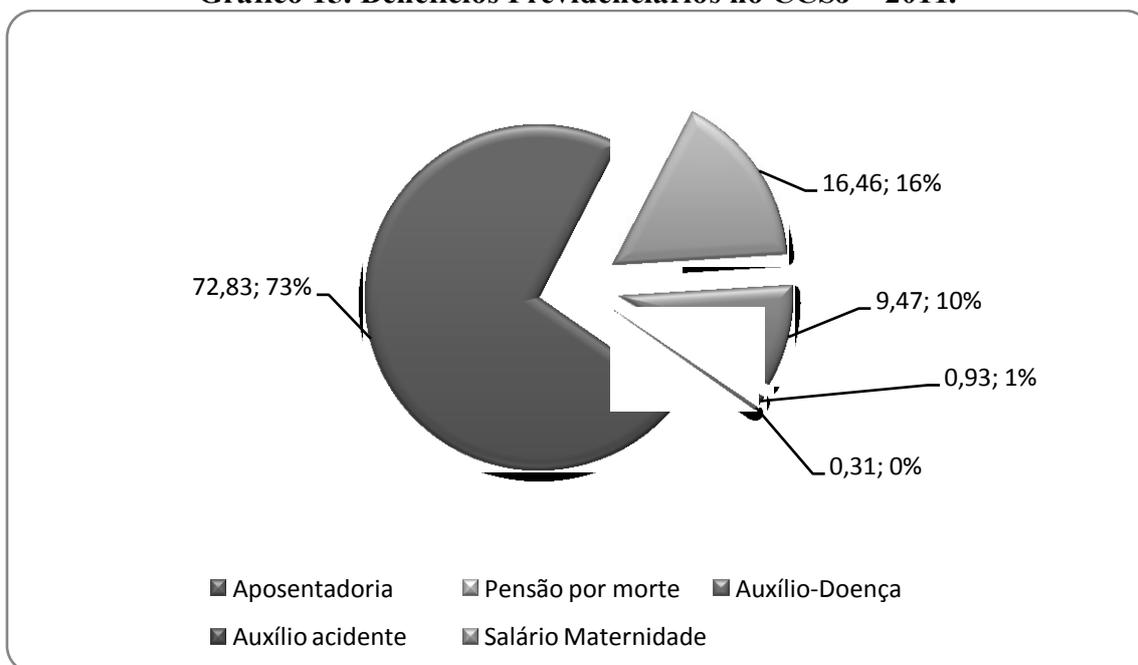


Fonte: SEMAS/CRAS Maceió – 2009/2011

A possibilidade de formalização no mercado de trabalho no Brasil é possível a partir dos 14 anos com a denominação de aprendiz. Contudo, essa rubrica é insignificante entre os formalizados: apenas 2,34% estão nestas condições, enquanto os informais são 97,66%.

A parcela mobilizável economicamente dos trabalhadores está concentrada entre os informais que representam 76,23%. Apenas os informais, entre 19 e 59 anos respondem por 58,15% entre toda a amostra. É importante ressaltar que, além dos formais e informais, o Mapeamento contemplou 644 pessoas que informaram receber algum tipo de benefício previdenciário.

Gráfico 15. Benefícios Previdenciários no CCSJ – 2011.

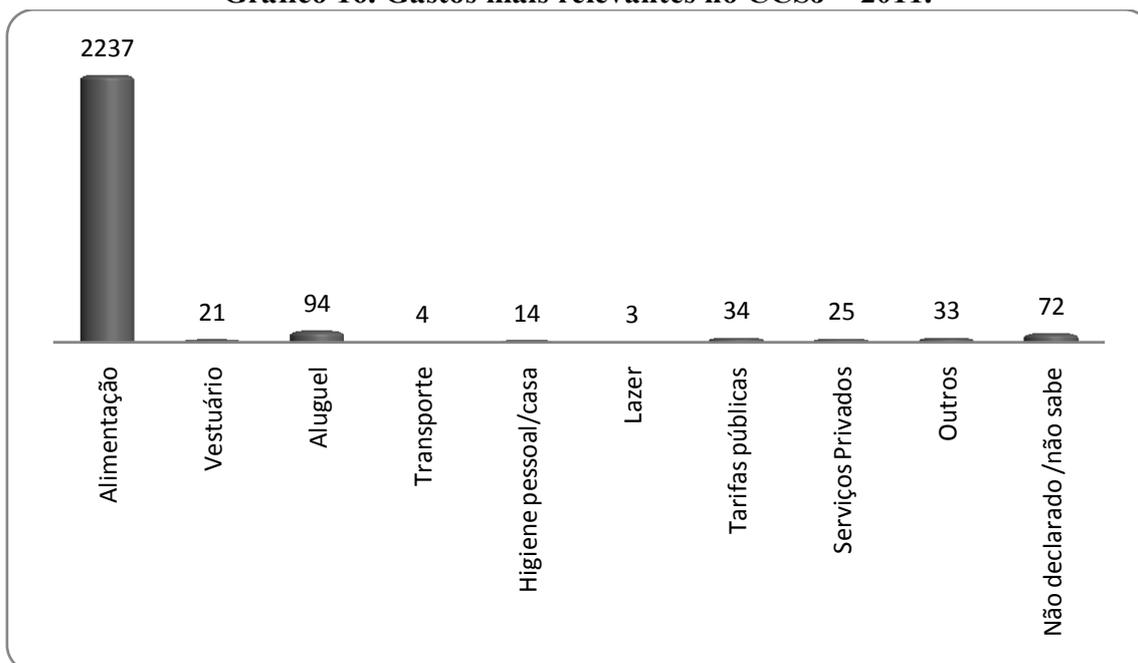


Fonte: SEMAS/CRAS Maceió – 2009/2011

Os dados apontam para uma informalidade alta atendendo ao pré-requisito do acesso ao rendimento esporádico da *proxy*. Outro fator intrínseco é o fracionamento da aquisição dos bens e serviços por esta população, visto que, o setor informal não garante a permanência contínua no emprego, nem auxílio-desemprego.

Outro aspecto fundamental desta análise consiste em verificar a não mobilidade urbana desta população. A partir dos dados coletados compreende-se que representam os agentes envolvidos no CCSPJ consomem no próprio bairro e, desta maneira, a mobilidade dentro da cidade fica reduzida, vistas a diminuição de custos dos consumidores do comércio popular, conforme debate aprontado no capítulo 2 deste trabalho.

Gráfico 16. Gastos mais relevantes no CCSJ – 2011.



Fonte: SEMAS/CRAS Maceió – 2009/2011

É notável que, apesar da necessidade de comprar produtos para a alimentação, o item transporte assume um papel de pouca significância para as famílias entrevistadas; apenas 0,16% acham relevante (perde apenas para o lazer, que corresponde a 0,12%). Este dado sugere o uso de outros meios de locomoção, ou mesmo, à mobilidade apenas dentro de seu próprio espaço urbano. Essa constatação é um dos indícios da verificação *in loco* do complexo que compõe o aglomerado comercial existente no bairro do Jacintinho, denominado até o presente como Centro Comercial e de Serviços Populares do Jacintinho.

Porém, várias outras atividades são desenvolvidas neste complexo comercial popular. Não só os gêneros alimentícios têm a feira livre como núcleo, fato que foi destacado no capítulo 3, que explana a oferta de bens e serviços no CCSPJ de caráter central, fundamentado em Christaller (1966) e nas reflexões teóricas de Corrêa (2005) e, ainda em Pedrão (2002), que traduzem as transformações recentes no espaço urbano. Os

agentes atuantes neste espaço exploram uma infinidade de atividades econômicas, aproveitam da grande movimentação e da localização privilegiada deste centro popular a céu aberto.

A análise da verificação dos setores econômicos que compõem o CCSPJ foi importante para convalidação do circuito superior de natureza formal e, na grande maioria dos casos integrados à modernidade. Ao mesmo tempo em que é apresentada a diagramação da economia popular, gerando a possibilidade de reflexão quanto à representatividade e importância social e econômica deste CCSP.

6.4 Setor Industrial no Centro Comercial e de Serviços Popular do Jacintinho - CCSPJ

O setor industrial no bairro do Jacintinho pôde ser catalogado através do Cadastro Industrial de Alagoas produzido pela Federação das Indústrias do Estado de Alagoas(FIEA), em 2011. Foram detectadas 57 indústrias, que geram 200 empregos diretos na região. São cerca de três trabalhadores por segmento industrial, tendo sua concentração nos segmentos de padaria, confeitaria e pastelaria.

Outro fator que chamou atenção, todos os empreendimentos serem classificadas com microempresas, ou seja, com faturamento bruto anual até R\$ 2,4 milhões. A concentração do setor industrial está espacialmente distribuída entorno do CCSPJ. Os números industriais nesta região são expressivos pelo fato de se tratar de uma área urbana.

O setor industrial informal é observado ao longo das ruas adjacentes à principal via do CCSPJ (Rua Cleto Campelo), onde várias placas expostas ao estilo tradicional e rudimentar do *marketing popular* informam os vários formatos do *popular industry*: fabricação e o conserto de roupas; lojas de perfumaria; culinária local, através dos carrinhos de acarajé, barraquinhas de tapioca; o tradicional caldo de cana acompanhado do famoso ‘pastel de vento’ e as *industry on the bike*, adaptadas para facilitação da venda de salada de frutas, ou mesmo o caldinho de feijão aquecido na hora.

A *popular industry* apresenta-se, ao olhar da produção, com características de micro negócio, desde o manuseio dos insumos, à operação de todo o processo até a chegada ao consumidor: o gerenciamento e a administração, na grande maioria dos casos, é feita por uma única pessoa – *popular agent industry*. Oposto ao formato da indústria convencional, que busca a produção em grande escala e comercializa no

atacado, o *popular agent industry* comercializa diretamente com sua clientela, no varejo, com ofertas em pequenas porções. É um modelo de mercado similar encontrado no circuito superior da economia, onde são comercializados os artigos de luxo, personalizados. Sua mobilidade é o grande diferencial, esteja sobre uma roda ou mais, constituído de alvenaria ou não, protegido contra as forças da natureza ou não, estão transacionando ao no CCSPJ.

6.5 Setor Comercial e de Serviços no Centro Comercial e de Serviços Popular do Jacintinho - CCSPJ

O setor comercial e de serviços é o grande dinamizador econômico da região, capaz de canalizar um contingente populacional, seja para o trabalho formal ou não, ou mesmo para o consumo. A percepção de ambos os setores foi considerada neste trabalho através dos empreendimentos formais de maior competitividade a feira livre³⁷ – o setor de auto-serviços³⁸ – e da averiguação da oferta de bens e serviços de caráter moderno.

Entretanto, é imprescindível apresentar o grande diferencial entre estas duas modalidades de varejo – a forma de troca. As realizadas nas feiras livres são de contato direto com os clientes, ou seja, com possibilidade de negociação de preço devido à

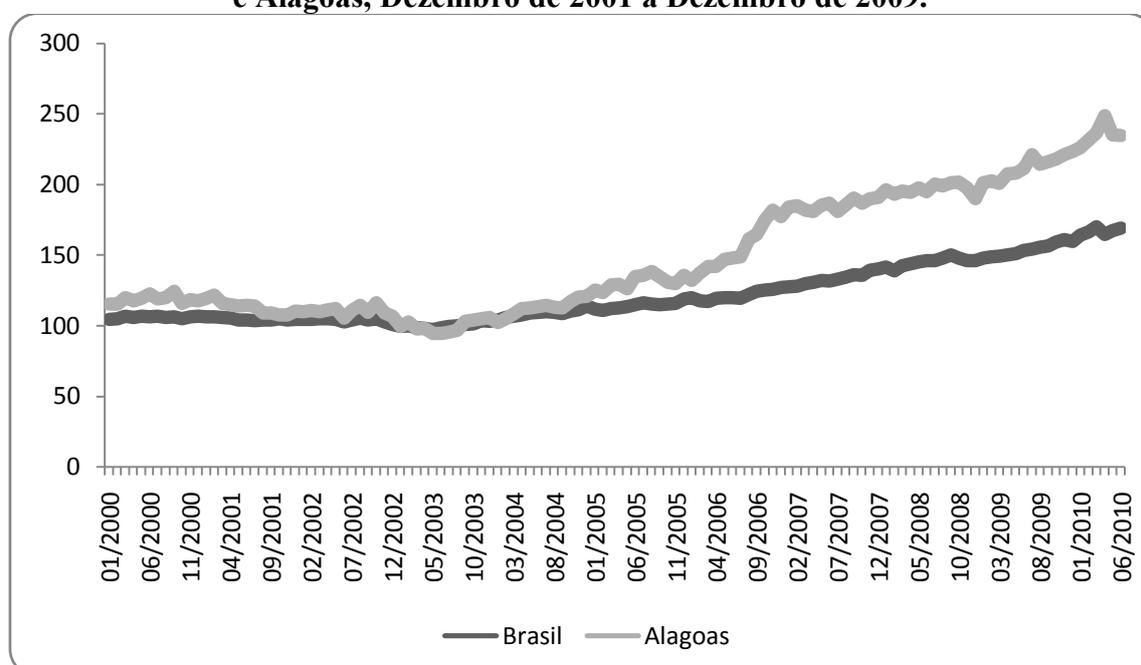
³⁷ Em 1587 se tem o primeiro registro de feira no Brasil, conforme Mott (*op. cit.* 312) “tudo vêm vender à praça desta cidade: muitos mantimentos, frutas, hortaliças, do que se remedia toda a gente, da cidade”. Outras citações de feiras no Brasil estão relacionadas aos séculos XVIII e XIX: onde se realizam o comércio de gado e farinha. É no Nordeste brasileiro que se concentram as feiras desse período; devido à criação de gado, o responsável pelo povoamento do interior nordestino no século XVII, ou seja, as pessoas passaram a povoar esses caminhos, determinando a origem de praças de mercados e feiras livres. Assim, desde o descobrimento até 1850, o comércio varejista é realizado pelos mascates, quais estando restrita a comercialização apenas de: alimentos, tecidos, jóias e miudezas. O acanhado comércio se orientava através da organização social, econômica e política da Colônia, ou seja: engenhos de cana-de-açúcar e; as cidades e vilas, que existiam devido aos engenhos. Só no segundo império é que se verifica a presença das casas comerciais, que se espalham de maneira lenta, GIMPEL (1980). Portanto é no período de interiorização do Nordeste que as feiras se consolidam, adotando o modelo europeu, com a característica da periodicidade, ou seja, similar aos realizados no período da Idade Média.

³⁸ O auto-serviço considerado como outra maneira de comercialização chega ao Brasil em 1953, surge à primeira loja³⁸ de auto-serviço, que se fortalece na década de 60 e torna-se o principal equipamento de distribuição de alimentos no País. Para Filho (2003), devido ao seu papel importante que representou na sociedade brasileira, o mesmo não poderia ficar isento dos reflexos das mudanças ocorridas no País, referente: a inflação; os impostos; a indústria de alimentos; urbanização e os planos de estabilização. Vale ressaltar, que o mercado de trabalho foi atingido de maneira significativa pela inserção do auto-serviço na economia, qual ao longo de sua evolução modernizou³⁸ esse equipamento contribuindo de maneira marginal para a composição da massa assalariada brasileira. É nesse sentido que o setor de auto-serviço atravessa os períodos caracterizados por Filho (2003), como: i) 1953 – 65 Introdução dos supermercados no Brasil; ii) 1965 – 74 Rápida expansão do setor supermercadista; iii) 1975 – 85 Desaceleração do crescimento; iv) 1986 – 94 Adaptação à crise econômica e v) 1995 – Modernização do setor supermercadista.

ampla concorrência existente nestes ambientes. Já em relação aos auto-serviços não existe margem para negociação de preços, sem contar que os clientes escolhem os produtos sem nenhum auxílio. Contudo, a existência do conforto e capacidade de ofertar produtos modernos, o torna competitivo, caracterizando-o como principal rival das feiras livres.

A tendência de crescimento do consumo na economia alagoana tem início em 2003, antes da estabilização da economia brasileira ocorrida em 1994. Em 2003 ocorre o surgimento do Programa Bolsa Família – PBF³⁹ período em que o consumo da economia alagoana se distancia da média brasileira.

Gráfico 17. Evolução do índice de volume de vendas no comércio varejista – Brasil e Alagoas, Dezembro de 2001 a Dezembro de 2009.



Fonte: IBGE - Elaboração própria.

São cinco anos seguidos de elevação do consumo. No período entre 2001 e 2003, Alagoas apresentava índices muito parecidos com os níveis brasileiros, sendo que a partir de 2004, apresenta uma trajetória crescente, que lhe assegura como o estado que mais aumentou seu volume de vendas no comércio.

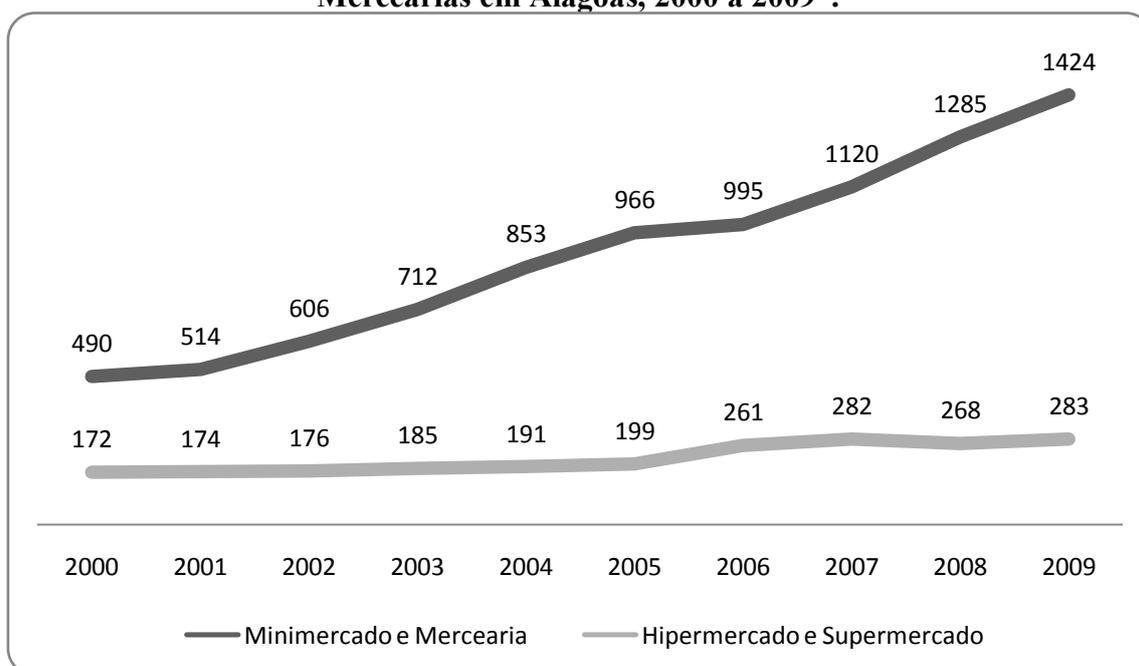
O novo padrão de consumo está centrado em itens básicos, os bens não-duráveis, sensíveis à renda, nos setores de alimentação, vestuário, remédio e produto de higiene e limpeza. Com a renda crescente por um período mais longo, outros produtos e serviços, como a telefonia

³⁹ Para maior aprofundamento ver (ANDRADE, 2010).

móvel e os transportes se incorporam à dinâmica do consumo regional. (Carvalho 2008, p.15)

Nesse sentido, o espaço para a comercialização destes produtos, bem como os mercados secundários que surgem a partir dele, através da economia popular, são reflexos de “um ponto que recebe um feixe de inovações e corresponde a uma modernização que está em posição de influenciar aqueles que não a possuem”, segundo Santos (1985, p.29-32). Assim, possibilitam o acesso a bens e serviços antes não disponíveis à população atingida. É nesse sentido que os equipamentos de auto-serviço passam a dividir espaços físico com as feiras livres e estimulam os mercados secundários (que induzem à ampliação da vida útil dos produtos), entendido como a oferta dos serviços de conserto e reparos dos produtos modernos.

Gráfico 18. Evolução dos Hipermercados, Supermercados, Minimercados e Mercarias em Alagoas, 2000 a 2009*.



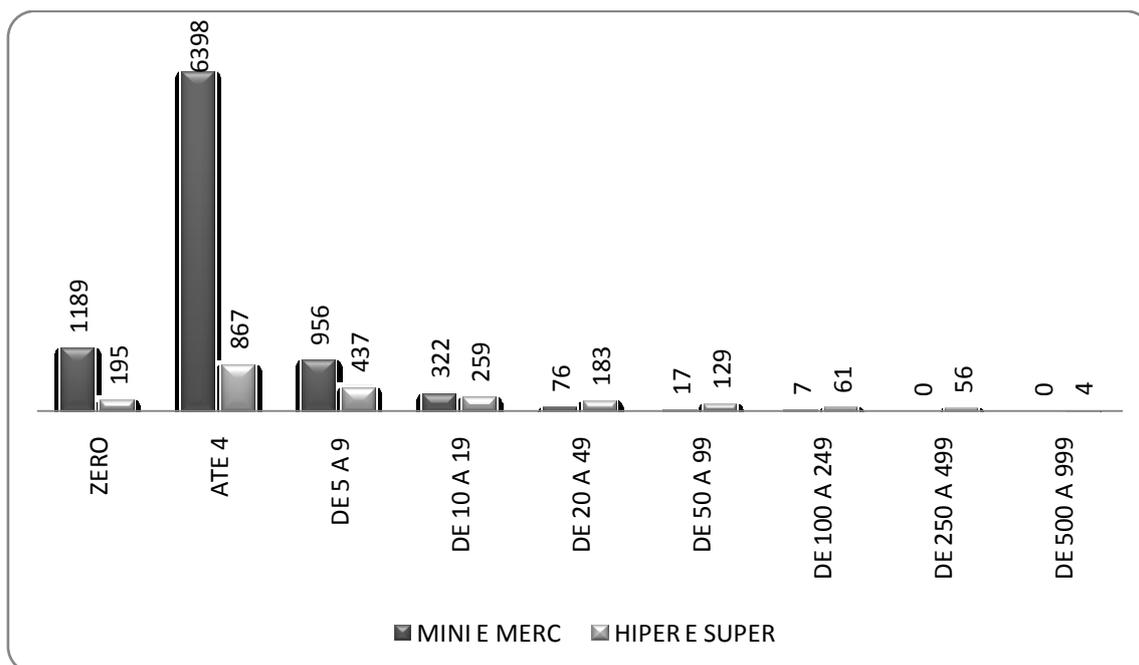
Fonte: RAIS - Elaboração própria.

*A partir de 2006 a metodologia é alterada, contudo continua contemplando os setores pesquisados.

A ampliação deste segmento acontece no mesmo período de elevação do consumo varejista e o surgimento do Programa Bolsa Família, que tem em seu público alvo, pessoas menos favorecidas, ou seja, maior parte da população alagoana, que destina essencialmente esta transferência para alimentação, caso adequado ao perfil dos agentes presentes no CCSPJ. Deste modo é possível verificar a ampliação do número de minimercados e mercearias com o intuito de proporcionar a difusão e consolidação dos

produtos modernos, por meio da distribuição em menor escala, alcançado um público de consumo fracionado e com rendimentos temporários típicos das regiões periféricas.

Gráfico 19. Número de Hipermercados, Supermercados, Minimercados e Mercarias, em Alagoas, acumulado de 2000 a 2009*.



Fonte: RAIS - Elaboração própria.

*A partir de 2006 a metodologia é alterada, contudo continua abrangendo os setores pesquisados.

A tendência foi seguida pelo Brasil após a estabilização monetária, tanto em relação ao tamanho dos equipamentos de auto-serviço, bem como a evolução de ambos os formatos (minimercados e mercearias e hipermercados e supermercados).

Esse fenômeno possibilitou que outros modelos de varejo se instalassem na capital alagoana: os atacarejos, classificados como uma mistura de atacado com varejo, que tem como público também o consumidor de compras grandes, atraído pela oferta variada, contemplando deste modo o *food service* de todos os empreendimentos ligados à comercialização no varejo, que consome no atacado.

O perfil dos trabalhadores do setor supermercadista⁴⁰ em Alagoas ainda aponta para a necessidade de maior qualificação por parte dos contratados. Nos supermercados

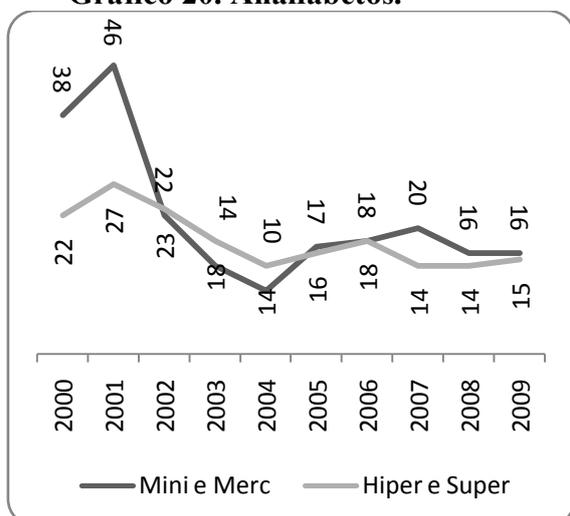
⁴⁰ Os dados sobre Hipermercados, Supermercados, Mercarias e Minimercados, foram coletados na base de dados da RAIS, do Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho, utilizando-se da

de maior porte (hipermercados e supermercados), o grau de instrução dos contratados está concentrado no Ensino Médio, com 36% das pessoas com esta formação. Se contabilizado o número de trabalhadores com Ensino Médio, Fundamental completo e Médio incompleto chega-se ao índice de 55% do contingente.

Já os trabalhadores com menor grau de instrução, que estudaram do 6º ao 9º ano, até o ensino Médio completo, corresponde a 27%, o que significa uma distribuição dissipada, porém com nível de educação ainda alto para as necessidades deste segmento, visto que, os trabalhadores passam a operar com demandas cada vez mais específicas.

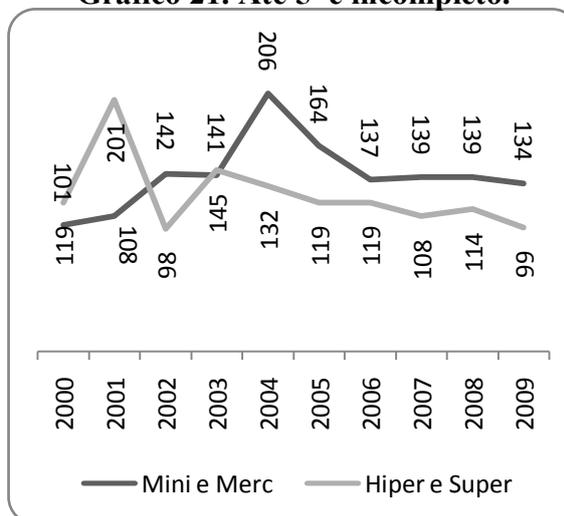
Abaixo segue a evolução dos níveis de instrução dos trabalhadores do setor supermercadista em Alagoas. Uma alteração da postura deste segmento é verificada, visto que o setor necessita absorver pessoas com maior nível de instrução.

Gráfico 20. Analfabetos.



Fonte: RAIS - Elaboração própria.

Gráfico 21. Até 5ª e incompleto.

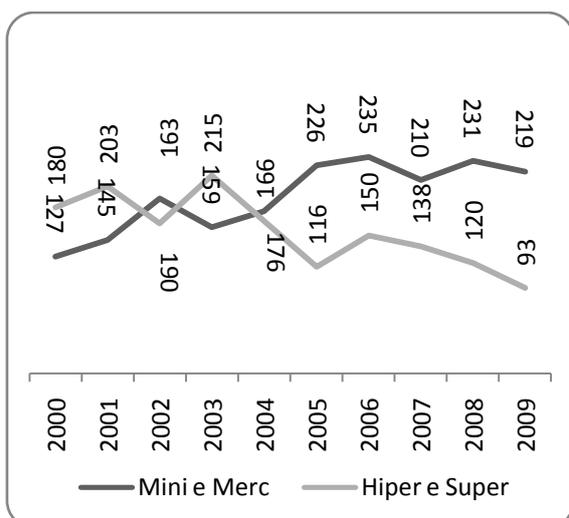


Fonte: RAIS - Elaboração própria.

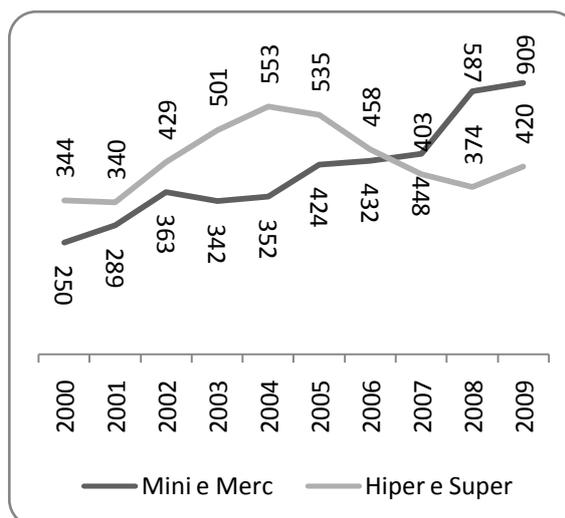
Gráfico 22. Até 5ª Completo.

Gráfico 23. Da 6ª ao 9ª incompleto.

classificação da Classificação Nacional de Atividade Econômica – CNAE 1.0 e 2.0, esta última sendo adotada devido a alteração na forma de classificação, porém foi verificado que migraram para outras classificações os dados pesquisados.



Fonte: RAIS - Elaboração própria.



Fonte: RAIS - Elaboração própria.

Conforme o gráfico 20, durante o período de 2000 a 2009, a contratação de trabalhadores analfabetos foi reduzida tanto nos minimercados e mercearias, quanto nos hiper e supermercados.

Diante do aumento da demanda e da necessidade de uma mão de obra mais qualificada, os trabalhadores sem instrução foram substituídos por outros com nível de escolaridade maior. O destaque fica por conta da redução de 9% na contratação anual de trabalhadores analfabetos nos minimercados e mercearias.

Outro dado relevante é apontado no número de funcionários com até o 5º ano completo admitidos nos hiper e supermercados, que diminuiu 7% ao ano, durante o período.

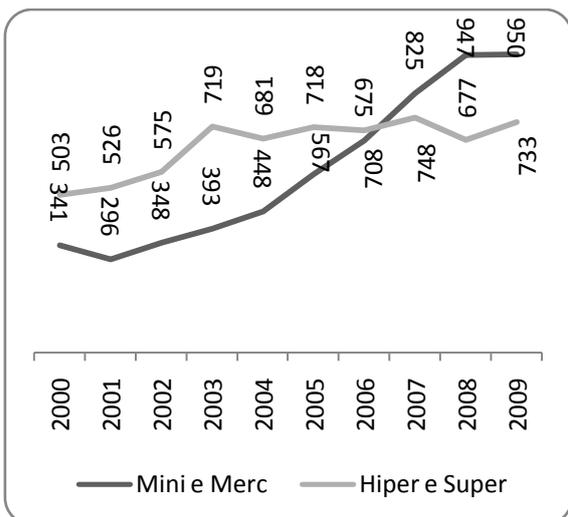
Em ambos os casos essa queda abrupta ocorreu a partir da evolução do setor supermercadista em Alagoas em 2003, ano em que se consolidam as transferências de renda do governo federal para as famílias de baixa renda.

Já os trabalhadores com maior grau de instrução passaram a ser mais contratados, formalizando uma correlação direta quanto aos anos de estudo com a possibilidade de inserção no mercado de trabalho deste setor.

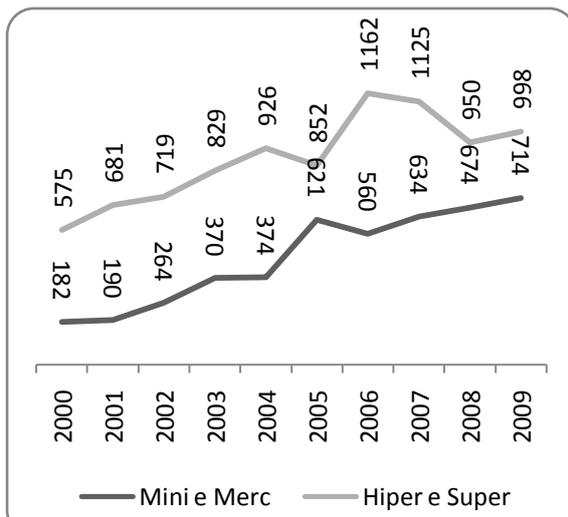
Prova disso é que os minimercados e mercearias contrataram 24% a mais de trabalhadores com ensino médio completo e 22% a mais com superior incompleto.

Gráfico 24. Fundamental completo.

Gráfico 25. Médio Incompleto.

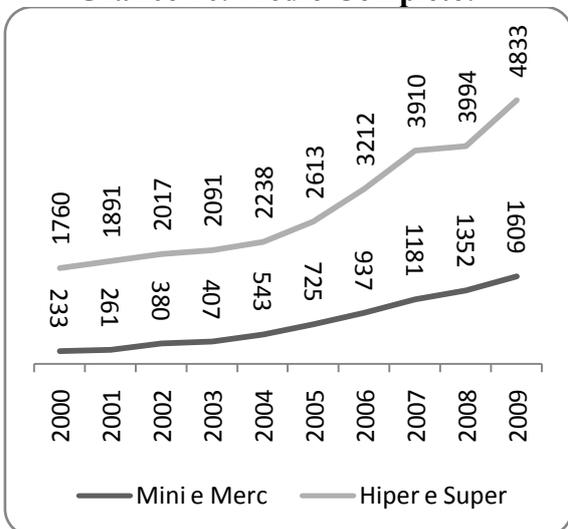


Fonte: RAIS - Elaboração própria.



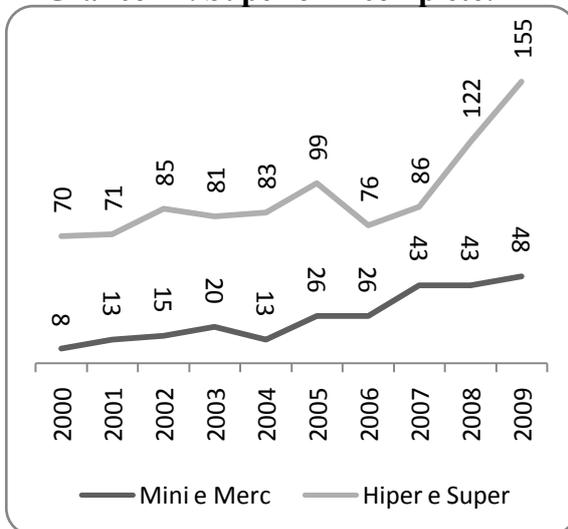
Fonte: RAIS - Elaboração própria.

Gráfico 26. Médio Completo.



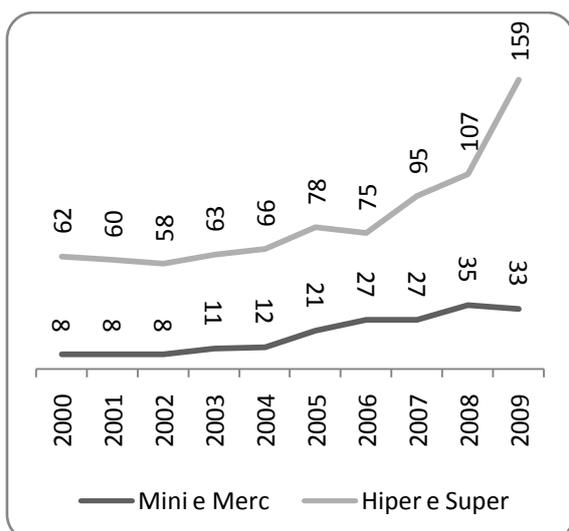
Fonte: RAIS - Elaboração própria.

Gráfico 27. Superior incompleto.



Fonte: RAIS - Elaboração própria.

Gráfico 28. Superior completo.



Fonte: RAIS - Elaboração própria

É importante destacar que essa população contemplada no mercado de trabalho supermercadista possui um perfil educacional similar a verificada no setor informal. Porém, este segmento vem buscando maior qualificação entre seus funcionários. Ainda dentro desta mesma população, vale destacar que, 69% possui uma renda média concentrada entre um 1 e 1,5 salário mínimo. Cabe enfatizar, que os maiores rendimentos são pagos pelos hipermercados e supermercados.

A indagação que fica: onde está essa população economicamente mobilizável que perdeu seus postos de trabalho neste segmento, bem como em tantos outros que concorrem em mercados de trabalho cada vez mais competitivos? O número destes trabalhadores aumenta nos mercados de trabalho informais da periferia, buscando o reposicionamento via irregularidade, ou mesmo através da ilegalidade. É evidente que as fileiras da informalidade ampliam-se para quem não busca essa melhor qualificação. Invariavelmente, a constatação do surto econômico popular é personificada pelo baixíssimo grau de instrução de população alagoana e, sobretudo, pela injeção de dinheiro via transferências de renda, ganho real do salário mínimo, crédito consignado e microcrédito produtivo.

É diante da verificação de uma maior circulação financeira nestas regiões periféricas que é possível assimilar a economia popular. Fácil é a entrada para iniciar alguns empreendimentos nestes locais. A comercialização de produtos na rua é constatada por todo o CCSPJ e contempla todos os gêneros de comércio, como identificado nas feiras livres taxonomicamente através dos quatro subnúcleos:

- 1) setor hortifrutícola, com venda de frutas, legumes e verduras em barracas fixas, algumas com água encanada⁴¹ e energia elétrica;
- 2) setor de vestuário, onde são comercializados confecções e calçados novos, além de diversos serviços. Nesta estrutura, os comerciantes se estabelecem em cabines de alvenaria com energia elétrica, e geralmente já trabalham com de cartões de crédito como formas de pagamento;
- 3) setor secundário, onde se negociam produtos usados, que ficam expostos ao ar livre;
- 4) setor secundário de vestuário, onde são comercializados vestuários usados em barracas móveis e sem cobertura.

A mobilidade é característica típica do comércio e serviço na economia popular, visto que, a infinidade de produtos e serviços ofertados por um contingente elevado de empreendedores é o grande diferencial desta modalidade de transação financeira.

A *trade and services on two wheels* é uma modalidade de varejo que já se tornou corriqueira ao cotidiano das regiões periféricas. Através de bicicletas, motos ou veículos artesanais (estrutura onde é possível a exposição dos produtos), esses meios de transporte presentes no setor de serviços podem ser identificados como a *bike sound*; *bike delivery*; *bike safety*; acompanhante da feira, com carrinho-de-mão; entregador de CD e DVD e transportador escolar; uma adaptação para levar as crianças para escola. Já no comércio varejista há a *bicycle snack*, *bicycle pirate* DVD/CD, pipoqueiro, etc.



Foto 07. Vendedores de Rua no Jacintinho

⁴¹ as condições higiênico-sanitárias, com base principalmente nas resoluções RDC nº 216/04 e RDC nº 218/05 (ANVISA)

A estática no ato de comercializar é prática corriqueira e convencional ligada a qualquer atividade produtiva. Sendo assim, não poderia ser diferente verificar essas alterações nos segmentos populares, onde uma infinidade de vendedores de rua utilizam o passeio público como estabelecimento comercial. Sua existência no local de maior fluxo de pessoas acontece pela intenção de proporcionar o máximo de comodidade ao seu cliente, pois desta forma, é possível comprar os produtos dentro do próprio veículo.

Uma das características peculiares da economia popular é o desempenho de várias funções por um único trabalhador, que geralmente assume o papel de comprador, estoquista, repositor, vendedor, marqueteiro, serviços gerais, construtor entre outras.

A presença do poder público é verificada através do mercado público, onde se comercializa carnes derivados, além de produtos de mercearia. Esse espaço é de administração do poder municipal, que normativa e gerencia o comércio.



Fonte: Google Earth

Figura 02. Centro Comercial e de Serviços Popular do Jacintinho.

Recentemente uma área para comercialização para frutos do mar (peixes e mariscos) foi construída no estacionamento do mercado público. Além deste espaço, o

poder público viabilizou o camelódromo, espaço que oferece uma centena de barracas com a finalidade de proporcionar qualidade e segurança aos seus empreendedores.



Foto 08. Camelódromo do Jacintinho, visão interna.

Por todo o complexo delimitado e entendido como CCSPJ, a formalidade está presente. Os estabelecimentos que empregam formalmente seus trabalhadores e estão regularizadas são os cinco supermercados estabelecidos no bairro, posto de combustível, revendedora de motocicletas, franquias nacionais e clínicas médicas de diversas especialidades. A presença de atacadistas neste espaço urbano é natural, muitas empresas de venda em grosso, inclusive, existem para dar suporte ao pequeno varejo.



Foto 09. Camelódromo do Jacintinho, um dos seus corredores.

São infinitos os bens e serviços ofertados neste CCSPJ. De caráter formal ou não, respeitado ou muitas vezes burlando a lei. Esta é a realidade da dinâmica econômica na periferia maceioense, afirmação possível dado o quadro material dos bairros populosos, o nível de instrução dos envolvidos, bem como a ausência de articulação entre os segmentos atuantes dentro do espaço urbano. Estes fatos favorecem a ampliação do mercado de trabalho informal, principalmente no núcleo de todo esse complexo, as feiras livres.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como propósito compreender as estratégias econômicas que os segmentos populares adotaram diante da nova realidade econômica vivenciada pelo Nordeste nos centros urbanos. Assim, foi utilizada a cristalização do Centro Comercial e de Serviços Populares do Jacintinho com o intuito de validar o dinamismo econômico provocado pela junção do mercado público do Jacintinho com outras estruturas como o camelódromo, a feira livre e empreendimentos formais e informais, aglomerados neste espaço urbano.

Para tanto, a feira livre foi utilizada como equipamento canalizador deste processo. Todas as teses foram amparadas pelas ações do poder central brasileiro desenvolvidas na última década – consolidação dos programas de transferências de renda, ganho real dos que ganham até um salário mínimo, oferta abundante de crédito rural e urbano, elementos alimentadores do consumo varejista alagoano.

Neste sentido, compreendeu-se que o mecanismo de funcionamento da economia urbana passa pelos papéis assumidos pelas classes sociais nas cidades, onde possuem artifícios para sua expansão ou consolidação de posicionamentos. Na mesma perspectiva, puderam-se identificar as condições da reprodução dos segmentos sociais

menos favorecidos, desde a revolução industrial na Inglaterra, e no Brasil, com a industrialização tardia – germe do processo urbanizador em ambos os casos.

A análise da reprodução econômica e social da vida urbana nestes ambientes após suas respectivas industrializações, bem como a percepção da categoria trabalho, foram determinantes para construção do entendimento do perfil atual trabalhador urbano periférico. Este personagem possui similaridades com o trabalhador da revolução industrial quanto seu nível de instrução e condições de habitabilidade, porém diverge no acesso aos bens e serviços, que estava restrito na Inglaterra, enquanto no Brasil esse leque era ampliado.

Essa nova classe operária urbana na Inglaterra trazia consigo a possibilidade de emancipação, do levante do pobre frente às amarras do processo de reprodução econômica do período. No Brasil, entretanto, o tecido social constituído nasceu de um processo de industrialização tardia na década de 1970, quando foram impostos ao trabalhador urbano as condições de sobrevivência de miserabilidade.

Enfim, na Inglaterra a mobilidade urbana foi impulsionada pela Revolução Industrial. Ou seja, o exército de reserva poderia ser absorvido pela expansão industrial, o setor secundário. Enquanto no Brasil, o setor que apresentou expansão foram os serviços, o terciário. Este elemento foi o grande diferenciador do processo da urbanização brasileira, frente à inglesa. No Brasil não se configurou um exército de reserva e sim uma massa desempregada. Tal composição dos mercados de trabalho nos períodos abordados é um dos elementos esclarecedores da formação de suas classes sociais. O alcance desse reflexo no processo de formação da reprodução habitacional e comercial das camadas menos favorecidas é incorporado à cristalização de espaços distintos à reprodução do capital.

O entendimento dos espaços de reprodução deste capital formatado em regiões periféricas só foi possível por meio da análise do conceito de economia popular, construído no exame dos elementos que compõem o circuito inferior e superior da economia: facilidades de participar da atividade econômica urbana; dimensões pequenas das indústrias, artesanatos e serviços; dependência dos intermediários (atacadistas e transportadores); mecanicidade financeira; opção do crédito pelo endividamento; percepção das margens de lucro e mecanismos de formação dos preços, Santos (2004).

As relações constituídas nos mercados de trabalho, bens e serviços e financeiro caracterizam-se como um sistema eminentemente que supre as necessidades em termos de produtos das camadas menos favorecidas. Neste sentido, observa-se uma forte

dependência do mercado financeiro, pois o papel do intermediário é fundamental na alimentação de crédito para esse sistema.

Assim, ficou evidenciada a facilidade com a qual qualquer trabalhador consegue se inserir neste *mercado de trabalho* de economia urbana pobre, já que são quase nulos os pré-requisitos para exercer funções ligadas ao trabalho doméstico, comércio e artesanato. Esta característica viabiliza a ampliação, a qualquer tempo, desse mercado de trabalho urbano.

Os *mercados de bens e de serviços* possuem como características pequenas dimensões dos estabelecimentos (industrial, artesanal ou de serviços); pouco número de funcionários, visto que cada uma pode ter seu próprio negócio; estoque reduzido, por causa do consumo fracionado e pouco capital envolvido.

O bombeamento financeiro deste sistema é eminentemente separador, seu *mercado financeiro* realiza transações em quantidades reduzidas, porém em grande número. Tanto o consumidor final quanto o varejista sofrem com as condições de acesso aos créditos do circuito superior, geralmente devido a ausência de garantias reais.

As condições para exercer uma função no mercado de trabalho na economia urbana são de extrema dificuldade, dada às relações estabelecidas. Neste cenário, o intermediário assume o papel de maior ganhador, pois é o único que estabelece contato com o circuito superior moderno, que torna a pobreza fragilizada e dependente de suas injeções financeiras. Como as realizações destas atividades econômicas eminentemente estão localizadas na periferia dos grandes centros urbanos, afetam diretamente os setores populares. Posto isso, é possível afirmar que a economia popular pode ser considerada uma estratégia econômica de sobrevivência dos segmentos populares no Centro Comercial e de Serviços Popular do bairro do Jacintinho.

Observou-se que o setor comercial e de serviços em Maceió dispõe de equipamentos que funcionam aos finais de semana e outros todos os dias. Esta linha de investigação compreende os motivos de sua funcionalidade diária, como causa do processo de surgimento das aglomerações urbanas na periferia. Esta constatação valida a hipótese de que a feira livre do bairro do Jacintinho é uma estratégia econômica dos segmentos populares de baixa renda que possuem pouca escolaridade, oriundas do campo e, majoritariamente, suas unidades produtivas não atendem aos marcos regulatórios normativos (formais, legais e regulares).

Estas unidades estão inseridas em áreas segregadas que possuem uma conotação periférica e, sobretudo, se impõem ao mercado. Ou seja, estes espaços criaram o

imperativo de suas existências, visto que agregam a economia às populações próximas, em virtude atender às suas demandas com mais agilidade, menos dinheiro e sem a necessidade da utilização de transporte, quando estes moradores locais e circunvizinhos buscam a oferta da infinidade de produtos aglomerados em um único espaço.

A injeção de recursos monetários de origem federal, através do Programa Bolsa Família, aposentadorias, pensões e benefícios previdenciários foram essenciais para colocar Maceió em segundo lugar entre as capitais e periferias metropolitanas em concentração da pobreza, ou seja, à concentração da Classe E (25,60%); foi a 36ª, ou a penúltima quanto ao agrupamento de pessoas na Classe C; a sua renda média era a 28ª entre as regiões estudadas, representando R\$ 413,00; foi a 26ª em relação a renda familiar média sobre as previdências pós-piso maior que o salário mínimo, sendo este equivalente a R\$ 59,85. Estes indicadores têm reflexo direto no consumo das famílias das regiões que concentram maior desigualdade.

A congregação da economia do tempo, do porte dos estabelecimentos disponíveis e do crescimento das cidades, foram os fatores que possibilitam o surgimento de núcleos comerciais secundários – estimulados pela engenharia institucional e financeira que refletiram nestes espaços urbanos. Contudo, uma variável relacionada para manutenção e resistência desses formatos de comércio está na centralidade das feiras livres, com base em sua localização geográfica e diversificação dos produtos ofertados, utilizando-se da teoria dos lugares centrais proposta por Christaller e da definição do espaço urbano elaborado por Corrêa. É dentro de uma região central que se admite a centralidade dos produtos e o alcance de graus diferenciados. O oferecimento dos produtos verificados nas feiras livres é de centralidade inferior, contudo, o ilimitado número de comerciantes comercializando o mesmo produto é o que torna esse espaço comercial de característica peculiar.

Em Maceió, as feiras livres atendem à população urbana de suas próprias localidades e do seu entorno. Nove são as expressões econômicas tradicionais distribuídas entre seis bairros. O Tabuleiro do Martins concentra três feiras livres, o Complexo habitacional Benedito Bentes tem duas feiras. Cabe ressaltar que estes dois bairros estão localizados na parte alta da cidade. As outras feiras se concentram na parte baixa da cidade: Bebedouro, Jacintinho, Jaraguá e Jatiúca.

As feiras livres acompanharam o desenvolvimento urbano de Maceió. Cronologicamente, a feira de Bebedouro é a mais antiga em funcionamento, datada no início do século XX. A ação política econômica alagoana gerou um processo de

segregação, acarretando uma ação urbanizadora desenfreada, onde se cristalizaram os bairros periféricos: Jacintinho, Tabuleiro do Martins e Benedito Bentes.

Na capital alagoana as feiras livres apresentam uma diversificação de produtos comercializados, sua oferta de bens e serviços supera o comércio da cesta tradicional. É possível observar que, quanto mais distante geograficamente do centro da capital, mais produtos não alimentícios são comercializados. Vale ressaltar que a feira do bairro do Jacintinho, mesmo próximo do centro apresenta dinâmica semelhante, pois visa atender as necessidades de uma população de baixa renda, segundo Andrade (2007).

A localização das feiras livres na periferia de Maceió mostram-se mais expressivas e têm nas classes de renda inferior o principal público. Estas praticam um preço inferior ao das grandes redes varejistas e localizam-se próximas aos consumidores. Observa-se no entorno dessas expressões econômicas a formação de um setor comercial e de serviços atuando em conjunto com a feira livre. As cestas de produtos das feiras da periferia ofertam produtos mais diversificados tendo presença impactante artigos de vestuário e mercadorias usadas, subprodutos.

A cristalização da economia popular em Alagoas foi captada por meio do exame quantitativo e qualitativo dos aspectos históricos, sociais, econômicos, políticos e geográficos. A formação econômica da estrutura social dos agentes presentes no CCSPJ por meio da análise sociológica urbana possibilitou apreender os Centros Comerciais e de Serviços Populares, enquanto organicidade econômica, valendo o destaque para seus elementos populares.

A formação do espaço urbano se confunde com a história política e econômica de Alagoas, processo conduzindo pelo setor empresarial do açúcar atuando como oligarquia política. Os fatores marcantes de sua historicidade foram o êxodo rural que ocorreu após a Constituição de 1988, quando os encargos trabalhistas no campo aumentaram e passaram a comprometer os interesses dos usineiros⁴² (o setor açucareiro promoveu a demolição de aproximadamente 40 e 50 mil casas na área canavieira, respectivamente de Alagoas e Pernambuco). Já nos anos de 1993 e 1994, a ausência de investimentos que possibilitassem a modernização do setor sucroalcooleiro e a consequente falta de emprego foram determinantes para a expulsão 6.800 pessoas do campo, segundo dados da SUDENE (1997).

⁴² O pagamento à previdência passava de 2% da safra para 8%.

As consequências destas ações foram a ampliação dos setores populares sobrevivendo à margem do acesso aos bens e serviços públicos e privados, nos centros urbano. A teia social composta por uma única faixa de renda foi constatada como perfil dos agentes envolvidos no CCSPJ. Apesar dos avanços serem constatados quando da análise da pirâmide etária, no período de 2000 a 2010, o contingente populacional referente ao Jacintinho representa o segundo bairro mais populoso, superando a maioria dos municípios alagoanos.

A porção de pobres, em média, nesses bairros é de 79,50%. Outro fato alarmante é que 92% dentre todas as unidades habitacionais no bairro do Jacintinho estão em condições de vulnerabilidade social; 80,82% dos moradores trabalham na informalidade; as ocupações mais representativas foram são os serviços domésticos (31,8%), serviços (19,66%) e construção civil (13,71%). Este perfil se assemelha ao dos brasileiros do setor terciário no mercado de trabalho (momento alusivo à consolidação industrial no país). Estas informações caracterizam o bairro do Jacintinho como um espaço urbano subdesenvolvido e periférico.

A expressão econômica de maior representatividade no CCSPJ é o setor de serviços. Porém, a indústria se faz presente com seus variados formatos de varejo. Os equipamentos que representam este complexo comercial estão inseridos dentro circuito econômico popular, constatação possível a partir das mutações ocorridas do encontro entre o setor moderno e o tradicional da economia, reflexo da atual conjuntura social, política e econômica do Brasil (programas de transferência de renda, ganho real sobre o salário mínimo e elevada oferta de crédito).

A mobilidade e estática no momento da realização dos negócios sugerem mutações dos empreendimentos convencionais. As suas expressões, dentro no debate da economia popular, estaria no *trade and services on two wheels*. Algumas questões são pertinentes a esta constatação sob o viés da estocagem, conservação, exposição e manuseio dos produtos. Aspectos de difícil enquadramento as normativas legais.

Está presente nestes centros comerciais e de serviços populares o capital humano rejeitado pelo mercado de trabalho convencional, com mínimo de instrução e ‘aptidão’ para o trabalho braçal. Trata-se de um contingente populacional bastante elevado, como é o caso Jacintinho, segundo bairro mais populoso da capital e onde a maioria dos moradores está em condições de vulnerabilidade.

O núcleo das feiras livres exerce suas atividades no passeio público, na rua (estática) ou ao longo das vias de tráfego intenso (mobilidade) e não contemplam as

exigências formais, regulares e legais cabíveis a cada setor. Os demais equipamentos como os empreendimentos formais ou não, como o camelódromo e o mercado público, também sofrem com a ausência de enquadramento formal, legal e regular.

Além das limitações jurídicas deste centro de comércio e serviço popular, é importante salientar a vulnerabilidade do seu quadro social, pois são centenas de famílias que se sustentam da organicidade gerada. É possível identificar que o poder central tem procurado formas de conhecer quem é esse agente econômico popular, por meio da criação do microempreendedor individual. Iniciativa ainda irrelevante para a real demanda destes espaços urbanos.

Enfatiza-se que é necessário articular ações conjuntas entre todos os agentes envolvidos nestes CCSP's, pois os olhares unilaterais tanto dos que fazem parte dele e do Poder Público são traduzidos em uma série de ausências, tais como: segurança, funcionamento noturno, limpeza, iluminação, estacionamento, ordenamento do trânsito, entre outros fatores.

8. REFERÊNCIAS

ALBINO, A. V. **Feira Da Jatiúca e Seus Circuitos Econômicos, em Maceió.** Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.

ALMEIDA, N. A. S.; ARAÚJO J. J. C. N. RODRIGUES F.M. **A Teoria dos Lugares Centrais e sua aplicabilidade no Programa Zona Franca Verde no Amazonas.** REDES, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 1, p. 106 - 120, 2009.

ANDRADE, Jarpa Aramis Ventura de., SORGATO. Lucas André Ajala, NUNES. Michelle Cristiane de Lima, CARVALHO. C. P. O. **A Influência das Transferências de Renda no Estado de Alagoas: um link entre os principais Programas Econômicos e Sociais vigentes**, 2010. In 13º Congresso Internacional da Rede Mundial de Renda Básica - BIEN 2010, São Paulo, 2010.

_____. **A Rua Cleto Campelo como Organizadora da Economia Popular no bairro do jacintinho, em Maceió.** Trabalho de conclusão de curso em Ciências Econômicas. Universidade Federal de alagoas-AL, 2007.

ANDRADE, Manoel C. **A terra e o homem no nordeste:** Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste. São Paulo. Ed. Cortez, 2005.

_____. **O nordeste e a questão regional.** São Paulo, Ática, 1988.

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Legislação** Disponível em: <<http://www.anvisa.gov.br>>. Acesso em 01 agosto de 2010

ARAÚJO, A. H. S. **Conjunto Graciliano Ramos e sua dinâmica Econômica Popular**. Trabalho de Conclusão de curso em Ciências Econômicas. Universidade Federal de Alagoas, Maceió/AL, 2009.

ARAÚJO, Tânia. B. **Nordeste, nordestes: que nordeste**. In: Rui Affonso; Pedro Luiz Barros. (Org.). *Federalismo no Brasil Desigualdades Regionais e Desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP, 1995.

ARAÚJO, Tânia B. & SANTOS, Valdeci. **Desigualdades regionais e nordeste em formação econômica do Brasil**. In Araújo, Tarcísio; Vianna, Salvador & Macambira, Júnior.. (Org). *50 anos de Formação Econômica do Brasil - Ensaio sobre a obra clássica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro, IPEA, 2009.

ARAÚJO, Tarcísio Patricio de (Coord.), LIMA, Ana Eliza Medeiros de Vasconcelos [et al.] **Trabalho Precário no meio urbano: semáforos do Recife**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editio Massangana, 2007. 80 p.: Il.

ASSIS, L. F.; ARAÚJO F. F. **A Centralidade do Comércio na Cidade Pequena Nordestina: O Caso da Feira Livre de Varjota (Ceará/Brasil)**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, Vol. XIII, n. 294, 2009.

BNB - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A. **Indicadores Macroeconômicos Brasil e Nordeste 2000 a 2009**. Dezembro de 2010.

BOSE, A N. **The informal sector in the Calcutta economy metropolitan**. Genève : BIT. 1974.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (org). 2006 “**As cidade das Cidades**” Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006 COSTA, Heloisa Soares de Moura “A Cidade Ilegal”.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL em Desenvolvimento: **Estado, planejamento e políticas públicas** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Brasília: IPEA, 2009.

CAMPOLINA DINIZ, Clélio. **A questão regional e as políticas governamentais no Brasil**. Texto para discussão nº 159. Cedeplar/UFMG, 2001.

CAPISTRANO, D. L.; GERMANO, P. M. L.; GERMANO, M. I. S. **Feiras livres do município de São Paulo sob o ponto de vista legislativo e sanitário**. Revista Higiene Alimentar, São Paulo, v. 18, n. 116/117, jan/fev. 2004.

CARDOSO, C. R. **Diagnóstico de uma Feira Urbana em Maceió: Estudo de Caso da Feirinha do Tabuleiro**. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.

CARRERA – FERNANDEZ, JOSÉ. “**Curso básico de microeconomia**”/José Carrera-Fernandez. Salvador: EDUFBA, 2001,2006,2009.

CARVALHO, C. P. **Economia Popular**. Maceió: EDUFAL, 2008.

_____. **Nordeste: sinais de um novo padrão de crescimento (2000/2008)**. In. XXXVI Encontro Nacional de Economia, 2008, Salvador, Bahia.

CASTRO, J. A. DE; RIBEIRO, J. A; CHAVES. J. V; DUARTE, B. DE C; SIMÕES, H. B; **GASTO SOCIAL E POLÍTICA MACROECONÔMICA: TRAJETÓRIAS E TENSÕES NO PERÍODO 1995-2005**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – Brasília, 2008.

CHRISTALLER, W. **Central places in southern Germany**. Tradução: C. W. Baskin. 1st ed, New Jersey, Englewood Cliffs, 1966.

CLEMENTE, Ademir & HIGACHI, Hermes Y. **Economia e desenvolvimento regional** – São Paulo, Ed. Atlas, 2000.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo: utopias e realidades, um antologia** / Françoise Choay : [tradução Dafne Nascimento Rodrigues]. – 6. ed. – São Paulo : Perspectiva, 2005. – (Estudos ; 67 dirigida por J. Guinsburg).

CORRÊA, R. L. **Comércio e espaço: uma retrospectiva e algumas questões**. Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Laboratório de Gestão do Território – LAGET, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Abril, 2000.

_____. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1999.

_____. **TRAJETÓRIAS GEOGRÁFICAS**/Roberto Corrêa Lobato; prefácio Milton Santos. – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COSTA, Heloisa Soares de Moura ”**A Cidade Ilegal**” In. BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (org). 2006 “As cidade das Cidades” Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006

CUNHA, J. M. P. **A migração no Brasil no começo do século XXI: continuidades e novidades trazidas pela PNAD 2004**. Brasília: Cepal/BID, 2007. Disponível em: <<http://www.ceclac.org/celade/noticias/paginas/4/28454/MPinto.pdf>>. Acesso em 12 jan. 2011.

CYRILLO, D. C. **O papel dos supermercados no varejo de alimentos**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1987. 198p.

DAL RI, Neusa Maria “Economia Solidária: o desafio da democratizaçãodas Relações de trabalho/ Neusa Maria Da Ri (org). – São Paulo: Artes & Ciência, 1999.

DANTAS, Galdino; PACHELLY G. Mirian. **Feiras No Nordeste**. Fortaleza, 2008.

DUQUE, José G. **Perspectivas nordestinas**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004.

ETCO - Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial/ **Economia Subterrânea: uma visão contemporânea da economia informal no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FILHO, Oswaldo Amorim. Rodrigo Valente Serra. **Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no Planejamento urbano e regional**. Cidades Médias Brasileiras. Brasília 2001.

FILHO, Umberto Antonio Sesso. **O Setor Supermercadista no Brasil nos anos 1990**. - - Piracicaba, 2003. Tese (doutorado) – Escola Superior de Agricultura Luiz Queiroz , 2003.

_____. Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FURTADO, Celso. **A fantasia desfeita**. São Paulo, Paz e Terra, 1989

KOWARICK, Lúcio (1979). **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro ; Paz e Terra.

GIMPEL, José L. **Administração de Empresas no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Atlas, 1980.

GOMES, Gustavo Maia. **Velhas secas em novos sertões**. Brasília: Editora Ipea, 2001.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Introdução à formação econômica do Nordeste**. Recife: Ed. Massangana, 1989.

HART, K. Informal income opportunities and urban employment in Ghana. **Journal of Modern African Studies**, v.2, 1973.

HARVEY, David. O urbanismo e a cidade: um ensaio interpretativo. In: _____. **A justiça social e a cidade**. Prefácio e tradução Armando Corrêa da Silva. São Paulo: HUCITEC, 1981. p. 167-243.

HOSELITZ, Bert Frank. **The Role of Cities in the Economic Growth of Underdeveloped Countries**. The Journal of Political Economy, Vol. 61, No. 3 (Jun., 1953), pp. 195-208.

HUGON, Phillipe. O setor informal: balanço de 25 anos de trabalho. **Ensaio FEE**, v.18, n.2, p.32-63. Porto Alegre, 1997.

HUTTER, Mark. **Experiencing Cities**. Boston: Pearson, 2007

IGLESIAS, F., **A revolução industrial**. Brasiliense. São Paulo 1981.

IPEADATA. **Contas nacionais**. Disponível em: <
<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=1237846175&Tick=12356>

71196970&VAR_FUNCAO=Ser_Temas%28127%29&Mod=R > . Acesso 15 de abril de 2011.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos** / Eva Maria Lakatos, Marina de Andrade Marconi. – 4º ed. – São Paulo: Atlas. 1992.

LEWIS, W. ARTHUR, *Economic Development with Unlimited Supplies of Labour*. v. 22, 1954

LIRA, Fernando José de. **Crise Privilégio e Pobreza**. Maceió: EDUFAL, 1997

LOPES, A. S., **Desenvolvimento Regional**, Fundação Gulbenkian. Univesidade de COIMBRA, Portugal, 1987.

MACEIÓ, Secretaria Municipal de Assistência Social, **Pesquisa de Mapeamento e Qualificação da Exclusão Social dos Territórios de Abrangência dos CRAS de Maceió – AL**. Maceió, 2011, 154 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARICATO, E. (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

MARX, K; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, v.2, 1980.

MERRICK, T. *Employment and earnings in the informal sector in Brazil: the case of Belo Horizonte*. *Journal of Developing Areas*, Nashville (USA), v. 10, n. 3, p. 337-353, 1976.

MOTT, Luis Roberto de Barros. **A feira de Brejo Grande: um estudo de uma instituição econômica num município sergipano do baixo São Francisco**. 1975. 348 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Campinas, Campinas/SP, 1975.

MUTERLE, Maria do Carmo Cataldi **Economia Popular: estratégia para sobreviver e trocar em diferentes contextos do Brasil e do litoral norte paulista**. 2009.

Disponível em: <

<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/mariadocarmocataldimuterle.pdf>. > Acesso 12 de janeiro de 2012.

NAZARETH, P.A., PORTO, L.F., **Finanças Públicas do Estado e dos Municípios do Rio de Janeiro - 2002**, Rio de Janeiro: Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, jan./2002;

NERI, Marcelo Côrtes. **A NOVA CLASSE MÉDIA: o lado brilhante dos Pobres**. / Marcelo Côrtes Neri (Coord.). – Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2010.

_____. **ATLAS DO BOLSO DO BRASILEIRO** / Marcelo Côrtes Neri (Coord.). – Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2009.

_____. **Trabalho e Condições de Vida nas Favelas Cariocas**. Ensaios Econômicos – Escola de Pós-Graduação em Economia – Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS/IBRE/FGV) e da EPGE/FGV. No 664, Rio de Janeiro – Dezembro de 2007.

OLIVEIRA, André dos Santos & Nascimento, Cleir Silva do. “*Jacintinho: o retrato de uma comunidade*”. 2005 60 f. Monografia (graduação em História) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2005.

OLIVEIRA, Clonilo M e VIANNA, Pedro J. **Desenvolvimento regional: 50 anos de BNB**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

OLIVEIRA, Edilson Luis de. **Algumas considerações sobre o conceito de setor informal e a teoria dos circuitos da economia urbana**. In *Geografias artigos científicos*. Belo Horizonte 04(1) 54-70 janeiro-junho de 2008

OLIVEIRA, Francisco de. (1981), **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. Petrópolis, Vozes/Cebrap.

PEDRÃO, Fernando. **A Economia Urbana**/Fernando Pedrão. – Ilhéus : Editus, 2002.

QUIJANO, A. **Colonialidad del poder y clasificación social**. *Journal of World-Systems Research*, Warszawa, University of California, v.11, n.2, (n.Especial. "Festchrift for Immanuel Wallerstein". 2000. p.342-386. Disponible en: <http://jwsr.ucr.edu/archive/vol6/number2/pdf/jwsr-v6n2> acesso em 01 de agosto de 2010.

RAIS. **Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho**. Disponível em: <http://sgt.caged.gov.br/index.asp>

REIS, J. & BARROS, R. **Desigualdade salarial e distribuição de educação: A Evolução das Diferenças Regionais no Brasil**. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 1990.

_____. **Wage inequality and distribution of education**. *Journal of Development Economics*, v.36, n.1, 1991.

RICHARDSON, H. W. , **Economia regional: teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional**. Traduzido da 1ª edição. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

ROLNIK, Raquel and KLINK, Jeroen. **Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias?**. *Novos estud. - CEBRAP* [online]. 2011, n.89, pp. 89-109. ISSN 0101-3300. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002011000100006>.

ROSSETI, José Paschoal, 1941 – “Introdução à Economia” 18.ed.,reest.,atual. e ampl.- São Paulo: Atlas 2000.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

_____. 1926-2001. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**/Milton Santos; tradução Myrna T. Rego Viana. - 2 ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.88 p.

SETHURAMAN, S. V. (1976). Le secteur urbain non structuré, concept, mesure en action. **Revue Internationale du Travail**, julho e agosto.x

SILVA, C.C. **Diagnóstico de uma Feira Urbana em Maceió: O Caso da Feira Livre do Conjunto Benedito Bentes I**. In: Encontro Regional da Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência. Universidade Federal de Goiânia-UFG, 2011.

SUDENE. **Região Nordeste do Brasil em Números**. 1997.

THEODORO, Mário. **As bases da política de apoio ao setor informal no Brasil**. *IPEA – Textos para Discussão*, Brasília, n. 762, p. 1-19, 2000.

TIRIBA, Lia. **O Trabalho no Olho da Rua Fronteiras da Economia Popular e da Economia Informal**. In. *TrabalhoNecessário* ano 2 - número 2 – 2004.

WEEKS, (1975) **L'extension de Temploi dans le secteur urbain non structure des pays en voie de développement**. BIT p,15

YIN, Robert, K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos** / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi. – 3 ed. – Porto Alegre : Bookman, 2005.